

Tribunal Superior Eleitoral

Relatório de Atividades
Ministro Dias Toffoli (Presidente) **2014**

Brasília – 2015

Tribunal Superior Eleitoral

Relatório de Atividades
Ministro Dias Toffoli (Presidente) **2014**

Brasília – 2015

© 2015 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2
70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência
Carlos Vieira von Adamek

Diretora-Geral da Secretaria
Leda Marlene Bandeira

Secretário de Gestão da Informação
Geraldo Campetti Sobrinho

Unidade responsável
Secretaria do Tribunal

Editoração e revisão editorial
Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGI)

Editoração
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Capa e projeto gráfico
Raúl Soares

Revisão editorial
Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev/Cedip/SGI)

Preparação e revisão
Manuela Gomes
Mariana Andrade
Patrícia Jacob
Thatiane Teles

Impressão e acabamento
Seção de Impressão e Distribuição (Seidi/Cedip/SGI)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Relatório de atividades Ministro Dias Toffoli (Presidente) 2014. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2015.

200 p. ; 24 cm.

Organização: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

1. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral – Relatório – 2015. I. Título.

CDDir 341.4191

Tribunal Superior Eleitoral (Composição 2014)

Presidente

Ministro Dias Toffoli

Vice-Presidente

Ministro Gilmar Mendes

Ministros Efetivos

Ministro Luiz Fux

Ministro João Otávio de Noronha

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Ministro Henrique Neves

Ministra Luciana Lóssio

Ministros Substitutos

Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa

Ministro Teori Albino Zavascki

Ministro Luís Roberto Barroso

Ministro Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho

Ministro Admar Gonzaga Neto

Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

Procurador-Geral Eleitoral

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Eugênio Aragão

Sumário

Apresentação	10
Resumo executivo (temas e ações destacados)	11
1. Atividades da Secretaria-Geral da Presidência	14
1.1. Ações	14
1.1.1. Apoio logístico	15
1.1.2. Força federal	15
1.1.3. Controle dos prazos de biênios dos ministros.....	15
1.1.4. Listas tríplices	15
1.2. Acordos assinados	15
1.3. Assessoria de Cerimonial.....	16
1.3.1. Atividades do mês de maio de 2014.....	16
1.3.2. Atividades do mês de junho de 2014	17
1.3.3. Atividades do mês de julho de 2014	17
1.3.4. Atividades do mês de agosto de 2014.....	18
1.3.5. Atividades do mês de setembro de 2014.....	20
1.3.6. Atividades do mês de outubro de 2014	21
1.3.7. Atividades do mês de novembro de 2014.....	22
1.3.8. Atividades do mês de dezembro de 2014	23
1.4. Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	23
1.4.1. Ações	23
1.5. Secretaria Judiciária	30
1.5.1. Atendimento à Secretaria-Geral da Presidência	31
1.5.2. Governança Judiciária Eleitoral.....	32
1.5.3. Projeto Força-Tarefa da Secretaria Judiciária.....	32
1.5.4. Extração de dados estatísticos	33

1.5.5. Grupo de Trabalho GT-CAND	34
1.5.6. Relacionamento da Secretaria Judiciária com a Procuradoria-Geral Eleitoral e demais unidades do Tribunal	34
1.5.7. Processo Judicial Eletrônico	35
1.5.8. Clima organizacional	36
1.5.9. Manual de acórdãos e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	36
1.5.10. Avaliação das eleições de 2014	36
1.5.11. Comissão Permanente de Gerenciamento e Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias	37
1.6. Assessoria de Assuntos Internacionais.....	37
1.6.1. Missões de observação	37
1.6.2. Participação em foros e reuniões internacionais.....	38
1.6.3. Recepção de comitivas e missões estrangeiras	41
1.6.4. Outros assuntos.....	42
1.7. Assessoria de Articulação Parlamentar.....	43
1.7.1. Atividades relacionadas ao inciso I.....	43
1.7.2. Atividades relacionadas ao inciso II.....	47
1.7.3. Orçamento.....	49
1.7.4. Atividades relacionadas ao inciso III.....	53
1.7.5. Atividades relacionadas ao inciso IV	54
1.7.6. Atividades relacionadas ao inciso V	55
1.7.7. Projeto Legislação por link.....	56
1.8. Assessoria de Plenário.....	57
1.9. Assessoria do Processo Judicial Eletrônico	57
1.10. Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral.....	59
1.10.1. Atividades de destaque realizadas em 2014	60
1.11. Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias	62

1.11.1. Aprimoramento da fiscalização da prestação de contas	63
1.11.2. Atividades desenvolvidas	64
2. Atividades da Secretaria do Tribunal.....	74
2.1. Gabinete da Diretora-Geral	74
2.1.1. Introdução.....	74
2.1.2. Planejamento das eleições.....	74
2.1.3. Planejamento e gestão.....	79
2.1.4. Relacionamento e papel institucional	91
2.1.5. Eventos realizados e em andamento	91
2.2. Assessoria de Informações ao Cidadão	92
2.2.1. Pesquisa de satisfação.....	94
2.2.2. Elogios	94
2.3. Assessoria Jurídica.....	95
2.3.1. Contribuição estratégica da Asjur	95
2.3.2. Assessoramento jurídico em 2014.....	97
2.4. Assessoria de Segurança e Transporte.....	98
2.5. Secretaria de Gestão de Pessoas	100
2.5.1. Introdução.....	100
2.5.2. Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento	100
2.5.3. Coordenadoria de Atenção à Saúde	108
2.5.4. Coordenadoria de Pessoal	111
2.6. Secretaria de Gestão da Informação.....	123
2.6.1. Introdução.....	123
2.6.2. Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo (Copea)	123
2.6.3. Coordenadoria de Biblioteca (Cobli)	124
2.6.4. Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur)	124
2.6.5. Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip).....	125

2.7. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF)	126
2.7.1. Introdução.....	126
2.7.2. Eleições Gerais 2014	126
2.7.3. Eleições suplementares	128
2.7.4. Planejamento orçamentário da infraestrutura.....	130
2.7.5. Orçamento 2014.....	130
2.7.6. Créditos adicionais	131
2.7.7. Gestão fiscal	135
2.7.8. Gestão contábil.....	135
2.7.9. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2015.....	136
2.7.10. Proposta Orçamentária 2015	136
2.7.11. Sistemas desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).....	138
2.7.12. Transparência e sistemas do governo federal.....	139
2.8. Secretaria de Tecnologia da Informação	139
2.8.1. Introdução.....	139
2.8.2. Principais números	140
2.8.3. Aquisições e contratações.....	154
2.9. Secretaria de Controle Interno e Auditoria.....	166
2.9.1. Introdução.....	166
2.9.2. Planilha de atividades.....	167
2.10. Secretaria de Administração	172
2.10.1. Introdução.....	172
2.10.2. Eleições 2014	173
2.10.3. Gabinete da Secretaria de Administração	173
2.10.4. Comissão Permanente de Licitação	173
2.10.5. Coordenadoria de Material e Patrimônio	175

2.10.6. Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura	180
2.10.7. Coordenadoria de Serviços Gerais.....	183
2.10.8. Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	194
2.10.9. Projetos/iniciativas da Secretaria (em andamento)	199

Apresentação

Este relatório discorre resumidamente sobre as principais atividades desenvolvidas no Tribunal Superior Eleitoral em 2014.

As diversas realizações adiante descritas contribuem diretamente para garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, e por consequência fortalecem a democracia em nosso país.

As atividades apresentadas traduzem o empenho da Corte em consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança.

Resumo executivo (temas e ações destacados)

São destacados os seguintes temas, desenvolvidos ao longo do documento:

Prestação jurisdicional

- Modernização da dinâmica dos procedimentos judiciais eleitorais, que possibilitou:
 - * Autuação e distribuição, no mesmo dia, de 100% dos processos das eleições.
 - * Juntada de pareceres da Procuradoria-Geral Eleitoral em até duas horas, seguida de imediata conclusão dos processos aos gabinetes dos ministros relatores.
 - * Montagem e publicação dos acórdãos sem notas orais em até 48 horas.

Comunicação institucional

- Implantação do Centro de Divulgação das Eleições, com o credenciamento de 1.032 profissionais.
- Realização da comunicação institucional por meio da viabilização de produções publicitárias referentes à campanha Eleições 2014 – Esclarecimento ao Eleitor.
- Aumento da inserção do TSE nas redes sociais, que foram ferramentas importantes para direcionar a comunicação e avaliar os principais temas de debate sobre a Justiça Eleitoral e as Eleições 2014.
- Contratação e apresentação de duas pesquisas pré e pós-eleições, avaliando o serviço prestado pela Justiça Eleitoral, as eleições, a imagem institucional e outros temas que refletem diretamente o trabalho realizado pelo TSE e pelos TREs em todo o território nacional.

Segurança das Eleições 2014

- Assinatura do acordo de cooperação com o Ministério da Justiça, que teve como objeto a conjugação de esforços para o acompanhamento de indicadores de segurança pública durante as eleições gerais de 2014.

Cooperação internacional

- Coordenação das atividades referentes à visita dos convidados internacionais que acompanharam a realização das eleições.

- Reforço da cooperação do TSE com foros regionais e organismos nacionais eleitorais, conforme o compromisso da Justiça Eleitoral brasileira com o aprimoramento internacional das normas e práticas eleitorais.
- Assinatura de memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto para a Paz e a Democracia da Indonésia.
- Assinatura de memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (Idea).
- Assinatura de memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral da República Dominicana.
- Assinatura de memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Junta Central Eleitoral da República Dominicana.
- Assinatura de memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Comissão Nacional Eleitoral da República do Sudão.

Articulação parlamentar

- Acompanhamento do debate acerca da reforma política.
- Encaminhamento de projetos de lei, de interesse do TSE, tais como: reestruturação do TSE (PL nº 7.889/2014), Graef (PL nº 7.904/2014), cargos de TI para a JE (PL nº 7.990/2014) e quadro de pessoal próprio nos cartórios eleitorais (PL nº 7.027/2013).

Administração

- Os atos preparatórios para as Eleições 2014 envolveram a contratação de 48 objetos, cujo volume foi de aproximadamente R\$256 milhões, com destaque, entre outros, para a contratação do *backbone* principal, do serviço de sistema móvel de transmissão de voz e dados via satélite (SMSat), dos serviços de distribuição de informações de cunho público e aceleração de conteúdo (*data center*) e dos serviços de impressão gráfica e eletrônica de cadernos de folha de votação.
- Dentre as outras licitações realizadas com êxito, destaca-se a aquisição de *kits* biométricos, que será importante para a execução da próxima fase da coleta biométrica para as eleições de 2016.

Tecnologia da informação

- Execução do Programa Eleições Informatizadas 2014: as eleições de 2014 alcançaram os resultados esperados com sucesso, garantindo a transparência e o direito ao voto de toda a população brasileira.

- Implantação do Programa Múltiplas Eleições, que objetiva atender simultaneamente uma eleição e uma consulta popular, sem precisar disponibilizar sistemas específicos.
- Ampliação da oferta de serviços eleitorais em plataformas móveis para o eleitorado.
- Quantidade de eleitores com biometria coletada: 24.160.877.

Gestão orçamentária

- Economia, na realização das eleições gerais de 2014, principalmente com a alteração no processo de contratação do pessoal de apoio às eleições, de cerca de R\$50.000.000,00.
- Redução em cerca de R\$5.000.000,00 do montante planejado para dispêndios com oferecimento de garantia da lei e da ordem e apoio logístico de materiais e pessoal pelas Forças Armadas para a realização das eleições.
- Desempenho da execução orçamentária da Justiça Eleitoral de mais de 98%, apontando alta *performance* de execução na atual gestão.

Gestão de pessoal

- Execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial e do Programa de Pós-Graduação.
- Capacitação de aproximadamente 29 mil mesários, por meio de educação a distância, para as Eleições 2014.

Gestão da informação

- Execução do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (PGD/JE).
- Finalização do Projeto Memória Eleitoral (1945-1992), que consistiu na construção de repositório que possibilita a consulta às informações sobre os candidatos eleitos no Brasil entre 1945 e 1990.
- Publicação do *Código Eleitoral anotado* e das *Instruções do TSE* – edição 2014.

1. Atividades da Secretaria-Geral da Presidência

A Secretaria-Geral da Presidência, unidade de assistência direta e imediata ao presidente do Tribunal, é integrada pelo Gabinete do secretário-geral, pelas assessorias de Articulação Parlamentar, de Cerimonial, de Imprensa e Comunicação Social e de Plenário, bem como pela Secretaria Judiciária, e tem por finalidades:

- Assistir o presidente no desempenho de suas funções, auxiliando-o nos despachos de expediente; no cumprimento de sua agenda de trabalho e na condução do relacionamento externo do Tribunal.
- Assessorar o presidente no planejamento administrativo e na fixação de diretrizes para o funcionamento da instituição.
- Organizar a agenda de representação oficial e social do presidente.
- Coordenar as atividades de encaminhamento e tramitação dos documentos recebidos pela Secretaria-Geral, direcionando-os, de ordem do presidente, aos órgãos competentes.
- Coordenar e supervisionar as atividades das assessorias da Secretaria-Geral.
- Organizar a agenda de compromissos da Secretaria-Geral e preparar e despachar o expediente do Gabinete.
- Controlar a entrada e a saída de documentos encaminhados ao secretário-geral, mantendo o arquivo organizado e atualizado.

Estão também funcionalmente vinculadas à Secretaria-Geral a Assessoria Especial e a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias.

1.1. Ações

Dentre as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência, destacam-se nesta gestão: a coordenação das atividades referentes à atuação das Forças Armadas e à solicitação de apoio logístico nas Eleições 2014; o controle do prazo de biênios dos ministros titulares e substitutos; bem como o controle e encaminhamento das listas tríplices oriundas dos tribunais regionais eleitorais ao Ministério da Justiça.

Em 2014, constituiu-se uma comissão responsável pela coordenação das atividades referentes à atuação das Forças Armadas e solicitação de apoio logístico nas Eleições 2014, à qual coube:

- Representar o Tribunal Superior Eleitoral perante o Ministério da Defesa nas tratativas relacionadas à requisição de força federal e ao apoio logístico.

- Estabelecer estratégias e propor melhorias aos procedimentos.
- Manter registro atualizado dos pedidos oriundos dos tribunais regionais eleitorais.
- Monitorar a atuação das forças federais junto à Justiça Eleitoral.

1.1.1. Apoio logístico

No primeiro turno das Eleições 2014, 6 tribunais regionais solicitaram apoio logístico das Forças Armadas em localidades de difícil acesso (AC, AM AP, MS, RO e RR), totalizando 92 localidades onde houve necessidade de apoio por unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. No segundo turno, apenas 5 tribunais regionais (AC, AP, MS, RO e RR) solicitaram apoio logístico, prestado em 85 localidades.

1.1.2. Força federal

No primeiro turno das Eleições 2014, foi solicitado o emprego de unidades das Forças Armadas em 292 localidades, sendo deferido pelo TSE o emprego de tropas federais em 274. No segundo turno, foram solicitadas e deferidas forças federais para 230 municípios.

1.1.3. Controle dos prazos de biênios dos ministros

A Secretaria-Geral da Presidência passou a fazer o controle do término do prazo dos biênios dos ministros titulares e substitutos da Corte, com o encaminhamento dos respectivos ofícios aos órgãos competentes visando a elaboração das respectivas listas tríplices.

1.1.4. Listas tríplices

A Secretaria-Geral da Presidência faz o controle dos processos de lista tríplice dos tribunais regionais eleitorais, encaminhando-os, após aprovação do Plenário desta Corte Eleitoral, ao Poder Executivo, consoante disposto no art. 120, § 1º, III, da Constituição, e no art. 25, III, do Código Eleitoral.

1.2. Acordos assinados

A seguir estão relacionados os acordos assinados em 2014:

- Termo de cooperação institucional entre o Tribunal Superior Eleitoral, o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que tem como objeto a troca de informações quanto aos profissionais que assinaram as prestações de contas das campanhas eleitorais de 2014, os quais deverão estar regularmente registrados e ativos nos conselhos regionais de Contabilidade e nas seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

- Acordo de cooperação com o Ministério da Justiça, que teve como objeto a conjugação de esforços para o acompanhamento de indicadores de segurança pública durante as eleições gerais de 2014. Por meio desse acordo, foi possível o monitoramento de indicadores externos, tais como manifestações, prisões, entrega bem-sucedida das urnas, dentre outros indicadores essenciais para o sucesso da realização do pleito, os quais permitiram antecipar a tomada de decisões.
- Memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto para a Paz e a Democracia da Indonésia.
- Memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (Ideia).
- Memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral da República Dominicana.
- Memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Junta Central Eleitoral da República Dominicana.
- Memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Comissão Nacional Eleitoral da República do Sudão.

1.3. Assessoria de Cerimonial

1.3.1. Atividades do mês de maio de 2014

As atividades realizadas no mês de maio de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
13.5	• Cerimônia de posse do Ministro Dias Toffoli como presidente do TSE.	Plenário Salão Nobre
	• Cerimônia de aposição de retrato da Ministra Cármen Lúcia.	
14.5	• Reunião de presidentes dos TREs.	Auditório II
16.5	• Encontro do ministro presidente com jornalistas.	Auditório II
22.5	• Visita de estudantes do curso de Direito – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (Unifeb), de Barretos/SP.	Foyer/Museu/Plenário
23.5	• Acompanhamento do ministro presidente por ocasião da posse comemorativa de presidente e vice-presidente do TRE/DF.	TRE/DF
27.5	• Visita de estudantes do curso de Direito – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), de São Leopoldo/RS.	Foyer/Museu/Plenário
28.5	• Recepção de deputados federais para audiência com o Ministro Dias Toffoli.	Trecho 5/Presidência

Data	Evento	Local
30.5	• Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade Vale do Gortuba (Favag), de Porteirinha/MG.	Foyer/Museu/Plenário

1.3.2. Atividades do mês de junho de 2014

As atividades realizadas no mês de junho de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
3.6	• Visita de estudantes do curso de Direito – Instituto Tueri, de Goiânia/GO.	Foyer/Museu/Plenário
4.6	• Visita de estudantes do curso de Direito – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (Caasp).	Foyer/Museu/Plenário
13.6	Apoio à reunião preparativa entre a Asics e jornalistas, com a presença do Ministro Henrique Neves, para definição de parâmetros referentes à entrega, pelos partidos políticos, do material de gravação das inserções às emissoras de TV e rádio.	Centro de Divulgação – 3º Andar
16.6	• Cerimônia de posse do Ministro Herman Benjamin (STJ) no cargo de ministro substituto do TSE.	Gabinete da Presidência
27.6	• Recepção da Ministra Eleonora Menicucci (ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) para audiência com o ministro presidente.	Trecho 5/Presidência

1.3.3. Atividades do mês de julho de 2014

As atividades realizadas no mês de julho de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
1º.7	• Recepção dos deputados Anthony Garotinho (PR/RJ) e Hugo Leal (Pros/RJ), e do juiz federal Antônio César Bochenek, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), para audiência com o ministro presidente.	Trecho 5/Presidência
7.7	• Apoio ao 1º Encontro com Parceiros de Divulgação, promovido pela Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics).	Auditório I TSE
10.7	• Almoço do ministro presidente com o comandante das Forças Armadas, general Enzo Peri.	Setor Militar Urbano – QG do Exército
11.7	• Acompanhamento do ministro presidente por ocasião da festa junina da Associação dos Servidores do Tribunal Superior Eleitoral (Assertse).	Térreo TSE

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Data	Evento	Local
14.7	Acompanhamento do ministro presidente durante a recepção e o almoço com o presidente da Rússia, Vladimir Putin.	Palácio do Itamaraty
15.7	<ul style="list-style-type: none">Recepção de autoridades para audiência com o ministro presidente: procurador-geral da União, Dr. Paulo Henrique Kuhn; deputado Francisco Escórcio (PMDB/MA); Dr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB); Senador Wellington Dias (PT/PI); governador Teotonio Vilela Filho; presidentes dos TREs.	Trecho 5/Presidência
16.7	<ul style="list-style-type: none">Apoio à audiência pública para discussão da Instrução-TSE nº 78.395/2014, que dispõe sobre a utilização do horário gratuito de propaganda eleitoral reservado aos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 2014 e aprova o plano de mídia das inserções.	Auditório I TSE
	<ul style="list-style-type: none">Recepção do Senador Walter Pinheiro (PT/BA) e do Deputado Luiz Carlos (PSDB/AP) para audiência com o ministro presidente.	Trecho 5/Presidência
29.7	<ul style="list-style-type: none">Apoio à entrevista coletiva Divulgação do Perfil do Eleitorado Brasileiro para as Eleições 2014.	Auditório II TSE
	<ul style="list-style-type: none">Participação na reunião relativa à recepção de convidados internacionais para as Eleições 2014, com representantes dos TREs.	Sala V 930
31.7	<ul style="list-style-type: none">Organização do evento e da recepção das autoridades para a cerimônia de assinatura de termo referente a normas de conduta e regras de engajamento das Forças Armadas nas eleições de 2014.	Gabinete da Presidência TSE
	<ul style="list-style-type: none">Recepção do procurador-geral da União, Paulo Henrique Kuhn, para audiência com o ministro presidente.	Gabinete da Presidência TSE

1.3.4. Atividades do mês de agosto de 2014

As atividades realizadas no mês de agosto de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
1º.8	<ul style="list-style-type: none">Recepção do governador da Bahia, Jaques Wagner, para audiência com o ministro presidente.	Trecho 5/Presidência
4.8	<ul style="list-style-type: none">Apoio à realização do Encontro de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais, com a presença do Ministro João Otávio de Noronha (presidente da EJE/TSE) e corregedor-geral eleitoral.	Auditório III
5.8	<ul style="list-style-type: none">Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Fadergs), de Porto Alegre/RS.	Foyer/Museu/Plenário
	<ul style="list-style-type: none">Recepção aos participantes e acompanhamento da sessão plenária de magistrados do Curso de Formação Inicial para Magistrados (Enfam).	Foyer/Museu/Plenário

Data	Evento	Local
7.8	<ul style="list-style-type: none"> • Visita de estudantes – Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), de Belém/PA; Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO); Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp); Faculdade do Norte do Paraná (Fanorpi); Centro Universitário Eurípedes de Marília (Univem), de Marília/SP. 	Foyer/Museu/Plenário
12.8	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção de comitiva do Sudão, com visita ao Museu e ao Plenário do TSE e encaminhamento para assinatura de termo de cooperação eleitoral. A comitiva foi composta pelo presidente e pelo secretário-geral da Comissão Eleitoral do Sudão, Dr. Mukhtar Elasm e Dr. Galal Mohamed Ahmed, respectivamente, acompanhados pelo embaixador do Sudão no Brasil, Dr. Abd Awad Elkarim, e pelo ministro-conselheiro da Embaixada do Sudão, Dr. Mohamed A. Yasin. 	Museu/Plenário/ Sala V 930/ Presidência TSE
14.8	<ul style="list-style-type: none"> • Cerimônia de posse do Ministro Luiz Fux como ministro efetivo do TSE. 	Plenário TSE
18.8	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de teste de urna para eleição do corregedor-geral eleitoral. 	Sala AV 09 – Anexo (STI)
19.8	<ul style="list-style-type: none"> • Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade São Francisco de Barreiras, de Barreiras/BA, e Faculdade Guilherme Guimbala, da Associação Catarinense de Ensino (ACE), de Joinville/SC. 	Foyer/Museu/Plenário
20.8	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção do secretário-geral da Suprema Corte Americana, Dr. Scott Harris, para audiência com o ministro presidente. 	Gabinete da Presidência TSE
21.8	<ul style="list-style-type: none"> • Visita de estudantes do curso de Direito – Centro Universitário Toledo, de Araçatuba/SP. 	Foyer/Museu/Plenário
22.8	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção do Deputado Policarpo (PT/DF) e do presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, para audiência com o ministro presidente. 	Trecho 5/Presidência
	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do ministro presidente, o qual foi expositor na conferência de encerramento do Seminário de Improbidade Administrativa e Desafios para Gestão do Estado Brasileiro, no Conselho da Justiça Federal. 	Conselho da Justiça Federal (CJF)
26.8	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do ministro presidente durante a solenidade de posse da Ministra Nancy Andrighi no cargo de corregedora nacional de justiça. 	Plenário STJ
27.8	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento durante a visita de cortesia da comitiva de Angola, com a presença do presidente do Tribunal Supremo de Angola, Dr. Cristiano André, e do embaixador de Angola no Brasil, Sr. Nelson Cosme. 	Presidência/Museu/ Plenário TSE

1.3.5. Atividades do mês de setembro de 2014

As atividades realizadas no mês de setembro de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
2.9	• Cerimônia de posse do Ministro Luís Roberto Barroso como ministro substituto do TSE.	Presidência TSE
	• Realização de foto oficial da Corte do TSE.	Sala de Togas
	• Cerimônia de posse dos ministros Maria Thereza de Assis Moura e João Otávio de Noronha, como ministra efetiva e corregedor-geral eleitoral, respectivamente.	Plenário TSE
4.9	• Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração de Sistemas Eleitorais.	Espaço Multiuso (subsolo do TSE)
	• Visita de estudantes do curso de Direito – Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), de Curitiba/PR.	Foyer/Museu/Plenário
9.9	• Visita de magistrados e servidores do Chile, Peru e Uruguai: Programa Joaquim Nabuco (STF).	Sala de reuniões do Gabinete da Diretora-Geral da Secretaria
10.9	• Apoio à solenidade de posse do Ministro Ricardo Lewandowski como presidente do STF.	Plenário STF
11.9	• Visita de estudantes do curso de Direito – Universidade de Caxias do Sul (UCS), de Caxias do Sul/RS.	Plenário TSE
	• Solenidade de posse do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho como ministro substituto do TSE.	Presidência TSE
15.9	• Acompanhamento do ministro presidente (na condição de expositor) durante o Simpósio A Súmula no Direito Contemporâneo – atividades comemorativas do centenário do Ministro Victor Nunes Leal.	Sede do Conselho Federal da OAB
16.9	• Visita de estudantes do curso de Direito – Universidade Regional de Blumenau (Furb), de Blumenau/SC, e Faculdade Meridional (Imed), de Passo Fundo/RS.	Plenário TSE
18.9	• Visita individual do estudante de Ciência Política Marcos Lessa.	Foyer/Museu
19.9	• Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade de Ciências Humanas de Itabira/MG.	Foyer/Museu/Plenário
23.9	• Visita de estudantes do curso de Direito – Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb), de Brasília/DF.	Foyer/Museu/Plenário
24.9	• Apoio na reunião de corregedores da Justiça Eleitoral.	Auditório II TSE
25.9	• Organização e realização da cerimônia de assinatura do termo de cooperação entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a Escola Judiciária Eleitoral (EJE).	Presidência TSE

1.3.6. Atividades do mês de outubro de 2014

As atividades realizadas no mês de outubro de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
1º.10	<ul style="list-style-type: none"> Recepção de convidados internacionais no aeroporto de Brasília e encaminhamento deles aos respectivos hotéis. 	Aeroporto JK/Hotéis Royal Tulip e Brasília Palace
2.10	<ul style="list-style-type: none"> Recepção de convidados internacionais no aeroporto de Brasília e encaminhamento deles aos respectivos hotéis. 	Aeroporto JK/Hotéis Royal Tulip e Brasília Palace
	<ul style="list-style-type: none"> Organização de traslado dos convidados internacionais dos hotéis para o TSE. 	Hotéis Royal Tulip e Brasília Palace/TSE
	<ul style="list-style-type: none"> Cerimônia de recepção de boas-vindas aos convidados internacionais pelo ministro presidente do TSE. 	Presidência TSE
3.10	<ul style="list-style-type: none"> Realização de seminário com a presença de convidados internacionais e exposições dos ministros Nelson Jobim e Henrique Neves. 	Auditório I do TSE
	<ul style="list-style-type: none"> Realização de cerimônia de assinatura de memorandos de entendimento entre o TSE (Brasil), o Tribunal Superior Eleitoral da República Dominicana, a Junta Central Eleitoral da República Dominicana e o Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral Internacional (Ideia). 	Museu do TSE
	<ul style="list-style-type: none"> Foto oficial do ministro presidente do TSE com convidados internacionais. 	Foyer do TSE
	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento dos convidados internacionais em visita ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. 	Congresso Nacional/STF
5.10	<ul style="list-style-type: none"> Organização de traslado dos convidados internacionais dos hotéis para as zonas eleitorais previamente designadas pelo TRE/DF, para acompanhamento da abertura da votação nas eleições. Deslocamento até o TRE/DF para acompanhamento de palestras e demonstrações de votação paralela aos convidados internacionais. 	Hotéis Royal Tulip e Brasília Palace/18ª Zona Eleitoral do DF – Colégio CEL (Lago Sul)/ TRE/DF
	<ul style="list-style-type: none"> Organização de traslado dos convidados internacionais dos hotéis para as zonas eleitorais previamente designadas pelo TRE/DF, para acompanhamento do fechamento das urnas e transmissão dos resultados da votação. 	Hotéis Royal Tulip e Brasília Palace/14ª Zona Eleitoral do DF – Colégio Sigma (506 Norte)
6.10	<ul style="list-style-type: none"> Organização e realização de traslado dos convidados internacionais dos hotéis para o aeroporto. 	Hotéis Royal Tulip e Brasília Palace/Aeroporto JK
7.10	<ul style="list-style-type: none"> Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade La Salle, de Lucas do Rio Verde/MT. 	Foyer/Museu/Plenário

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Data	Evento	Local
15.10	• Primeira reunião do grupo de trabalho para realização da solenidade de diplomação dos eleitos para presidente e vice-presidente da República em 2014.	Sala de reuniões do Gabinete da Diretora-Geral da Secretaria
22.10	• Segunda reunião do grupo de trabalho para realização da solenidade de diplomação dos eleitos para presidente e vice-presidente da República em 2014.	Sala de reuniões do Gabinete da Diretora-Geral da Secretaria
26.10	• Recepção e acompanhamento dos convidados internacionais ao Auditório III do TSE para palestras do Ministro Henrique Neves e do Dr. Giuseppe Janino, no segundo turno das eleições de 2014, ao Salão Nobre para <i>coffee break</i> e ao Museu do Voto.	Auditório III/Salão Nobre/Museu
	• Apoio às entrevistas coletivas concedidas pelo presidente do TSE à imprensa sobre a realização do segundo turno das eleições de 2014.	Auditório I TSE
28.10	• Organização e realização da cerimônia de assinatura de termo de cooperação institucional entre o Tribunal Superior Eleitoral, o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.	Gabinete da Presidência TSE
30.10	• Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade Integrada de Campo Mourão/PR e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).	Foyer/Museu/Plenário

1.3.7. Atividades do mês de novembro de 2014

As atividades realizadas no mês de novembro de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
4.11	• Visita de estudantes do curso de Direito – Universidade de Passo Fundo (UPF).	Foyer/Museu/Plenário
6.11	• Organização e realização da cerimônia de assinatura de memorando de entendimento entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto para a Paz e a Democracia da Indonésia.	Gabinete da Presidência TSE
10.11	• Apoio à recepção do secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Sr. Ernesto Samper, para audiência com o ministro presidente.	Trecho 5/Presidência
11.11	• Visita de estudantes: curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (Univille) – <i>Campus</i> São Bento do Sul; Curso de Graduação em Direito da Universidade Luterana do Brasil – Unidade Guaíba.	Foyer/Museu/Plenário
18.11	• Visita de estudantes do curso de Direito – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba/GO.	Foyer/Museu/Plenário

Data	Evento	Local
20.11	• Visita de estudantes do curso de Direito – União Pioneira de Integração Social (Upis), de Brasília/DF.	Foyer/Museu/Plenário
27.11	• Visita de magistrados (juizes do Tribunal de Justiça do Espírito Santo participantes do curso de formação inicial – módulo nacional) da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e advogados da OAB/RS, de Farroupilha/RS.	Foyer/Museu/Plenário
	• Acompanhamento do ministro presidente (na condição de palestrante) ao XVII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional.	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC)

1.3.8. Atividades do mês de dezembro de 2014

As atividades realizadas no mês de dezembro de 2014 foram as relacionadas a seguir:

Data	Evento	Local
3.12	• Apoio à realização do Sarau Literomusical, organizado pela biblioteca do TSE (leiaute e mestre de cerimônias).	Biblioteca TSE
4.12	• Apoio à visita da secretária de Assuntos Políticos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.	Trecho 5/Presidência
12.12	• Apoio à visita de jornalistas coreanos e do embaixador da Coreia do Sul no Brasil.	Trecho5/Presidência
18.12	• Organização e realização da cerimônia de diplomação da presidente e do vice-presidente da República reeleitos.	Plenário TSE

1.4. Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

1.4.1. Ações

As ações da Asics foram as elencadas a seguir:

- Planejamento estratégico de comunicação para as Eleições 2014 em parceria com a agência de publicidade lícitada, Borghi Lowe.
- Produção, acompanhamento, fiscalização e aprovação das produções publicitárias referentes à campanha Eleições 2014 – Esclarecimento ao Eleitor.
- Gestão, monitoramento e alimentação das redes sociais por meio de fornecedores contratados pela agência de publicidade.
- Contratação do serviço de *checking* publicitário para fiscalizar a veiculação das peças publicitárias nas emissoras de rádio e TV.

- Intermediação entre o TSE e os tribunais regionais eleitorais (TREs) sobre todos os temas referentes à comunicação institucional: crises, parcerias, críticas e sugestões.
- Coordenação do grupo que tratou da comunicação institucional na Avaliação das Eleições 2014, apresentação dos resultados e realização de oficina de trabalho junto aos TREs.
- Produção de dois pronunciamentos do presidente do TSE em rede nacional, referentes ao primeiro e ao segundo turnos das eleições.
- Elaboração dos temas e execução das pesquisas pré-eleições e pós-eleições, por meio de empresa contratada em sessão pública, com a finalidade de avaliar aspectos gerais sobre o trabalho da Justiça Eleitoral nas Eleições 2014.
- Apresentação do Núcleo de TV e Rádio.
- Conteúdos do Núcleo de TV e Rádio.
- Produtos de TV e de Internet exibidos.
- Novos programas.
- Dados estatísticos.
- Distribuição dos produtos.

Matérias publicadas no portal do TSE

Durante o período de maio a dezembro de 2014, foram publicadas 975 matérias no *site* do Tribunal Superior Eleitoral. Dessas, 879 são referentes a assuntos do TSE e 96 dos TREs.

Demandas de imprensa (via telefone ou e-mail)

No período de maio a dezembro de 2014, foram respondidas 4.704 demandas de imprensa. A média foi de 24,6 atendimentos por dia.

Coletivas realizadas

Fonte	Número de coletivas
Min. Dias Toffoli	4

Data	Assuntos
Maio	Posse e condução da gestão
Julho	Perfil do eleitorado brasileiro
Outubro (1º e 2º turnos)	Eleições 2014

Comunicação interna – Intranet

Foram realizadas 320 publicações na intranet. Dessas, 164 foram notícias veiculadas no *AconTSE*, 9 no *IntraNotícias* e 147 anúncios nos classificados.

Todas as matérias publicadas no *AconTSE* – ambiente virtual onde são veiculadas as principais notícias da comunicação interna do Tribunal – são divulgadas no destaque da *homepage* da intranet (“carrossel”). Assim, o número de chamadas nesse destaque foi o mesmo: 164.

Os boletins *AconTSE* – veiculados às quartas-feiras com todas as notícias e anúncios classificados publicados durante a semana – circularam 32 vezes entre maio e novembro de 2014.

Publicações do TSE no Facebook

No período, foram publicados 160 *posts*.

O número de seguidores saltou de 7.141 (em 14 de maio) para 31.374 (31 de dezembro).

O maior número de adesões em 24 horas foi registrado em 5 de outubro: 2.088 novos seguidores.

O *post* de maior sucesso foi publicado no dia 30 de junho com o título “Atenção! Voto nulo não anula eleição!”. Alcançou 389.888 usuários do Facebook, recebendo 28.359 curtidas em toda a rede social. Na página do TSE, ele foi curtido por 555 pessoas e, nos compartilhamentos realizados por outros usuários, a publicação recebeu outras 15.187 curtidas. Ao todo, foi comentado 2.513 vezes, das quais 73 aconteceram na página do Tribunal e 2.440 nas páginas dos usuários que o compartilharam. No total, a publicação foi compartilhada 10.104 vezes, das quais 9.774 foram a partir da página do TSE e 330 através de páginas que o compartilharam. Um total de 11.060 pessoas clicaram na imagem para visualizar o *post*.

Twitter

O *post* mais comentado foi publicado no dia 20 de outubro, com 999 comentários. Muitos deles não se referiam ao conteúdo da publicação em si, mas ao resultado do primeiro turno das Eleições 2014.

Publicação mais retuitada

Tuíte	Data e hora da postagem	Número de retuites	Usuários do Twitter alcançados
Concedido direito de resposta à coligação de Dilma na revista <i>Veja</i>	Sábado, 25 de outubro, às 21h36	534	229.708

Publicação mais curtida

Tuíte	Data e hora da postagem	Número de curtidas
Concedido direito de resposta à coligação de Dilma na revista <i>Veja</i>	Sábado, 25 de outubro, às 21h36	294

Fotografia

Produção de fotografias – Maio a dezembro de 2014	
Arquivo bruto	38.497
Publicação no Plone	1.198
Comunicação interna	451
Banco de imagens	311
Outras/variadas	952

Centro de Divulgação das Eleições 2014 (CDE)

Período de funcionamento: 22 de setembro a 27 de outubro.

Imprensa nacional credenciada

Foram credenciados 905 profissionais, dos quais 77 eram de jornais, 102 de rádios, 3 de revistas, 124 de *sites* e mídias sociais e 599 de TVs.

Imprensa estrangeira credenciada

Foram credenciados 127 profissionais de 43 veículos de comunicação.

Credenciamento por veículos de comunicação	Distribuição dos postos de trabalho
14 jornais	12 cabines de rádio
20 emissoras de rádio	72 bancadas com computadores
2 revistas	13 boxes para TVs
16 <i>sites</i> e agências de notícias	Estúdio de entrevistas
29 emissoras de TV	2 bancadas pra uso de <i>laptops</i>

Distribuição de materiais impressos nos dias 5 e 26 de outubro

Primeiro turno: cinco boletins sobre ocorrências relacionadas a urna e crimes eleitorais, cartilha com dados estatísticos sobre as Eleições 2014, publicação com as perguntas mais

frequentes sobre as eleições, lista com o horário de início e término da votação em cada país onde ocorreu a votação no exterior e blocos de anotação. Segundo turno: seis boletins sobre ocorrências relacionadas a urna e crimes eleitorais, encarte com atualização de dados estatísticos sobre as Eleições 2014, lista com o horário de início e término da votação em cada país onde ocorreu a eleição no exterior, mapas com as diferenças de fusos horários dos estados brasileiros e blocos de anotação.

Campanhas

Em continuidade à campanha das Eleições 2014, iniciada na gestão anterior, o foco foi promover uma campanha de esclarecimento ao eleitor, dando ênfase a vários aspectos da Justiça Eleitoral, como serviços prestados, imagem institucional, segurança das urnas, bastidores e outros temas que pudessem esclarecer as principais dúvidas do eleitor, sem perder o conceito inicial: #VemPraUrna.

Divulgação

Com acesso fácil, rápido e em alta resolução, todas as peças produzidas para rádio, TV e mídia impressa estão disponíveis para serem baixadas no *site* do TSE, sendo públicas para qualquer veículo que tenha o interesse de reproduzir as campanhas da Justiça Eleitoral.

Endereço eletrônico: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/campanhas-publicitarias-eleicoes-2014>>.

Campanha Esclarecimento ao Eleitor

Temas abordados:

- Segurança nas Urnas;
- O Papel da Justiça Eleitoral;
- Justificativa Eleitoral;
- Venda de Votos;
- Voto Secreto;
- Pense Bem Antes de Votar;
- Como Votar – Passo a Passo;
- Libras – Deficientes Auditivos.

Segurança nas Urnas

Peças para TV, rádio e mídia impressa que abordam o tema Segurança das Urnas de forma prática, didática e objetiva, reforçando ao eleitor todos os itens de segurança e inviolabilidade do sistema de tecnologia que a Justiça Eleitoral oferece.

O Papel da Justiça Eleitoral

Peças para TV, rádio e mídia impressa que mostram o trabalho contínuo da Justiça Eleitoral (JE) por trás do voto. O foco foi reforçar para o grande público que o trabalho da JE é permanente, e não apenas de quatro em quatro anos, como a maioria da população imagina. Juízes, mesários e o universo do serviço prestado à população foram apresentados em um formato de fácil compreensão e linguagem simples.

Justificativa Eleitoral

Peças para TV, rádio e mídia impressa com o objetivo de esclarecer ao eleitor a importância de comparecer ao pleito e exercer seu papel de cidadão, além de informar sobre os locais de justificativa e sobre como realizar o procedimento necessário para ficar quite com a Justiça Eleitoral.

Venda de Votos

Peças para TV, rádio e mídia impressa, com a finalidade de reforçar que o voto é o melhor instrumento de que o cidadão dispõe para exercer a democracia. E quando se vende esse direito, também se perde o direito sobre o que está sendo decidido, significando acatar tudo aquilo que será imposto pelo próximo governo. Além de ser crime eleitoral e haver punição para essa prática.

Pense Bem Antes de Votar

Peças para TV e rádio de incentivo ao eleitor para que exerça o voto consciente, incluindo a responsabilidade de escolher os governantes e a importância do discernimento entre as opções de candidatos para que não se repitam erros anteriores. Foco na reflexão sobre o candidato e suas propostas.

Libras – Deficientes Auditivos

Peça exclusiva para TV que teve como objetivo fazer uma comunicação específica para os deficientes auditivos, utilizando legenda e sinais em libras que identificassem esses eleitores. Além disso, a data escolhida para veiculação foi a semana em que se comemorava o dia do deficiente auditivo: 26 de setembro. Uma homenagem para esse público tão importante e muitas vezes esquecido nas campanhas nacionais.

Parceria com os tribunais regionais: peças gráficas – TREs

Destaque para a descentralização dos cartazes e da cola eleitoral, que foram impressos e distribuídos pelos regionais. O TSE ficou responsável apenas pela parte gráfica, o que acelerou o processo, em atendimento ao pedido dos TREs.

Redes sociais

Monitoramento, alimentação de conteúdo e padronização específica para as redes sociais. Foi criado um formato infográfico de *posts* e vídeos que permaneceram durante toda campanha das Eleições 2014. A identidade gráfica utilizada foi bastante elogiada pelos usuários e foi de fácil absorção, abordando vários temas eleitorais e dando suporte à campanha principal. Além disso, o monitoramento das redes foi uma ferramenta importante para direcionar a comunicação e avaliar os principais temas de debate sobre a Justiça Eleitoral e as Eleições 2014.

Checking publicitário

Contratação do serviço de *checking* para emissoras de rádio e TV, visando monitorar as inserções das peças publicitárias. Ferramenta importante em ano de eleição, tendo em vista a quantidade de peças colocadas no ar diariamente, as quais corresponderam a dez minutos/dia. Dessa forma, as emissoras confirmam que veicularam todo plano de mídia proposto sem prejudicar seus concorrentes, de acordo com a concessão obrigatória de tempo para a Justiça Eleitoral.

Pronunciamentos

Produção de dois pronunciamentos em rede nacional abordando o primeiro e o segundo turno. Divulgação *on-line* em canais específicos e reprodução no portal de TSE. Utilização do gabinete presidencial como cenário e contratação de produtora, por certame, para a execução do serviço.

Pesquisas

Contratação e apresentação de duas pesquisas pré e pós-eleições, avaliando o serviço prestado pela Justiça Eleitoral, as eleições, a imagem institucional e outros temas que refletem diretamente o trabalho realizado pelo TSE e pelos TREs em todo território nacional.

Exibição diária

- TV Justiça;
- telejornais: *Jornal da Justiça*, 1ª e 2ª edições;
- pauta: reportagens e entradas ao vivo das decisões e matérias de serviço para o eleitor;

- Rádio Justiça;
- telejornais: *Voz do Brasil* e programas da Rádio Justiça;
- entradas ao vivo: 9h/12h30/18h;
- pauta: reportagens das decisões e matérias de serviço para o eleitor.

Programas semanais

- *Brasil Eleitor*: programa de 30 minutos com a participação dos tribunais regionais eleitorais.
- *Giro Eleitoral*: programa que mostra as ações do Tribunal Superior Eleitoral.
- *Sessão Plenária*: programa com um resumo das decisões do Plenário do TSE.

1.5. Secretaria Judiciária

Neste relatório, são apresentadas as principais atividades, ações e projetos desenvolvidos, bem como são revelados os dados estatísticos relativos às atividades desempenhadas pela Secretaria Judiciária do TSE, que, em seu conjunto, nortearam a governança judiciária eleitoral em 2014.

À Secretaria Judiciária (SJD) compete o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades referentes à autuação, à distribuição e à montagem de processos e ao processamento dos feitos de competência do Tribunal. Compete-lhe, ainda, tomar as providências necessárias à composição de acórdãos e resoluções, à publicação e cumprimento das decisões do Tribunal e de seus membros. Também cabe à Secretaria Judiciária o registro e a anotação dos dados partidários.

Neste ano, a modernização e a dinâmica dos procedimentos judiciários eleitorais possibilitaram:

- Autuação e distribuição, no mesmo dia, de 100% dos processos das eleições.
- Juntada de pareceres da Procuradoria-Geral Eleitoral em até duas horas, seguida de imediata conclusão dos processos aos gabinetes dos ministros relatores.
- Montagem e publicação dos acórdãos sem notas orais em até 48 horas.
- Cordial e pronto atendimento aos advogados e partes.
- Valorização e permanente apoio aos servidores da SJD, que, com eficiência, satisfação e muito orgulho de servir à nação brasileira, realizaram um trabalho dinâmico e de excelência em 2014.

A Secretaria Judiciária pretende, para o ano de 2015, modernizar e atualizar ainda mais os atos cartorários sob sua direção, notadamente com a implantação do Processo Judicial Eletrônico, aliada à atualização do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), no âmbito de toda Justiça Eleitoral. O objetivo é que a SJD possa continuar contribuindo – de forma discreta, porém eficiente – com a boa imagem do Tribunal perante os atores eleitorais: candidatos, partidos políticos, eleitores, coligações, advogados e demais agentes processuais eleitorais.

1.5.1. Atendimento à Secretaria-Geral da Presidência

Com a alteração da estrutura orgânica do Tribunal Superior Eleitoral, operada pela Resolução-TSE nº 23.420/2014, a Secretaria Judiciária foi remanejada da Secretaria do Tribunal para a Secretaria-Geral da Presidência. Essa nova posição da SJD no organograma da Corte demandou do secretário judiciário a realização de alterações no funcionamento de seu gabinete.

Primeiramente, a escala dos servidores do Gabinete foi adequada para que, no período eleitoral de 2014, entre 8h e 23h, sempre houvesse pelo menos um servidor disponível no Gabinete da Secretaria Judiciária para prestar serviços ao seu novo cliente interno: a Secretaria-Geral da Presidência.

Por outro lado, o secretário judiciário estabeleceu as seguintes diretrizes a serem seguidas pelos servidores do gabinete:

- fazer o pronto atendimento das demandas da Secretaria-Geral da Presidência;
- responder com agilidade e presteza aos questionamentos verbais e escritos dos assessores da Presidência.

Foi com base nessas novas diretrizes que, em 15.9.2014, foi feita reunião de interlocução entre o Gabinete da Secretaria Judiciária e a Secretaria de Tecnologia da Informação para criação de planilha que servisse de matéria-prima para a elaboração de relatórios estatísticos solicitados pelo secretário-geral da Presidência, com urgência, ao Gabinete da Secretaria Judiciária.

Outra ação do Gabinete da Secretaria Judiciária que merece destaque foi o monitoramento diário, e praticamente em tempo real, da chegada ao Tribunal dos processos de representações e das petições e processos relacionados à requisição de força federal. Enquanto a chegada dos processos de representação era comunicada com celeridade ao secretário-geral da Presidência, a chegada dos processos e petições relacionadas à requisição de força federal era transmitida imediatamente a um dos assessores da Presidência.

Convém destacar, ainda, que, desde o dia 2 de maio de 2014, o Gabinete da Secretaria Judiciária vem fazendo um monitoramento diário dos processos de lista tríplice, a fim de manter a Presidência da Corte informada sobre o andamento dos referidos processos.

A mais recente demanda vinda da Secretaria-Geral da Presidência consiste no encaminhamento da relação de processos de prefeitos, relativos às eleições de 2012, subdivididos por relator e que ainda estão tramitando no Tribunal Superior Eleitoral.

As ações acima exemplificadas demonstram que os servidores do Gabinete da Secretaria Judiciária estão plenamente capacitados para prestar, com dinamismo e cordialidade, os auxílios procedimental, processual e estatístico oriundos do seu novo cliente interno.

1.5.2. Governança Judiciária Eleitoral

Com o objetivo de atender aos pilares da celeridade e da modernidade que norteiam a Justiça Eleitoral, a governança da Secretaria Judiciária, em 2014, pautou-se pela modernização e pela agilização dos atos cartorários sob sua direção, uma vez que o período eleitoral exigiu da Secretaria Judiciária o pronto atendimento dos prazos processuais exíguos estabelecidos na legislação eleitoral de regência, bem como a imediata autuação e distribuição de processos eleitorais.

Por essa razão, no primeiro semestre do ano corrente, o secretário judiciário expediu atos de delegação que objetivaram dar maior agilidade à prática de atos processuais. Assim, por exemplo, os termos de conclusão à Presidência dos processos de execução de julgado, que antes eram assinados pelo secretário judiciário, passaram a ser assinados pelo coordenador de Registros Partidários, Autuação e Distribuição, logo após a distribuição.

Com o Ato de Delegação nº 1/2014, os editais, os mandados de citação, os mandados de intimação e as certidões passaram a ser executados e assinados no âmbito das próprias coordenadorias (Cpadi, CPRO e Coare), o que agilizou a tramitação dos feitos de um modo geral, já que o deslocamento dos processos ao Gabinete da Secretaria Judiciária (para a coleta da assinatura do secretário nos mandados, por exemplo) demandava muito tempo e retardava a prestação de serviços da Secretaria Judiciária aos clientes interno e externo.

Por meio do Ato de Delegação nº 2/2014, o secretário judiciário, considerando o decidido pelo secretário-geral da Presidência no Protocolo-TSE nº 12.041/2014, delegou ao coordenador da Cpadi competência para proceder à anotação dos dados a que se refere o art. 30, *caput* e § 2º, da Resolução-TSE nº 23.282/2010.

A delegação dos atos supramencionados mostrou-se um sucesso, razão pela qual muito provavelmente a delegação expressa no Ato de Delegação nº 1/2014, que deveria valer apenas para o período eleitoral de 2014, deverá ser estendida por tempo indeterminado a partir de 2015.

1.5.3. Projeto Força-Tarefa da Secretaria Judiciária

O Projeto Força-Tarefa foi idealizado e criado em 2010 pela Secretaria Judiciária como uma forma de encontrar soluções internas para as demandas da SJD durante o período eleitoral. Consistia o

projeto em capacitar servidores de outras secretarias do TSE para, com base no princípio da solidariedade, oferecerem apoio à Secretaria Judiciária na realização de atos cartorários durante o período eleitoral, época em que há aumento excessivo do número de processos que chegam ao Tribunal.

No período eleitoral de 2012, o Projeto Força-Tarefa foi utilizado pela Secretaria Judiciária em sua plenitude. Vários servidores de outras unidades se deslocaram para as dependências da SJD e prestaram auxílio na autuação e distribuição de feitos, na juntada de pareceres e petições, bem como no atendimento ao público.

Considerando o sucesso do projeto em 2012, a Secretaria Judiciária retomou o Projeto Força-Tarefa para o período eleitoral de 2014. Em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, foi publicado na intranet o Edital nº 6/2014, que apresentou as regras para inscrição no programa. Mais uma vez, dezenas de servidores se prontificaram a auxiliar a Secretaria Judiciária durante o período eleitoral de 2014.

A execução do Projeto Força-Tarefa em 2014 obteve êxito, tendo contribuído sobremaneira para a otimização do processamento dos feitos no âmbito das coordenadorias, bem como na qualidade de vida dos servidores da Secretaria, os quais puderam desempenhar suas competências de modo mais racionalizado, razão pela qual muito provavelmente este projeto será utilizado novamente em períodos eleitorais vindouros.

Por fim, faz-se necessário registrar que o sucesso do Projeto Força-Tarefa da Secretaria Judiciária ao longo dos últimos anos instigou as outras unidades do Tribunal a lançar projetos similares em 2014. A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social, a Seção de Áudio, Vídeo e Telefonia e até os gabinetes dos ministros lançaram projetos inspirados no da Secretaria Judiciária (editais nºs 9/2014, 13/2014 e 14/2014, respectivamente).

1.5.4. Extração de dados estatísticos

Conforme já mencionado neste relatório, em 2014 o Gabinete da Secretaria Judiciária tornou-se uma unidade que presta suporte procedimental, processual e estatístico à Secretaria-Geral da Presidência.

A mais complexa tarefa executada pelo Gabinete da Secretaria Judiciária foi, sem sombra de dúvida, a extração de dados estatísticos, já que a tarefa exigiu dos servidores do Gabinete o aprofundamento do conhecimento das funcionalidades do sistema SADP, bem como o aprendizado do programa Excel, em curto espaço de tempo.

Durante o período eleitoral de 2014, a Secretaria Judiciária ficou responsável pela extração diária de dados estatísticos, a fim de manter a Presidência do Tribunal e as unidades interessadas informadas acerca:

- da quantidade de processos relativos a registro de candidaturas autuados;
- da quantidade de processos de registro de candidaturas conclusos;

- da quantidade de decisões proferidas em sede de processo de registro de candidaturas;
- da quantidade de recursos internos interpostos em sede de processo de registro de candidaturas;
- da quantidade de recursos internos julgados.

Além disso, a quantidade de publicações em sessão, a quantidade de processos de registro conclusos e a quantidade de decisões proferidas ao longo do tempo também foram informadas diariamente à Presidência da Corte.

Cumprir destacar, ainda, que os dados estatísticos supramencionados não foram disponibilizados somente à Presidência do Tribunal. Durante o período eleitoral de 2014, por diversas vezes os dados em comento também foram encaminhados à Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do Tribunal, bem como subsidiaram ministros da Corte na concessão de entrevistas.

1.5.5. Grupo de Trabalho GT-CAND

Publicada a Portaria-TSE nº 185/2013, o secretário judiciário foi indicado coordenador do Grupo de Trabalho GT-CAND, incumbido de realizar estudos, elaborar normas e estabelecer procedimentos para desenvolvimento, testes e implantação dos sistemas de Candidaturas (CAND), de Candidaturas – Módulo externo (CANDex), de Horário Eleitoral (HE) e de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle) para as eleições de 2014.

Com o objetivo de testar o Sistema de Candidaturas da Justiça Eleitoral, servidores da Secretaria Judiciária foram autorizados a se deslocar para o Estado de Goiás, no período de 12 a 16 de maio de 2014, para participar do teste em campo regional do referido sistema.

Os testes tiveram por objetivo verificar o pleno funcionamento do sistema, evitando-se assim eventual falha de funcionamento durante o período de registro das candidaturas.

A participação dos servidores foi de extrema importância, pois permitiu o contato prévio com a versão do sistema que foi utilizada pela Justiça Eleitoral nas Eleições 2014; viabilizou a troca de *expertise* com os servidores que operam os sistemas no âmbito dos regionais; e trouxe, em análise mais profunda, mais segurança na operação das funcionalidades do sistema ao longo do período eleitoral.

1.5.6. Relacionamento da Secretaria Judiciária com a Procuradoria-Geral Eleitoral e demais unidades do Tribunal

Em 2014, observou-se um relacionamento de plena cordialidade e dinamismo entre a Secretaria Judiciária e a Procuradoria-Geral Eleitoral e demais unidades do Tribunal Superior Eleitoral.

Por meio do Ofício-TSE nº 248/2014-RCA, de 22 de agosto de 2014, o chefe de gabinete do vice-procurador-geral eleitoral solicitou que, nos finais de semana e feriados do período eleitoral de 2014, a Secretaria Judiciária não enviasse à Procuradoria processos que não demandassem manifestação urgente, mormente aqueles relativos às eleições passadas.

No dia seguinte ao pedido, os gestores da Secretaria Judiciária decidiram atender parcialmente ao pedido, nos termos da manifestação do coordenador de Processamento, transcrita a seguir:

Senhor Secretário,

A CPRO se sensibiliza com a solicitação da PGE, propondo-se a acatá-la, apenas com os seguintes temperamentos: *não fazemos a análise de urgência com relação aos feitos de 2014*. Tais feitos, a nosso sentir, devem ser processados na forma célere que é esperada – afinal, eventual juízo acerca de necessidade de parecer imediato, ou mais delongado no tempo, será da própria PGE.

Observe-se, no ponto, que eventual falta ou menor urgência, na visão da PGE, de determinadas ações atinentes às eleições de 2014, não necessariamente coincide com o que se considere estratégico ou urgente na percepção do TSE ou de sua Presidência.

Assim, a regra seria a de apenas enviarmos, nos finais de semana e feriados, *os processos atinentes às presentes eleições*, além de situações excepcionais (um processo de outra eleição – ou sem vínculo com eleição – no qual haja determinação de remessa imediata àquela entidade).

A manifestação acima transcrita demonstra claramente que os gestores da Secretaria Judiciária de fato estão comprometidos com os princípios que norteiam o processo eleitoral e com a boa relação que sempre existiu entre a Secretaria Judiciária e a Procuradoria-Geral Eleitoral.

No tocante às demais unidades do Tribunal, a Secretaria Judiciária atuou com presteza e agilidade nos mais variados pedidos recebidos, merecendo destaque os provenientes da Diretoria-Geral e da Assessoria de Informação ao Cidadão.

A título de exemplo, passa-se a transcrever excerto do Memorando-SJD-GAB nº 81, no qual o secretário judiciário presta informações solicitadas por cidadão à Assessoria de Informações ao Cidadão:

Em resposta ao Memorando nº 20 AIC, e em cumprimento ao despacho de 20.11.2014 da Senhora Diretora-Geral, informo a Vossa Senhoria que, dos processos autuados e distribuídos durante o período eleitoral de 2012, 173 (cento e setenta e três) processos encontram-se na situação “não julgado”.

A referida estatística foi extraída do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) no dia 21 de novembro de 2014, às 16h, e abrangeu os meses de julho a dezembro de 2012.

1.5.7. Processo Judicial Eletrônico

Com a edição da Portaria-TSE nº 330/2014, houve a retomada do projeto de implantação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito da Justiça Eleitoral. Além disso, em reunião realizada em

2.7.2014, a alta direção do Tribunal decidiu pela continuidade do Projeto PJE formalizado por meio do Acordo de Cooperação nº 20/2012, celebrado pelo Tribunal e o Conselho Nacional de Justiça.

Considerando que a Secretaria Judiciária é a unidade responsável pelo processamento dos feitos judiciais e considerando que o Processo Judicial Eletrônico impactará diretamente nas rotinas da Secretaria Judiciária, servidores da Secretaria foram indicados para participar do grupo de trabalho que irá propor alterações na Resolução-TSE nº 23.393/2013, que institui o Processo Judicial Eletrônico.

Também houve participação de servidores da Secretaria Judiciária em reuniões convocadas pelo grupo de trabalho para revisão do mapeamento dos fluxos de trabalho, notadamente a reconfiguração do fluxo de revisão da distribuição de processos na forma eletrônica.

1.5.8. Clima organizacional

A Sala do Bem-Estar foi criada para proporcionar aos servidores da Secretaria Judiciária a recuperação de seus estados físicos e psíquicos, de modo a manter o nível de excelência dos serviços judiciários prestados pela Secretaria durante o período eleitoral de 2014.

A Secretaria Judiciária, em parceria com a Coordenadoria de Atenção à Saúde, ofereceu ginástica laboral, sessões de alongamentos e de relaxamento, bem como palestras durante o período eleitoral de 2014. As aulas tiveram presença marcante dos servidores da Secretaria e serviram como momento de descontração e relaxamento dos servidores.

1.5.9. Manual de acórdãos e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral

Após autorizada a retomada do projeto para institucionalização do *Manual de acórdãos e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral* – referenciado no art. 2º da Resolução-TSE nº 23.172, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o Sistema de Acórdãos Eletrônicos no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral –, foi encaminhada minuta de manual à apreciação da Secretaria-Geral da Presidência, por meio do Memorando-Coare/GAB-SJD nº 19, de 7.10.2014 (Protocolo nº 30.308/2014).

1.5.10. Avaliação das eleições de 2014

No dia 15 de outubro de 2014, foi publicada a Portaria-TSE nº 619/2014, que instituiu grupo de trabalho responsável por organizar a avaliação das eleições de 2014. Essa avaliação possui grande importância para a Justiça Eleitoral, pois é nesse momento que ocorre a troca de experiências entre os servidores dos tribunais eleitorais, culminando com a apresentação de melhorias para o próximo pleito eleitoral.

A Secretaria Judiciária, por intermédio do coordenador da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição, participou diretamente da organização do evento em comento, que ocorreu no período de 3 a 5 de dezembro de 2014, na sede do Tribunal Superior Eleitoral.

1.5.11. Comissão Permanente de Gerenciamento e Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias

O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) foi criado em 2008 para os fins previstos na Lei nº 9.096/1995, entre eles, o de gerenciar informações referentes aos órgãos de direção dos partidos políticos e aos seus respectivos integrantes e delegados.

A gestão e o aperfeiçoamento do sistema supramencionado compete à Comissão Permanente de Gerenciamento e Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias, atualmente presidida pelo coordenador da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição, da Secretaria Judiciária.

Em 2014, o grupo de trabalho conduziu a inserção de mais de 40 soluções de melhoria no sistema SGIP, além da elaboração do calendário e planejamento para a construção da plataforma SGIP 3.

1.6. Assessoria de Assuntos Internacionais

Durante a gestão do Ministro Dias Toffoli, a Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN) exerceu atividades destinadas ao reforço da cooperação do Tribunal Superior Eleitoral com foros regionais e organismos nacionais eleitorais, conforme o compromisso da Justiça Eleitoral brasileira com o aprimoramento internacional das normas e práticas eleitorais.

As atividades desenvolvidas pela AIN podem ser agrupadas em três campos temáticos, a saber: participação em missões de observação eleitoral, participação em foros e encontros internacionais e acolhida de missões e comitivas estrangeiras.

1.6.1. Missões de observação

O Ministro Henrique Neves representou o TSE na missão da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que observou o primeiro turno das eleições presidenciais na Colômbia no dia 25 de maio. O ministro foi acompanhado do assessor de Assuntos Internacionais, Tarcísio Costa. A missão reuniu representantes do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela e foi coordenada pelo presidente do Jurado Nacional de Elecciones do Peru (JNE), Francisco Távora Córdova. A ex-chanceler do Paraguai, embaixadora Leila Rachid, atuou como representante especial do Conselho da Unasul. Também observaram as eleições colombianas, com missões específicas, a União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao final, foi elaborado relatório, o qual foi encaminhado às autoridades eleitorais da Colômbia e ao secretário-geral da Unasul.

O Ministro João Otávio de Noronha e o secretário-geral da Presidência, juiz Carlos Vieira von Adamek, representaram o TSE, na missão eleitoral enviada pela Unasul para o acompanhamento das eleições presidenciais e parlamentares na Bolívia no dia 12 de outubro de 2014. O pleito foi acompanhado por cerca de 200 observadores de diversas organizações internacionais.

O Ministro Teori Zavascki integrou o grupo de convidados internacionais que acompanhou, a convite da Corte Eleitoral local, as eleições gerais no Uruguai, realizadas em 26 de outubro de 2014. O Ministro Zavascki esteve acompanhado por sua assessora, Ludmila Lacerda.

Não foi possível ao TSE aceitar o convite por parte do Jurado Nacional de Eleições para a observação do processo eleitoral regional e municipal no Peru (5 de outubro, 2014) por coincidir com o primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras.

1.6.2. Participação em foros e reuniões internacionais

O secretário-geral da Presidência e o secretário de Tecnologia da Informação, Sr. Giuseppe Dutra Janino, participaram do Seminário Internacional Eleições e Tecnologia, ocorrido nos dias 21 e 22 de agosto em Santo Domingo, República Dominicana. Os representantes do TSE realizaram apresentação sobre as experiências na implantação e operação do sistema de voto eletrônico da Justiça Eleitoral brasileira.

A convite do Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação do México (TEPJF) e do Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), o Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelo assessor de Assuntos Internacionais, participou da VI Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral, realizada nos dias 27 a 29 de agosto, em Cancun, México, e que teve como tema A Justiça Eleitoral como Garantia da Integridade das Eleições. O presidente do TSE participou do painel Transparência nos Processos e Resultados da Justiça Eleitoral. Ao final da conferência, o Brasil foi escolhido por unanimidade para realizar a VII Conferência Ibero-Americana no Brasil, em maio de 2016.

O Ministro Dias Toffoli representou o Estado brasileiro, a convite do Itamaraty, no VII Fórum da Democracia de Bali, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2014. O ministro foi acompanhado pelo assessor de Assuntos Internacionais. O título da conferência foi A Arquitetura Democrática em Evolução: Os Desafios do Desenvolvimento Político, da Participação Pública e do Progresso Econômico e Social no Século XXI. Na oportunidade, o Ministro Dias Toffoli reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Marty Natalegawa. Também visitou o Instituto para a Paz e a Democracia, importante centro de estudos indonésio. Aproximadamente 100 países estiveram representados, vários dos quais pelos respectivos chefes de Estado, como as Filipinas e o Timor Leste.

O Ministro Admar Gonzaga e o juiz Carlos Vieira von Adamek participaram da XII Conferência da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore), realizada em Santiago, Chile, nos dias 28 e 29 de outubro de 2014. Esse evento, organizado pelo Tribunal Qualificador de Eleições e pelo Serviço Eleitoral do Chile, reuniu presidentes e magistrados de diferentes organismos eleitorais. Em torno do tema Mecanismos da Democracia Direta para Melhor Participação Cidadã, representantes de 31 organizações eleitorais, de 24 países da América Latina e Caribe, trocaram experiências acerca dos respectivos processos eleitorais. Durante a cerimônia, também foi realizada a troca da presidência da Uniore, que foi assumida pela República Dominicana para o Chile.

A diretora-geral, Leda Bandeira, acompanhada do secretário de Tecnologia da Informação, Giuseppe Janino, e da assessora de Imprensa, Juliana Neiva, participou do Curso Especializado sobre o Uso das Tecnologias nos Processos Eleitorais, que ocorreu nos dias 10 a 14 de novembro, na Cidade do México, no marco do Programa do Grupo de Trabalho sobre Eleições das Democracias, promovido pelo Centro Internacional de Formação e Pesquisa Eleitoral (Cicie) do Instituto Nacional de Eleições (INE). O principal objetivo do encontro foi a troca de experiências entre os profissionais de administração dos órgãos, principalmente no que tange ao uso da tecnologia em todo o processo eleitoral. O fórum contou com a participação de representantes da Nigéria, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, México, Indonésia, Filipinas, Estônia, Geórgia, Lituânia e Ucrânia.

O TSE foi representado pelas assessoras Lília Fernandes e Mara Stolet na V Reunião do Grupo de Trabalho de Jurisprudência Eleitoral, organizada pelo Tribunal Eleitoral do Panamá, em parceria com a OEA. O evento ocorreu no dia 11 de novembro, na Cidade do Panamá. Ficou acordado que a próxima reunião ocorrerá no Peru, em 2015, e será organizada pelo Jurado Nacional de Eleições, o qual assumiu a presidência do referido grupo de trabalho.

O TSE foi homenageado no evento de comemoração dos 20 anos da democracia eleitoral da África do Sul. A Ministra Luciana Lóssio, acompanhada pelo Secretário-Geral Carlos Vieira von Adamek, participou do evento, que ocorreu na cidade de Joanesburgo, nos dias 20 e 21 de novembro, sob a égide da Comissão Eleitoral sul-africana.

A convite do Departamento para Cooperação e Observação Eleitoral (Deco) da Secretaria de Assuntos Políticos da OEA, do Jurado Nacional de Eleições (JNE) e da Oficina Nacional de Processos Eleitorais (Onpe), do Peru, o Ministro Dias Toffoli participou da IX Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais, que ocorreu nos dias 24 e 25 de novembro, na cidade de Lima. O ministro foi acompanhado pelo secretário de Tecnologia da Informação e pela assessora de Assuntos Internacionais substituta, Fernanda Jannuzzi. O objetivo dessa reunião foi compartilhar experiências, analisando três temas principais: estratégias para fazer frente a questionamentos às autoridades eleitorais, intervenção governamental nas eleições e gestão da qualidade nos processos eleitorais (ISO Electoral). Em sua passagem por Lima, o Ministro Dias Toffoli reuniu-se com o chefe do Registro de Identificação e Estado Civil (Reniec), Jorge Luis Yrivarren Lazo. O Brasil foi escolhido para sediar a X Reunião no ano de 2015.

O Ministro João Otávio de Noronha, corregedor-geral-eleitoral e diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), participou do II Congresso Peruano de Estudos Eleitorais, ocorrido na cidade de Lima, nos dias 27 a 29 de novembro. Durante o encontro, houve a primeira reunião com vistas à criação de uma instância de capacitação e excelência em matéria eleitoral do Conselho Eleitoral da Unasul. Na ocasião, foi assinada, por todos os países presentes, a ata de constituição da Rede de Estudos e Capacitação Eleitoral do Conselho Eleitoral da Unasul. O objetivo da Rede é coletar as ofertas de estudos e capacitação em matéria eleitoral, sob a coordenação da JNE, por meio de sua Escola Eleitoral e de Governabilidade (Eseg), e dos organismos eleitorais do Equador, Bolívia e Venezuela, com o intuito

de criar uma instância de capacitação e excelência em matéria eleitoral. A Rede também se propõe a desenvolver propostas conjuntas ou coordenadas sobre seminários, cursos, *workshops*, fóruns e conferências em matéria eleitoral ou de governo. No dia 26 de novembro, a assessora de Assuntos Internacionais substituta, Fernanda Jannuzzi, participou da Cátedra Eleitoral Peruana, que teve como tema o Princípio Majoritário e Regimes Presidenciais na América Latina e foi conduzida pelo cientista político Dieter Nohlen.

O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do assessor e da assessora substituta de Assuntos Internacionais e da assessora de Imprensa e Comunicação Social, participou do Fórum sobre Financiamento Eleitoral, organizado pela OCDE em cooperação com o Idea e a OEA, ocorrido em Paris nos dias 3 a 5 de dezembro de 2014. O ministro foi membro do painel Finanças Políticas seu Impacto sobre as Políticas Públicas e Tomada de Decisão. Ainda em Paris, o presidente foi recebido em audiências pelo presidente do Conselho Constitucional da França, Jean-Louis Debré, e pelo presidente da Comissão Nacional para Contas de Campanha e Financiamento Político, François Logerot. O Ministro Dias Toffoli reuniu-se, ainda, com o secretário-geral do Idea Internacional, Yves Leterme, para tratar da adesão do Brasil a essa organização e do programa de ação 2015-2016 a ser desenvolvido com base no memorando de entendimento firmado entre o TSE e o Idea. Ainda em Paris, o Ministro Toffoli foi recebido em almoço pelo embaixador do Brasil na França, José Maurício Bustani, com a presença dos ministros do Trabalho e da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como do presidente do Conselho Constitucional da França.

O Ministro João Otávio de Noronha, acompanhado do juiz Nicolau Lupianes e da assessora-chefe da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, Cristiana Duque, participou do 9º Simpósio de Assuntos Eleitorais Internacionais, que ocorreu na Cidade do Cabo, África do Sul, organizado pela Comissão Eleitoral, entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2014.

O Ministro Henrique Neves e o Ministro Tarcísio Vieira participaram do seminário A Organização Eleitoral em Países Federados e a Proteção dos Direitos Políticos, que ocorreu em Buenos Aires, no dia 5 de dezembro de 2014, organizado pela Câmara Nacional Eleitoral Argentina. Os ministros participaram do painel A Institucionalidade Eleitoral Brasileira.

Não foi possível a representação do TSE nos seguintes encontros, para os quais foram recebidos convites:

- XXVIII Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da Centro América e do Caribe (Protocolo de Tikal, San Juan, Porto Rico, 20 a 23 de agosto de 2014).
- V Foro da Democracia Latino-Americana (Cidade do México, 8 a 10 de outubro de 2014).
- Evento internacional de intercâmbio de experiências e enfoques de trabalho relacionados à participação política das pessoas com incapacidade na América Latina (Quito, 27 e 28 de novembro de 2014).
- Segundo turno da eleição presidencial no Uruguai (Montevideu, 30 de novembro).

1.6.3. Recepção de comitivas e missões estrangeiras

Em 12 de agosto de 2014, o TSE recebeu comitiva da Comissão Nacional Eleitoral do Sudão, coordenada por seu presidente, Mukhtar Mohamed Mukhtar Elasm, e pelo secretário-geral dessa comissão, Jalal Mohamed Ahmed. Eles foram acompanhados pelo embaixador do Sudão no Brasil, Abd Elghani Elnaim Awad Elkarim, e pelo ministro conselheiro da Embaixada, Mohamed Yasin Mohamed. A missão manteve reunião de trabalho com o secretário-geral da Presidência e o assessor de Assuntos Internacionais. Realizou-se apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro e o voto eletrônico. A missão foi recebida em audiência pelo presidente do TSE, ocasião em que foi firmado memorando de entendimento entre aquela Comissão Nacional e o Tribunal Superior Eleitoral. A missão sudanesa também visitou o TRE/DF.

No dia 2 de setembro de 2014, o TSE recebeu comitiva do Centro de Estudos Estratégicos Internacional (CSIS) de Washington, a pedido da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A missão foi composta pelo diretor de Américas do CSIS, Carl Meacham, pela coordenadora do Programa de Américas do CSIS, Jillian Rafferty, e pelo especialista sobre temas brasileiros junto à Iniciativa Brasil no CSIS Carlos Grover. A missão foi recebida pelo secretário-geral da Presidência, pelo assessor de Assuntos Internacionais e pelo secretário de Tecnologia da Informação. Foi realizada apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro e o voto eletrônico.

Em 9 de setembro de 2014, autoridades do Chile, Peru e Uruguai que participavam do Programa Joaquim Nabuco, organizado pelo Supremo Tribunal Federal, foram recebidas pelo secretário-geral da Presidência, pela diretora-geral, pelo juiz auxiliar, pelo assessor de Assuntos Internacionais e pelo secretário de Tecnologia da Informação. Eles assistiram à apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro e o voto eletrônico.

Por ocasião da programação desenvolvida para os convidados internacionais no primeiro turno das eleições presidenciais, o presidente do TSE firmou memorandos de entendimento com os presidentes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral e da Junta Central Eleitoral da República Dominicana, bem como com o diretor regional para a América Latina do Idea Internacional.

Em 27 de outubro de 2014, o vice-ministro do Interior do Irã, Amir Shojam, chefiando a comitiva de autoridades iraniana, foi recebido pelo presidente do TSE. Antes da audiência, foi realizada apresentação pelo secretário de Tecnologia da Informação e pelo assessor de Assuntos Internacionais sobre o sistema eleitoral brasileiro e o voto eletrônico. Houve, ainda, visita à Secretaria de Tecnologia da Informação.

No dia 5 de novembro de 2014, o TSE recebeu comitiva de diplomatas, chefiada por Domingos Mascarenhas, embaixador de Cabo Verde. Foi realizada reunião com o assessor de Assuntos Internacionais para tratar sobre cooperação em matéria eleitoral.

No dia 6 de novembro de 2014, o TSE recebeu comitiva da Indonésia, chefiada por I Ketut Putra Erawan, diretor-executivo do Instituto para a Paz e Democracia. A comitiva foi recebida pelo secretário-geral da Presidência. Assistiram à apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro e o voto

eletrônico, a qual foi realizada pelo secretário da Tecnologia da Informação. Firmou-se, na ocasião, memorando de entendimento entre aquele instituto e o Tribunal Superior Eleitoral.

1.6.4. Outros assuntos

A Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN) atualizou semanalmente o portal eletrônico internacional do TSE. A tarefa foi realizada pela servidora Fernanda Jannuzzi, com o apoio dos estagiários. Além de apresentar ao público externo a estrutura e as funções do TSE e da Justiça Eleitoral, o portal permite ao internauta conhecer a história do sistema eleitoral brasileiro, dos seus primórdios no século XIX até a adoção do voto eletrônico. A página divulga as atividades principais do Tribunal, com destaque para sua agenda internacional. O internauta tem acesso, ainda, ao *clipping* com notícias dos principais jornais do mundo sobre temas eleitorais. O portal é gerido pela AIN, com o apoio da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.

Nos dias 2 a 5 de outubro de 2014, a AIN organizou uma programação para os convidados internacionais que vieram assistir ao primeiro turno das eleições gerais no Brasil. Estiveram presentes 21 países (Angola, Argentina, Armênia, Burkina Faso, Camarões, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, México, Nigéria, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Romênia, Rússia e Venezuela), bem como representantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul), do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (Ideia) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Inaugurado pelo Ministro Dias Toffoli, o programa cobriu extensa agenda da qual constaram:

- Assistência dos convidados internacionais à sessão plenária do Tribunal.
- Apresentação sobre o panorama político brasileiro e a organização das eleições realizada pelos Ministros Henrique Neves e Nelson Jobim.
- Visita ao STF, ao Congresso Nacional e ao Museu do Voto do TSE.
- Visita a seções eleitorais, sob a coordenação do TRE/DF, no dia 5 de outubro. Os convidados internacionais puderam acompanhar a totalização dos votos no Gabinete da Presidência.

No dia 24 de outubro de 2014, o presidente do TSE – acompanhado do secretário-geral e do assessor de Assuntos Internacionais – foi recebido no Itamaraty pelo ministro das Relações Exteriores para discutir pauta que incluiu a cooperação entre a Justiça Eleitoral e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em torno das eleições no exterior, da cooperação internacional com a África e a América Latina em matéria eleitoral e da participação do Brasil em missões de observação eleitoral, em particular aquelas promovidas pela Unasul. Na oportunidade, foi acordada a constituição de um grupo de trabalho, reunindo representantes do TSE, do MRE e do TRE/DF, para identificar e implementar meios de aprimoramento da votação no exterior.

No dia 26 de outubro de 2014, a AIN preparou um programa direcionado ao corpo diplomático relacionado ao segundo turno das eleições presidenciais. Estiveram presentes representantes de 74 embaixadas, em um total de 102 participantes. O evento foi inaugurado pelo Ministro Dias Toffoli e contou com apresentações do Ministro Henrique Neves e do secretário de Tecnologia da Informação sobre o sistema eleitoral brasileiro e sobre a urna eletrônica/sistema biométrico, respectivamente. Houve, ainda, uma visita guiada ao Museu do Voto com o auxílio da curadora do Museu, Ane Ferrari. Ao final do encontro, os diplomatas foram convidados a se dirigirem ao Gabinete da Presidência para acompanhar a totalização dos votos.

1.7. Assessoria de Articulação Parlamentar

As atividades desempenhadas pela Assessoria de Articulação Parlamentar (Aspar) durante o primeiro ano da gestão do Ministro Dias Toffoli estão descritas a seguir. Consta uma correlação das atividades desempenhadas com as competências definidas no art. 7º do Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, quais sejam:

Art. 7º À Assessoria de Articulação Parlamentar compete planejar, coordenar e executar as atividades relativas aos assuntos parlamentares de interesse do Tribunal e ainda:

I – assessorar o presidente do Tribunal nos assuntos relativos ao encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral.

II – coordenar e supervisionar as atividades da Presidência do Tribunal nos assuntos indicados no inciso anterior.

III – fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Justiça Eleitoral.

IV – manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional.

V – manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública.

1.7.1. Atividades relacionadas ao inciso I

I – assessorar o Presidente do Tribunal nos assuntos relativos ao encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral.

Durante o ano de 2014, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal intensificaram o debate acerca da reforma política. O processo de discussão foi tratado distintamente nas duas casas legislativas, sendo subdividida em Reforma política e Projetos correlatos.

A Assessoria de Articulação Parlamentar acompanhou toda a tramitação, fornecendo informações à Presidência sobre o andamento dos projetos, os temas discutidos, as propostas apresentadas, as referências ao Tribunal e a seus membros. Abaixo seguem os dados por Casa Legislativa.

1.7.1.1. Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados tramitam diversas matérias que pretendem promover uma reforma política. Em especial, três propostas são discutidas com maior atenção:

- PEC nº 352/2013 – Trata-se da proposta oriunda do grupo de trabalho instituído em 2013 pelo presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), e coordenado pelo Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP). O grupo apresentou a PEC nº 352/2013 como resultado final dos trabalhos. Atualmente encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça aguardando deliberação quanto à admissibilidade. Principais pontos abordados na proposta:

- * Fim da possibilidade de reeleição do presidente da República, dos governadores e prefeitos.

- * Fim do voto obrigatório, que se torna facultativo.

- * Mudança das regras das coligações eleitorais, com o fim da obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, municipal ou distrital.

- * Obrigação dos partidos a permanecerem juntos, atuando em bloco parlamentar até o fim da legislatura, na Casa Legislativa para a qual elegeram seus representantes.

- * Coincidência das eleições municipais com as eleições estaduais e federal a partir de 2018.

- * Perda do mandato dos que se desfiliarem voluntariamente do partido pelo qual foram eleitos. O prazo de filiação partidária é reduzido de um ano para seis meses antes da eleição.

- * Teto de despesa para a campanha eleitoral, que será definido em lei pelo Congresso Nacional.

- * Cada partido poderá optar pelo modo de financiamento, se privado, misto ou exclusivamente público.

- * Determinação de que seja fixado em lei um valor máximo para as doações de pessoas físicas e jurídicas.

- * Redução do mínimo de assinaturas para criar uma legenda de 0,5% para 0,25% do total de eleitores (em vez de 493 mil, seriam 245 mil eleitores).

- * Criação de partido com o apoio de 5% dos deputados – ou seja, 26 parlamentares – sem a necessidade de apoio popular.

- * Criação de cláusula de desempenho para partidos. Para acesso ao Fundo Partidário e ter direito a funcionamento parlamentar, os partidos deverão obter pelo menos 5% do total de votos válidos no país, distribuídos em pelo menos nove estados, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada um deles.
 - * Criação de cláusula de desempenho para candidatos, tornando indispensável uma votação mínima (10% do quociente eleitoral) para que qualquer candidato seja eleito.
 - * Alteração da forma de eleição para os deputados, ao instituir a criação de circunscrições eleitorais. O sistema de apuração dos votos continua sendo proporcional, mas os candidatos deverão concorrer em pequenas regiões dentro dos estados.
 - * Criação de quatro a sete circunscrições em cada estado, definidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- PL nº 6.316/2013 – Subscrita pela Deputada Luíza Erundina (PSB/SP), representa a proposta do grupo de entidades que propuseram a Lei da Ficha Limpa. Fazem parte do grupo a OAB, CNBB, Movimento Eleições Limpas, dentre outras entidades, que somam 96 representantes de classes. A proposta encontra-se na Comissão de Ciência e Tecnologia aguardando designação do relator. Principais pontos abordados na proposta:
 - * Financiamento das campanhas eleitorais por doações realizadas por pessoas físicas e pelo Fundo Democrático de Campanhas, gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral e constituído de recursos do orçamento geral da União, multas administrativas e penalidades eleitorais.
 - * Proibição de contribuição de empresas nas campanhas eleitorais.
 - * Sistema eleitoral mais transparente.
 - * Criminalização da captação ilegal de recursos das campanhas eleitorais.
 - * Registro e substituição de candidatos, financiamento e fiscalização das eleições e do horário gratuito.
 - * Redução do número de candidatos para os cargos.
 - * Fim do quociente eleitoral.
 - * Votação em dois turnos nas eleições proporcionais.
 - * Alternância de sexo na lista registrada perante a Justiça Eleitoral até o dia 5 de julho do ano da eleição, respeitando a paridade.

- * Regras pertinentes ao quociente partidário, para disputa de números de vagas para os partidos ou coligação.
- * Cassação dos registros ou diplomas eleitorais de todos os candidatos que praticarem abusos de poder político, econômico, fraude, dolo, coação, captação ilícita de sufrágio ou a prática de condutas vedadas a agentes públicos no processo interno de composição da lista definida nas eleições primárias.
- * Despesas decorrentes da realização das eleições primárias correrão à conta do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos.
- * Regras sobre distribuição e administração das verbas de campanha e de distribuição do espaço disponibilizado na mídia para propaganda eleitoral serão previstas no estatuto partidário ou, havendo coligação, no respectivo regimento.
- * Regras e prazos para registros de novos candidatos, quando necessário, deverão ser comunicadas à Justiça Eleitoral.
- * Perda do mandato do candidato que se desfiliar do partido político pelo qual foi eleito, pois o mandato pertence ao partido.
- * Formação de fórum de controle social do Fundo Democrático de Campanhas no âmbito da circunscrição em que ocorrem as eleições.
- * Imposição de regras, limites e penalidades à doação feita por eleitores aos partidos políticos.
- * Instituição de regras para a distribuição de recursos do Fundo Democrático de Campanhas entre os partidos políticos nas eleições presidenciais, federais, estaduais e municipais.
- * Distribuição pelo Tribunal Superior Eleitoral de dois terços dos recursos destinados ao primeiro turno das eleições, depositando-os diretamente nas contas específicas de campanha dos partidos.
- * Recursos remanescentes do primeiro turno serão repassados aos partidos políticos que seguirem para o segundo turno.
- * Pagamento de despesas de campanha com cartão de débito ou transferência bancária; no seu impedimento, com cheque nominal cruzado, não endossável.
- * Abertura de conta específica pela Justiça Eleitoral para registrar todo o movimento financeiro da campanha.
- * Prestação de contas dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais feita pelos partidos políticos.
- * Realização de plebiscito para alguns itens.

- PEC nº 344/2013 – De autoria do Deputado Mendonça Filho (DEM/PE), assegura a participação no rateio dos recursos do Fundo Partidário e o acesso gratuito ao rádio e à televisão apenas aos partidos que tenham disputado, com candidatos próprios, a última eleição geral para a Câmara dos Deputados e conquistado pelo menos uma cadeira nesta Casa ou no Senado Federal.

1.7.1.2. Senado Federal

No Senado Federal, após o resultado das Eleições 2014, foram apresentadas algumas propostas que pretendem traduzir as discussões protagonizadas nos meios de comunicação em geral e nos tribunais eleitorais:

- PLS nº 132/2014 – Reserva, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, de uma vaga para candidaturas masculinas e de outra vaga para candidaturas femininas. Autor: Senador Aníbal Diniz (PT/AC).
- PLS nº 272/2014 – Obrigatoriedade da linguagem de libras na propaganda eleitoral e nos debates. Autor: Senador Ruben Figueiró (PSDB/MS).
- PLS nº 290/2014 – Vedação à prática de injúria e difamação na propaganda eleitoral. Autora: Senadora Ana Amélia (PP/RS).
- PLS nº 324/2014 – Vedação à utilização dos edifícios sedes do governo e residências oficiais em atos de campanha pelos chefes do Poder Executivo candidatos à reeleição. Autor: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE).
- PLS nº 336/2014 – Ampliação de três para seis meses o prazo de vedação a pronunciamentos de agentes públicos em cadeia de rádio e televisão nos meses que antecedem à eleição. Autora: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA).
- PLS nº 338/2014 – Instituição do financiamento público exclusivo de campanha. Autora: Senadora Ângela Portela (PT/RR).
- PLS nº 340/2014 – Instituição da cláusula de desempenho para partidos políticos. Autora: Senadora Ângela Portela (PT/RR).

1.7.2. Atividades relacionadas ao inciso II

II – coordenar e supervisionar as atividades da Presidência do Tribunal nos assuntos indicados no inciso anterior.

1.7.2.1. Projetos de lei

Além do tema da reforma política, existem diversos outros projetos de lei que propõem alterações na legislação eleitoral (leis nºs 4.737/1965, 9.096/1995 e 9.504/1997). Atualmente, a Aspar

acompanha a tramitação de 1.311 projetos, conforme discriminado abaixo, referentes às proposições em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Quadro-resumo (até 4.12.2014)

Tipo de proposição	Senado Federal	Câmara dos Deputados
PEC (*)	133	181
PLP (**)	---	69
PLS ou PL (***)	225	490
PLN (****)	64	9
Outros (*****)	74	66
Total em cada Casa	496	815
Total Geral		1.311

(*) Proposta de emenda à Constituição.

(**) Projeto de lei complementar.

(***) Projeto de lei do Senado ou projeto de lei da Câmara.

(****) Projeto de lei do Congresso Nacional.

(*****) Projeto de decreto legislativo, medidas provisórias, requerimentos, indicações e anteprojetos de lei.

Para o efetivo acompanhamento das proposições acima elencadas, desconsiderando as sessões dos plenários das casas legislativas, a Aspar acompanhou 256 reuniões de comissões temáticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme demonstrado a seguir:

Reuniões realizadas até 10.12.2014

Comissão	Senado Federal	Câmara dos Deputados
CCJ ou CCJC (*)	31	52
CTI ou CCTI (**)	19	20
CE e GT (****)	--	--
CAE ou CFT (*****)	13	27
CDH ou CTASP (*****)	16	23
Total por Casa (CD e SF)	79	122
CMO (***)	52	
Congresso Nacional	17	
Total Geral		270

(*) Comissão de Constituição e Justiça.

(**) Comissão de Ciência e Tecnologia.

(***) Comissão Mista de Orçamento.

(****) Comissão Especial ou Grupo de Trabalho.

(*****) Comissão de Direitos Humanos e Legislação ou Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

(*****) Comissão de Assuntos Econômicos ou Comissão de Finanças e Tributação.

1.7.3. Orçamento

Compete à Assessoria de Articulação Parlamentar do TSE acompanhar a tramitação do orçamento específico da Justiça Eleitoral no Congresso Nacional.

O acompanhamento é realizado diuturnamente, apresentando aos respectivos relatores as demandas da Justiça Eleitoral, bem como verificando possíveis alterações que possam prejudicar as atividades da Corte ou dos regionais. Para tanto, foram acompanhadas todas as reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Planejamento, sendo: 52 reuniões realizadas em 2014 (atualizado até 31.12.2014).

1.7.3.1. Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento legal que tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos do poder público. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual (PPA).

Cabe à Aspar acompanhar sua tramitação e, quando solicitado pela Secretaria de Orçamento e autorizado pela Presidência do TSE, encaminhar ao Congresso Nacional as propostas de alterações que visem adequações necessárias ao bom desempenho das atividades da Justiça Eleitoral.

Seguindo a filosofia de aperfeiçoamento do texto da LDO para dar mais eficiência à execução orçamentária, a Aspar promoveu tratativas para nove alterações no texto, conforme sugestões de emendas encaminhadas a essa Assessoria, em 26 de maio de 2014 pela senhora diretora-geral.

Esse trabalho repercutiu na apresentação de 20 emendas por 3 parlamentares:

- Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) – Nove emendas apresentadas;
- Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) – Duas emendas apresentadas;
- Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) – Nove emendas apresentadas.

O PLDO 2015 foi aprovado no Plenário do Congresso Nacional em 17 de dezembro de 2014 e sancionado em 2 de janeiro de 2015, na forma da Lei nº 13.080.

A seguir são elencados os textos sugeridos pelo TSE nas emendas apresentadas e aprovadas:

Art. 39. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução-CN nº 1/2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, e por Poder.

Art. 76, IV – parecer *ou comprovação de solicitação de parecer* sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

Art. 85, § 1º – A inclusão de recursos no projeto e na lei orçamentária de 2015 para atender às despesas de que trata o *caput* fica condicionada à informação do número efetivo de beneficiários nas respectivas metas, existentes em março de 2014, *acrescido do número previsto de ingresso de beneficiários oriundos de posses e contratações ao longo de 2014 e 2015*.

Art. 88. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2015, *em percentual acima da variação no exercício de 2014, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE*, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor *per capita* vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor *per capita* da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2014.

1.7.3.2. Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)

Um dos trabalhos mais importantes da Aspar é acompanhar a tramitação da Lei Orçamentária Anual, desde a discussão na Comissão Mista de Orçamento até a votação no Plenário do Congresso Nacional.

Após a Constituição de 1988, tornou-se praxe no Congresso Nacional, após a designação do relator-geral, um corte linear nos recursos elencados inicialmente no Projeto de Lei Orçamentária.

Compete à Assessoria de Articulação Parlamentar, por determinação da Presidência, trabalhar na recomposição dos cortes e envidar esforços para, quando indicado pela Secretaria do Tribunal, solicitar acréscimo aos valores iniciais destinados à Justiça Eleitoral e apoiar emendas que venham a favorecer a Justiça Eleitoral.

Importante destacar, nesse ano, que a Aspar está atuando junto ao relator do PLOA 2015, Senador Romero Jucá (PMDB/RR), para recompor os valores especificados no Anexo V do PLOA 2015, destinados a implementação dos projetos de lei nºs 7.027/2013 e 7.889/2014, que tratam, respectivamente, da criação de cargos efetivos e funções comissionadas nos cartórios eleitorais e de cargos em comissão, funções comissionadas e cargos efetivos no TSE.

1.7.3.3. Créditos adicionais

Além das três leis que regem o orçamento da União (PPA, LDO e LOA), compete à Aspar acompanhar a tramitação dos projetos de lei de abertura de créditos adicionais em favor da Justiça Eleitoral, independente da modalidade: extraordinários, suplementares ou especiais.

Abaixo elencamos todos os créditos apresentados em favor da Justiça Eleitoral. Os créditos aguardam votação no Plenário do Congresso Nacional.

Quadro-resumo – Créditos adicionais

Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 4 de 2014		
TRE	Descrição	Aplicação
RJ	Pensões decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais	R\$15.248,00
	Orçamento fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	R\$15.248,00
Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 8 de 2014		
TRE	Descrição	Aplicação
BA	Ampliação do anexo ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	R\$300.000,00
	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	R\$932.837,00
	Total	R\$1.232.837,00
MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	R\$2.465.674,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Urbano Santos/MA	R\$2.165.674,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Matinha/MA	R\$1.232.837,00
	Total	R\$5.864.185,00
PB	Construção de cartório eleitoral no município de Catolé do Rocha/PB	R\$435.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Boqueirão/PB	R\$435.000,00
	Total	R\$870.000,00
PR	Ampliação e reforma de cartório eleitoral no município de Ponta Grossa/PR	R\$1.000.000,00
	Ampliação e reforma de cartório eleitoral no município de Toledo/PR	R\$1.018.000,00
	Total	R\$2.018.000,00
PE	Construção de cartório eleitoral no município de Bezerros/PE	R\$60.000,00
	Reforma e ampliação do Anexo II do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	R\$1.627.000,00
	Total	R\$1.687.000,00
PI	Construção de cartório eleitoral no município de São João do Piauí/PI	R\$197.318,00
	Total	R\$197.318,00

Quadro-resumo – Créditos adicionais (continuação)

Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 8 de 2014 (continuação)		
TRE	Descrição	Aplicação
MG	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Poços de Caldas/MG	R\$100.000,00
	Total	R\$100.000,00
TSE	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	R\$1.067.318,00
	Total	R\$1.067.318,00
BA	Construção do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	R\$1.232.837,00
	Total	R\$1.232.837,00
MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	R\$60.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Humberto de Campos/MA	R\$600.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Esperantinópolis/MA	R\$600.000,00
	Total	R\$1.260.000,00
PR	Construção de cartório eleitoral no município de Alto Piquiri/PR	R\$350.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Iporã/PR	R\$150.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de São Jerônimo da Serra/PR	R\$250.000,00
	Ampliação de cartório eleitoral no município de Foz do Iguaçu/PR	R\$500.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Marmeleiro/PR	R\$318.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Santa Fé/PR	R\$450.000,00
PE	Ampliação de imóvel para armazenamento de urnas eletrônicas no município de Camaragibe/PE	R\$1.687.000,00
	Total	R\$3.705.000,00
	Orçamento fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	R\$18.125.495,00

Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 9 de 2014		
TRE	Descrição	Aplicação
MA	Construção de cartório eleitoral no município de Rosário/MA	R\$100.000,00
PE	Ampliação de imóvel para armazenamento de urnas eletrônicas no município de Camaragibe/PE "Programa de Trabalho (cancelamento)"	R\$681.817,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Vitória de Santo Antão/PE "Programa de Trabalho (cancelamento)"	R\$335.000,00
	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	R\$1.016.817,00

Quadro-resumo – Créditos adicionais (continuação)

Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 9 de 2014		
TRE	Descrição	Aplicação
PR	Reforma e ampliação dos acessos do Edifício-Sede do TRE/PR no município de Curitiba/PR	R\$200.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Cascavel/PR “Programa de Trabalho (cancelamento)”	R\$200.000,00
	Total	R\$400.000,00
	Orçamento fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	R\$2.533.634,00

Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 17 de 2014		
TRE	Descrição	Aplicação
MA	Construção de cartório eleitoral no município de Tutóia/MA	R\$600.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Pedreiras/MA	R\$924.570,00
	Total	R\$1.524.570,00
RN	Ampliação de cartório eleitoral no município de Ceará-Mirim/RN	R\$60.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Apodi/RN	R\$265.000,00
	Ampliação de cartório eleitoral no município de Macaíba/RN	R\$45.000,00
	Construção de cartório eleitoral no município de Patú/RN	R\$25.000,00
	Total	R\$395.000,00
	Orçamento fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	R\$1.919.570,00

Projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 24 de 2014		
TRE	Descrição	Aplicação
CE	Construção do Edifício-Sede do TRE/CE	R\$2.879.468,00
CE	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	R\$526.563,00
	Orçamento fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	R\$3.406.031,00

1.7.4. Atividades relacionadas ao inciso III

III – fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Justiça Eleitoral;

Foram atendidas solicitações de gabinetes de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre informações de julgados e dados estatísticos das Eleições 2014.

Também foram respondidos questionamentos sobre a possível validade da Minirreforma Eleitoral, Lei nº 12.891, de 11 de dezembro de 2013, iniciada no Senado Federal e referendada na Câmara dos Deputados. O Tribunal, por maioria, assentou entendimento de que a legislação será aplicada somente nas eleições de 2016, conforme autos da Consulta nº 100.075/2013.

1.7.5. Atividades relacionadas ao inciso IV

IV – manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional;

No ano de 2014, a Aspar participou da elaboração e encaminhamento à Câmara dos Deputados de três projetos de lei de autoria deste Tribunal. O PL nº 7.889/2014, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral. O PL nº 7.904/2014, que cria a Gratificação Eleitoral (Grael) para os servidores ocupantes de cargos efetivos da Justiça Eleitoral. O PL nº 7.990/2014, que cria cargos efetivos nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às unidades de tecnologia da informação.

Todos esses projetos de lei possuem tramitação terminativa nas comissões, ou seja, em regra, não são submetidos à apreciação do Plenário das casas legislativas, e foram designados para as seguintes comissões temáticas da Câmara dos Deputados: primeiramente, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) para análise de mérito; em seguida, à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para análise da adequação orçamentária; e, por último, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Há, ainda, sob acompanhamento diuturno pela Aspar, o PL nº 7.027/2013, que cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às zonas eleitorais, e transforma funções de chefes de cartórios. Esse PL também possui tramitação terminativa nas comissões. Foi aprovado na Ctasp e CFT, estando, atualmente, na CCJC, aguardando parecer do relator, deputado Valtenir Pereira (Pros/MT). É importante informar que o prazo para apresentação de emendas naquela comissão já se encerrou e que não foram apresentadas emendas.

Quadro-resumo – Tramitação dos projetos de lei encaminhados

Proposição	Tema	Situação	Relator	Parecer
PL nº 7.889/2014	Reestruturação do TSE	Ctasp - CD	Dep. Policarpo (PT/DF)	Favorável, sem emendas.
PL nº 7.904/2014	Grael	Ctasp - CD	Dep. Policarpo (PT/DF)	Ainda não foi apresentado. Não foram apresentadas emendas.

Quadro-resumo – Tramitação dos projetos de lei encaminhados (continuação)

Proposição	Tema	Situação	Relator	Parecer
PL nº 7.990/2014	Cargos de TI para a JE	Ctasp - CD	Dep. Alex Canziani (PTB/PR)	Ainda não foi apresentado. Não foram apresentadas emendas.
PL nº 7.027/2013	Cartórios	CCJC - CD	Dep. Valtenir Pereira (Pros/MT)	Ainda não foi apresentado. Não foram apresentadas emendas.

1.7.6. Atividades relacionadas ao inciso V

V – manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública.

Para esse inciso, foram consideradas as atividades relacionadas a sessões temáticas, audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem como a solicitações de parlamentares.

1.7.6.1. Audiências públicas no Senado Federal

- Requerimento nº 54/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 - * Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)
 - * Convidados: Especialistas em Direito Eleitoral
 - Dentre eles: Dr. Carlos Veloso – Ex-ministro do STF e do TSE
 - Dr. Fernando Neves – Ex-ministro do TSE
 - * Tema: Duas audiências para tratar sobre financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais
 - * Data: Requerimento aprovado em 5.11.2014, porém as audiências ainda não foram realizadas.

1.7.6.2. Audiências públicas na Câmara dos Deputados

- Requerimento nº 211/2014, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
 - * Autores: Deputados Alessandro Molon (PT/RJ), Fábio Trad (PMDB/RS) e Vicente Candido (PT/SP)
 - * Convidada: Dra. Luciana Christina Guimarães Lóssio – Ministra do TSE

- * Tema: Mesa-redonda – Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições
- * Data da realização: 4.6.2014
- Requerimento nº 341/2014, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
 - * Autor: Deputado Izalci (PSDB/DF)
 - * Convidados: Elmano Amâncio de Sá Alves – Assessor de Planejamento da STI do TSE; Giuseppe Dutra Janino – Secretário de Tecnologia da Informação do TSE
 - * Tema: Vulnerabilidades Encontradas no Código-Fonte durante as Eleições de 2014, Objeto da Petição Protocolada no TSE em 4.9.2014 sob o número 23.891/2014
 - * Data: Aguarda designação
- Requerimento nº 184/2013, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
 - * Autor: Deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)
 - * Tema: Seminário para debater temas presentes na PEC nº 352/2013. Especificamente sobre sistemas eleitorais e modelos de financiamento de campanha
 - * Data da realização: 18.11.2014

1.7.6.3. Solicitações parlamentares

A Assessoria de Articulação Parlamentar, quando acionada, intermediou e/ou orientou os funcionários dos gabinetes de parlamentares quanto a forma de efetuar pedidos para marcação de audiências junto aos gabinetes dos ministros e da Presidência do TSE.

1.7.7. Projeto Legislação por *link*

Visando a aperfeiçoar o trabalho de acompanhamento de proposições e assessoramento à Presidência nos temas de interesse da Justiça Eleitoral em matérias tramitando no Poder Legislativo, esta assessoria trabalhou no ano de 2014 com o desenvolvimento do projeto Legislação por *link*.

O objetivo principal do projeto é pesquisar diretamente no texto da lei, por meio de *links*, os projetos de lei em tramitação. Isso permite visualizar na lei quais são os pontos com maior número de propostas de alteração e quais os pontos mais sensíveis.

O projeto está em fase de revisão na Assessoria Parlamentar, para conferência dos projetos de lei em tramitação e retirada das proposições que foram arquivadas ou rejeitadas em 2014.

1.8. Assessoria de Plenário

As atividades executadas pela Assessoria de Plenário, em síntese, estão relacionadas aos seguintes itens:

- Divulgação, na página do TSE na Internet, das listas encaminhadas pelos relatores de forma organizada e sistematizada.
- Interação constante com as assessorias dos gabinetes dos ministros, no sentido de evitar-se o pregão de processos havendo divergências na autuação e do que conste dos votos dos relatores, visando à prevenção de informações dissonantes possivelmente ensejadoras de pedido de anulação de julgamentos.
- A fim de dar a celeridade necessária aos julgamentos, de ordem do presidente, a partir de junho de 2014, foi realizado contato com os gabinetes dos ministros, para haver a disponibilização prévia das ementas também à Assessoria de Plenário, viabilizando agilidade quando do julgamento das listas.
- Quando do julgamento de processos alusivos a direito de resposta, considerada reunião datada do mês de agosto de 2014 – de advogados com o Ministro Henrique Neves da Silva, o secretário-geral da Presidência, pessoal da Secretaria de Tecnologia da Informação e esta Assessoria de Plenário –, decidiu-se por anotar na pauta de julgamentos a expressão DR, para sinalizar aos interessados os processos dessa natureza.
- Também a partir da mencionada reunião, houve ajuda no aperfeiçoamento da montagem das pautas das sessões, considerada a Portaria nº 509/2014, da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, regulamentando a formação das referidas pautas de maneira bem explicitada.
- Implementação, no Plenário, de cronômetro digital apropriado a fim de controlar o tempo das sustentações orais.
- Cópia, para disponibilização ao setor responsável pelo áudio e vídeo das sessões, de todos os vídeos e áudios constantes dos processos alusivos às representações das eleições de 2014, considerados eventuais pedidos de exibições das mídias no telão do Plenário, de maneira a não haver surpresa que possa ensejar a não veiculação das mídias por ausência de precaução.

1.9. Assessoria do Processo Judicial Eletrônico

As atividades executadas pela Assessoria do Processo Judicial Eletrônico, em síntese, estão relacionadas aos seguintes itens:

- Elaboração do cronograma de implantação do PJE enviado ao Conselho Nacional de Justiça, cuja implantação está prevista para agosto de 2015 – Ofício-SPR nº 3.148/2014 juntado eletronicamente ao CUMPRDEC nº 681-09.20147 – Ato Normativo nº 0004441-97.2013.2.00.0000.
- Mapeamento das demandas pendentes (*backlog*), para desenvolvimento pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), voltado à retomada das atividades do PJE (Memorando-ASPJE nº 19 – Protocolo nº 15.544/2014).
- Condução de 45 reuniões para tratar dos temas a seguir relacionados:
 - * 9 reuniões para nortear a retomada do Projeto PJE – CNJ no TSE e o desenvolvimento das atividades descritas no Memorando-ASPJE nº 19 (atas nºs 2 a 7, 10, 11, 13/2014).
 - * 15 reuniões de ponto de controle com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), objetivando aferir o cumprimento do *backlog* (atas nºs 15, 18, 23, 25, 28, 31 a 39 e 43/2014).
 - * 2 reuniões para fixação dos referenciais orçamentários para o PJE (atas nºs 8 e 9/2014).
 - * 2 reuniões para planejamento de suporte a ser prestado pela Secretaria de Tecnologia da Informação aos usuários do PJE (atas nºs 12 e 19/2014).
 - * 6 reuniões do grupo de trabalho, constituído pela Portaria nº 451/2014 para rever os dispositivos contidos na Resolução-TSE nº 23.393/2013 (PJE), amoldando-a à realidade vivenciada pela Justiça Eleitoral e adequando-a à Resolução-CNJ nº 185/2013 (atas nºs 14, 17, 20, 22, 24 e 29/2014).
 - * 8 reuniões para revisão dos fluxos de trabalho da Secretaria Judiciária (atas nºs 16, 26, 27, 40 a 42, 45 e 46/2014).
 - * 3 reuniões para revisão dos fluxos de trabalho dos gabinetes dos ministros e Assessoria de Plenário (Asplen) – (atas nºs 26, 27 e 44/2014).
- Elaboração de cinco informações em processos e procedimentos administrativos, com destaque para a Informação-ASPJE nº 21/2014 – Exposição de motivos a subsidiar a Presidência no exame das propostas referentes à alteração da Resolução nº 23.393/2013 (Processo Administrativo nº 648-20).
- Expedição de 17 memorandos de interesse desta unidade.
- Elaboração do Termo de Abertura de Projeto (TAP) e do Plano Geral de Projeto (PGP) do Processo Judicial Eletrônico (Protocolo nº 33.314/2014).

- Elaboração de relação de novas funcionalidades do processo judicial eletrônico, a qual abarca todas as demandas constantes do Plano Geral de Projeto, a serem desenvolvidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação para a implantação do sistema (Memorando-ASPJE nº 33/2014 – Protocolo nº 33.313/2014).
- Visita ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 13 de agosto de 2014, objetivando conhecer a estrutura utilizada para a implantação e a administração do Sistema do Processo Judicial Eletrônico naquele órgão (relatório entregue à Secretaria-Geral da Presidência).
- Apoio à Secretaria-Geral da Presidência no monitoramento dos indicadores no TSE e no Centro de Operações da Polícia Rodoviária Federal, nas eleições de 2014.
- Construção e especificação de requisitos de 15 fluxos e subfluxos de trabalho das unidades envolvidas no Projeto PJE, quais sejam Secretaria Judiciária, gabinetes e Assessoria de Plenário.
- Implementação (inclusão) dos fluxos na ferramenta (sistema) do PJE/CNJ.
- Viagem para Florianópolis, em razão do VIII Congresso Nacional do Poder Judiciário, no qual os tribunais foram norteados acerca da implantação do PJE em todo o país; apresentou-se a ideia de criação da nova versão 2.0 e abriu-se espaço para a oitiva dos usuários do sistema (OAB, AGU, magistrados, servidores, etc.).
- Abertura de demandas (*issues*) no Conselho Nacional de Justiça para a correção e melhoria do sistema.
- Análise do sistema para adequação à realidade da Justiça Eleitoral e realização de testes para averiguar a confiabilidade das soluções implementadas.
- Acompanhamento e apoio à Secretaria de Tecnologia da Informação no desenvolvimento das demandas constantes dos memorandos nºs 19 e 33/2014.
- Validação das versões do sistema disponibilizadas pelo CNJ.

1.10. Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral

Nos termos do que dispõe a Resolução-TSE nº 22.202, de 16 de maio de 2006, compete a esta assessoria prestar assessoramento direto ao Sr. Presidente, na análise de assuntos que lhe sejam submetidos, bem como emitir pareceres e fornecer informações nos processos sobre assuntos relacionados a questões eleitorais, auxiliar na elaboração das resoluções e instruções regulamentares das eleições e preparar o informativo do Tribunal com o resumo das decisões plenárias.

Além das atribuições previstas na referida norma, a Asesp presta apoio aos ministros substitutos desta Corte (Portaria-TSE nº 657, de 10.12.2013) e, durante o período eleitoral, assessora diretamente os ministros auxiliares da propaganda.

Registra-se, por oportuno, que a recente alteração da estrutura orgânica deste Tribunal, referendada por meio da Resolução-TSE nº 23.420, de 11 de fevereiro de 2014, não afetou o regime de competências previsto no Regulamento da Secretaria do Tribunal, tendo apenas modificado a denominação desta unidade, que passou a ser Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral.

Durante a gestão do Ministro Dias Toffoli frente à Presidência do TSE, as ações da Assessoria Especial, até a presente data, podem ser traduzidas pelos seguintes números:

Atividades 2014	Quantitativo
Pareceres/informações elaborados em 2014	Em consultas: 20. Em instruções: 5. Em listas tríplices: 59. Em petições: 21. Em processos administrativos: 7. Em expedientes diversos: 47.
Assessoramento dos ministros auxiliares da propaganda nas Eleições 2014: <ul style="list-style-type: none">• Ministro Admar Gonzaga• Ministra Maria Thereza• Ministro Humberto Martins• Ministro Tarcisio Vieira• Ministro Herman Benjamin	Processos que tramitaram pela Asesp: Representações: 339. Reclamações: 1.
Elaboração de informativos do TSE	Foram 16 informativos, incluindo a coletânea com decisões sobre inelegibilidades, lançada em agosto de 2014.
Organização de audiência pública em parceria com outras unidades do TSE	Realizada para deliberar sobre a minuta de instrução que disciplinou a utilização do horário eleitoral gratuito e o plano de mídias das inserções na propaganda para o cargo de presidente da República nas Eleições 2014.

1.10.1. Atividades de destaque realizadas em 2014

- Não aplicação da Lei nº 12.891/2013 (Minirreforma Eleitoral) às eleições de 2014.
- A Asesp emitiu parecer na Consulta nº 1000-75.2013.6.00.0000, feito no qual o Tribunal assentou, por maioria, que a Lei nº 12.891/2013 não teria aplicação às eleições

gerais de 2014, mormente ante o início do período eleitoral. O julgamento foi concluído na sessão de julgamento de 24 de junho de 2014.

- Minutas das instruções regulamentares das Eleições 2014.
- A Asesp emitiu pareceres e participou da elaboração de todas as minutas de instruções regulamentares das Eleições 2014, sendo a maioria delas, pela primeira vez na história do TSE, submetida e aprovada pelo Plenário ainda no ano de 2013, o que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento das atividades relacionadas diretamente ao pleito.
- No período de gestão do Excelentíssimo Ministro Dias Toffoli na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, foram submetidas ao Plenário, ainda sob a relatoria de Sua Excelência, as instruções que regulamentaram o horário da propaganda eleitoral gratuita para os cargos de presidente e vice-presidente da República, para o primeiro e segundo turnos (resoluções nºs 23.429 e 23.431), a Resolução nº 23.415, que dispõe sobre o exercício do direito de resposta nos dias 23 e 24 de outubro de 2014, em relação à eleição presidencial, além das seguintes alterações de instruções regulamentares:
 - * Resoluções nºs 23.412 e 23.426 – Alteraram o Calendário Eleitoral das Eleições 2014.
 - * Resolução nº 23.424 – Alterou a instrução que dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.
 - * Resolução nº 23.413 – Alterou a instrução que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos e, ainda, sobre prestação de contas nas eleições de 2014.
 - * Acórdão na Petição nº 1102-63 – Alterou as resoluções nºs 23.404 e 23.429, que dispõem, respectivamente, sobre a propaganda eleitoral e o horário eleitoral gratuito nas Eleições 2014.
- Entrevistas e palestra sobre as eleições de 2014.
- Foram concedidas entrevistas às emissoras de rádio e de televisão, bem como ministrada palestra a funcionários da Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), visando esclarecer dúvidas e apontar os principais aspectos relacionados às instruções regulamentares das Eleições 2014.
- Estrutura de apoio aos ministros auxiliares nas Eleições 2014.
- Além de toda a estrutura da Asesp ter permanecido à disposição dos ministros auxiliares para elaboração de minutas e lançamento das decisões proferidas por suas

excelências desde a gestão do Ministro Marco Aurélio, com o apoio da diretora-geral do TSE e do próprio Ministro Dias Toffoli, foi possível a convocação de força-tarefa, composta por servidores de outras unidades do TSE, para aumentar o efetivo de servidores, de forma a assegurar a prestação jurisdicional por parte dos ministros auxiliares, com rapidez e qualidade.

1.11. Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias

Compete à Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa) planejar e coordenar, no âmbito de toda a Justiça Eleitoral, as atividades necessárias à análise da prestação de contas anual dos partidos políticos e da prestação de contas de campanha eleitoral.

A finalidade principal da Asepa é zelar pela boa e correta aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, seja pela manutenção da atividade partidária, seja pela aplicação em campanhas eleitorais, examinando as informações declaradas nas prestações de contas com a escrituração contábil, a movimentação financeira e a análise da documentação fiscal comprobatória, apresentando, em consequência, parecer técnico para subsidiar o Relator do processo.

Além do exame das prestações de contas anuais dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, a Asepa desenvolve outro papel muito importante para consecução dos objetivos: a parametrização e a homologação de todos os sistemas necessários ao exame da prestação de contas eleitoral.

O Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE) é utilizado para elaborar a prestação de contas de campanha de candidatos, comitês financeiros e partidos políticos em todo o país. Trata-se do maior sistema eletrônico em desenvolvimento pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral.

A Asepa atua como área gestora do SPCE e determina os parâmetros a serem desenvolvidos para todo o conjunto de sistemas, antes mesmo de sua utilização na campanha, além da realização de testes em campo e da posterior homologação.

Essa assessoria atua também na discussão e proposição de orientações específicas para alinhamento técnico dos procedimentos de análise das contas, além disso, propõe a realização de acordos de cooperação com órgãos públicos, organizações classistas e outros que possam colaborar na tarefa constitucional de análise das prestações de contas.

Outra vertente importante a ser destacada é a responsabilidade da Asepa pelos eventos de treinamento e capacitação dos servidores da Justiça Eleitoral lotados nas unidades responsáveis pelo exame das prestações de contas dos tribunais regionais eleitorais, além do suporte a normas e sistemas eletrônicos que ocorrem ao longo do ano.

1.11.1. Aprimoramento da fiscalização da prestação de contas

Por se tratar de ano eleitoral, as atividades da Asepa estiveram especialmente voltadas ao aprimoramento dos sistemas eletrônicos utilizados na prestação de contas de campanha, em face da necessidade de homologação e utilização dos sistemas por candidatos, partidos políticos e servidores da Justiça Eleitoral, que foram os responsáveis pelo exame das contas de campanha.

No primeiro ano da gestão do Ministro Dias Toffoli, destaca-se o comprometimento da Presidência no sentido de atuar no incremento da fiscalização do processo de prestação de contas por meio do intercâmbio de informações entre outros órgãos de fiscalização.

Com o apoio da Presidência foram firmados os seguintes acordos de cooperação:

Nota fiscal eletrônica

Com a edição da Portaria-TSE nº 417, publicada no *Diário da Justiça Eletrônico* de 25 de junho de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral com os tribunais regionais federais firmaram acordos com as fazendas estaduais e municipais, para o envio das notas fiscais eletrônicas emitidas para a contratação de gastos eleitorais de campanha com base no número de inscrição de candidatos, comitês financeiros e partidos políticos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essas informações foram confrontadas automaticamente pelo SPCE com os dados declarados nas contas de campanha.

Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba)

Em 6 de agosto de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério Público Federal firmaram o Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2014, com o objetivo de agilizar os procedimentos de análise dos extratos eletrônicos das contas bancárias eleitorais.

A utilização do Simba proporcionou à Justiça Eleitoral a recepção de extratos eletrônicos enviados pelas instituições financeiras com relevante melhoria na qualidade dos dados, uma vez que esse sistema utiliza um validador na origem dos dados, ou seja, só permite a transmissão das informações se os dados atenderem a um padrão de qualidade preestabelecido.

Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS)

O Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com o Banco Central do Brasil, firmou, em 2 de dezembro de 2014, o Convênio nº 26/2014 para uso do sistema do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional por toda a Justiça Eleitoral.

O objetivo do sistema é permitir a identificação de todos os relacionamentos existentes com o sistema financeiro nacional, a partir do número do CNPJ do prestador de contas, agregando, assim, novos mecanismos para a fiscalização das informações declaradas nas prestações de contas eleitorais e partidárias.

Nova resolução para prestação de contas anual dos partidos

Em trâmite desde o ano de 2007 nesta Corte Eleitoral, o Processo Administrativo nº 16.443 dispunha sobre a reformulação da Resolução-TSE nº 21.841/2004, que disciplinava a prestação de contas anual dos partidos políticos.

Em sessão realizada no dia 3 de setembro de 2014, por decisão unânime, o Pleno do TSE julgou prejudicado o referido processo administrativo, em razão do longo prazo de tramitação e em decorrência de novos estudos das áreas técnicas.

A Presidência do Tribunal Superior determinou imediatamente a apresentação de estudos técnicos e novas propostas para regulamentar a prestação de contas partidárias.

A nova Resolução-TSE nº 23.3442, publicada no *Diário de Justiça Eletrônico* em 30 de dezembro de 2014, incorporou novos mecanismos de fiscalização, entre eles a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) – pertencente à Secretaria da Receita Federal – para a escrituração eletrônica da contabilidade partidária e para a recepção mensal dos extratos eletrônicos das contas bancárias dos partidos políticos com a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba).

Termo de cooperação institucional com o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Em 28 de outubro de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral assinou termo de cooperação institucional com o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O objetivo da cooperação técnica é fiscalizar a regularidade do registro profissional de contadores e advogados que assinarem as prestações de contas das Eleições 2014, conforme previsto na Resolução-TSE nº 23.406, art. 33, § 4º.

A cooperação prevê a obrigatoriedade do Tribunal Superior Eleitoral em encaminhar a relação de todos os profissionais de contabilidade e dos advogados declarados nas prestações de contas aos respectivos conselhos de classe, que, em contrapartida, deverão informar quais os profissionais não estão registrados ou inativos no Tribunal Superior Eleitoral.

1.11.2. Atividades desenvolvidas

1.11.2.1. Campanha eleitoral

As atividades desenvolvidas pela Asepa no primeiro ano da gestão do Ministro Dias Toffoli foram relacionadas, em sua maioria, às atividades vinculadas ao processo de prestação de contas de campanha eleitoral, em que se destacaram as seguintes ações: reuniões técnicas para definição de

parâmetros eletrônicos, realização de testes em campo para homologação dos sistemas, realização de reuniões técnicas com a Receita Federal do Brasil.

	Atividade	Descrição	Período
1	Análise de prestação de contas eleitorais de candidatos à presidência, comitês financeiros nacionais e dos diretórios nacionais dos partidos políticos – Eleições 2010 e 2012	Trata-se de competência da unidade técnica o exame das prestações de contas dos candidatos não eleitos, bem como dos comitês financeiros e partidos políticos vinculados.	1º.1 a 31.8.2014
2	Reunião Banco Central do Brasil – Publicação do Comunicado nº 25.091/2014 – Abertura de conta de campanha	Documento emitido pelo Bacen, a ser observado pelas instituições financeiras, que orientará a abertura das contas bancárias de campanha.	Jan./2014
3	Reunião Grupo de Normas Eleitorais	Reunião de grupo constituído por representantes do TSE e dos TREs para definição de regras de negócio para desenvolvimento dos sistemas de prestação de contas eleitoral; elaboração e revisão das críticas do relatório de análise; e desenvolvimento de treinamentos e elaboração de manuais para órgãos da Justiça Eleitoral, prestadores de contas e demais interessados.	13 a 14.2.2014 15 a 16.5.2014 2 a 3.6.2014 2 a 3.7.2014 17 a 18.7.2014 25 a 26.8.2014 15 a 16.9.2014
4	Teste em campo SPCE – Fase 1	Evento em que servidores da Justiça Eleitoral realizam testes nos sistemas utilizados pelos candidatos, comitês financeiros, partidos políticos e órgãos da Justiça Eleitoral para elaboração da prestação de contas.	2º teste em campo: 24 a 26.2.2014 3º teste em campo: 17 a 21.3.2014 4º teste em campo: 8 a 11.4.2014 5º teste em campo: 5 a 8.5.2014 6º teste em campo: 3 a 6.6.2014 7º teste em campo: 1º a 3.7.2014

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

	Atividade	Descrição	Período
5	Levantamento de fontes vedadas	Levantamento dos órgãos da administração pública direta e indireta que possuam cadastro das pessoas impedidas de efetuar doações para as campanhas eleitorais (artigo 24 da Lei nº 9.504/1997).	Maio a jun./2014
6	Treinamento dos tribunais regionais eleitorais – SPCE – Fase 1	Evento que se destina a capacitar os servidores da Justiça Eleitoral para prestar suporte aos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos na utilização dos sistemas externos da prestação de contas para o pleito de 2014.	20 a 21.5.2014
7	Treinamento com representantes dos diretórios nacionais dos partidos políticos	Evento que se destina a dar conhecimento e capacitar os partidos políticos dos sistemas e normas a serem utilizados pelos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos no pleito de 2014.	29.5.2014
8	Atribuição de CNPJ de campanha	Suporte aos candidatos, comitês financeiros, tribunais regionais e zonas eleitorais na atribuição de CNPJ de campanha eleitoral (artigo 22-A da Lei nº 9.504/1997).	Jun. a out./2014
9	Operacionalização do Sistema de Recibos Eleitorais (SRE)	Suporte aos candidatos, comitês financeiros, partidos políticos e tribunais regionais quanto aos procedimentos de solicitação de faixa de recibos eleitorais no SRE.	Jun. a nov./2014
10	Análise das solicitações de registros de comitês financeiros de campanhas	Exame dos requerimentos de constituição de comitês financeiros apresentados pelos diretórios nacionais dos partidos políticos.	Jun. a ago./2014
11	Abertura de contas de campanha pelos partidos políticos, candidatos e comitês financeiros	Suporte aos candidatos, comitês financeiros e tribunais regionais na solicitação de abertura de conta de campanha.	Jun. a out./2014

	Atividade	Descrição	Período
12	Teste da entrega das prestações de contas parciais	Teste para verificação da infraestrutura e validação dos dados a serem publicados na página eletrônica da Justiça Eleitoral, dos relatórios parciais entregues por candidatos, comitês financeiros e partidos políticos.	Jul./2014
13	Entrega da 1ª prestação de contas parcial	Atendimento ao disposto na legislação eleitoral.	28.7 a 2.8.2014
14	Entrega da 2ª prestação de contas parcial	Atendimento ao disposto na legislação eleitoral.	28.8 a 2.9.2014
15	Divulgação da 1ª prestação de contas parcial	Atendimento ao disposto na legislação eleitoral.	6.8.2014
16	Divulgação da 2ª prestação de contas parcial	Atendimento ao disposto na legislação eleitoral.	6.9.2014
17	Teste em campo SPCE – Fase Analista	Evento em que servidores da Justiça Eleitoral realizam testes nos sistemas utilizados pela Justiça Eleitoral no exame das prestações de contas.	1º teste em campo: 8 a 12.9.2014 2º teste em campo: 15 a 19.9.2014 3º teste em campo: 22 a 26.9.2014 4º teste em campo: 13 a 17.10.2014
18	Treinamento dos tribunais regionais eleitorais – SPCE – Fase Analista	Evento que se destina a capacitar os servidores da Justiça Eleitoral para prestar suporte aos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos na utilização dos sistemas a serem utilizados no pleito de 2014.	9.10.2014
19	Entrega da prestação de contas final de primeiro turno	Atendimento ao disposto na legislação eleitoral.	5.11.2014
20	Entrega da prestação de contas final de segundo turno	Atendimento ao disposto na legislação eleitoral.	25.11.2014
21	Exame da prestação de contas de candidato eleito e do respectivo partido político e comitê financeiro	O candidato eleito deve estar com suas contas julgadas até 8 dias antes da diplomação.	25.11 a 10.12.2014

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

	Atividade	Descrição	Período
22	Apuração do limite de doações de campanha – RFB e TSE	Encaminhamento de arquivo contendo relação de doadores, e respectivo valor, na campanha eleitoral de 2014, para procedimentos de levantamento das informações daqueles que extrapolaram o limite de doações.	31.12.2014

Exame da prestação de contas anual de partidos políticos

Em 30 de abril de 2014, ingressaram no Tribunal Superior Eleitoral mais 30 processos de prestações de contas anuais dos diretórios nacionais dos partidos políticos, relativos ao exercício financeiro de 2013, conforme quadro abaixo:

	Partido	Exercício	Processo (nº)
1	PCB	2013	PC 31449
2	PCdoB	2013	PC 29458
3	PCO	2013	PC 30235
4	PDT	2013	PC 28596
5	DEM	2013	PC29288
6	PHS	2013	PC 28244
7	PR	2013	PC 31194
8	PMDB	2013	PC 29106
9	PMN	2013	PC 26860
10	PP	2013	PC 29021
11	PPS	2013	PC 30672
12	PRB	2013	PC 28766
13	PTC	2013	PC 28074
14	PRP	2013	PC 24092
15	PRTB	2013	PC 30320
16	PSC	2013	PC 31279
17	PSDB	2013	PC 30405
18	PSB	2013	PC 31012
19	PSDC	2013	PC 30065
20	PSL	2013	PC 30587

	Partido	Exercício	Processo (nº)
21	PSOL	2013	PC 28681
22	PSTU	2013	PC 30842
23	PT	2013	PC 28159
24	PTB	2013	PC 30150
25	PTdoB	2013	PC 31971
26	PTN	2013	PC 29895
27	PV	2013	PC 31704
28	PPL	2013	PC 30927
29	PSD	2013	PC 28329
30	PEN	2013	PC 30757
31	SD	2013	PC 31364
32	PROS	2013	PC 28936

Em relação ao exame da prestação de contas anual dos partidos políticos, a Asepa emitiu 417 pareceres técnicos decorrentes do exame de processos de prestação de contas anual, conforme quadro a seguir:

Partido	Exercício	Eleição	Processo (nº)	Informações (nº)
PSB	2009		PC 95746	65/2014
PCB	2009		PC 96268	245/2014
PR	2009		PC 96960	234/2014
PRTB	2009		PC 98089	430/2014
PSDB/CFN		2010	PC 4072-76	232/2014 264/2014 416/2014
PTN/CFN		2010	PC 10630-40	119/2014 336/2014
PTB	2008		PC 44	66/2014
PPS	2007		PC 4	113/2014 261/2014
DEM	2007		PC 19	112/2014 257/2014 334/2014
PSDC	2013		PC 300-65	440/2014
PV	2013		PC 317-04	395/2014

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Partido	Exercício	Eleição	Processo (nº)	Informações (nº)
PRTB/CAND		2014	PC 1002-11	321/2014
PP/DN		2014	PC 1003-93	327/2014
PSTU/CFN		2014	PC 1004-78	320/2014
PSTU/CAND		2014	PC 1005-63	319/2014
PRTB/DN		2012	PC 1300-71	140/2014
PPL/DN		2012	PC 1319-77	141/2014
PCB/DN		2012	PC 1374-28	143/2014
PMN	2013		PC 26860	165/2014
PSOL	2013		PC 286-81	219/2014
PRB	2013		PC 287-66	166/2014
PMDB	2013		PC 291-06	164/2014
DEM	2013		PC 292-88	167/2014
PPS	2013		PC 306-72	160/2014
PEN	2013		PC 307-57	229/2014
PPL	2013		PC 309-27	159/2014
PSB	2013		PC 310-12	161/2014
PCB	2013		PC 314-49	163/2014
PTdoB	2013		PC 319-71	359/2014
PR	2008		PC 38	139/2014 260/2014
PCO	2007		PC 4244-17	135/2014
PDT	2010		PC 773-56	466/2014
PSC	2009		PC 948-84	222/2014
PMN	2009		PC 968-75	255/2014
PR/DN		2014	PC 969-21	328/2014
PTdoB	2009		PC 971-30	153/2014
PV/CFN		2014	PC 973-85	324/2014
PROS/DN		2014	PC 974-43	326/2014
PMDB	2009		PC 974-82	123/2014
PT/CAND		2014	PC 976-13	455/2014 457/2014
PT/CFN		2014	PC 981-35	453/2014
PSTU	2009		PC 984-29	162/2014

Partido	Exercício	Eleição	Processo (nº)	Informações (nº)
PTB/DN		2014	PC 985-72	325/2014
PRTB/CFN		2014	PC 987-42	322/2014
PV/CAND		2014	PC 993-49	323/2014
PRP/DN		2014	PC 998-71	329/2014
PMN	2007		PC 10	228/2014
PPS/DN		2014	PC 1000-41	377/2014
PTB/DN		2014	PC 1001-26	370/2014
PCB/CAND		2014	PC 1007-33	356/2014
PSOL/CAND		2014	PC 1008-18	405/2014
PTC/DN		2014	PC 1180-57	400/2014
PSB/CAND		2014	PC 1299-18	367/2014
PRTB/DN		2014	PC 1300-71	398/2014
PSTU/DN		2012	PC 1302-41	145/2014
PDT/CFN		2014	PC 1302-70	364/2014
PT	2007		PC 18	118/2014
PSDC	2007		PC 22	216/2014 252/2014
PEN	2012		PC 231-67	474/2014
PRP	2013		PC 240-92	314/2014
PTC	2013		PC 280-74	231/2014
PT	2013		PC 281-59	250/2014
PHS	2013		PC 282-44	346/2014
PSD	2013		PC 283-29	333/2014
PDT	2013		PC 285-96	157/2014 249/2014
PROS	2013		PC 289-36	414/2014
PP	2013		PC 290-21	235/2014
PCdoB	2013		PC 294-58	344/2014
PTN	2013		PC 298-95	248/2014
PTB	2013		PC 301-50	390/2014
PCO	2013		PC 302-35	342/2014
PRTB	2013		PC 303-20	350/2014
PSDB	2013		PC 304-05	351/2014
PSL	2013		PC 305-87	422/2014

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Partido	Exercício	Eleição	Processo (nº)	Informações (nº)
PSTU	2013		PC 308-42	332/2014
PR	2013		PC 311-94	258/2014
PSC	2013		PC 312-79	345/2014
SD	2013		PC 313-64	312/2013
PT	2008		PC 40	170/2014
PSDB	2008		PC 41	247/2014
PCO	2007		PC 4244-17	262/2014
PSB	2008		PC 43	317/2014
PRTB	2008		PC 45	146/2014
PPS	2008		PC 49	128/2014
PMDB	2008		PC 51	217/2014 335/2014
PPS	2010		PC 784-85	413/2014
PTN	2010		PC 884-40	421/2014
PV	2010		PC 930-29	412/2014
PTB	2009		PC 949-69	372/2014
PSOL	2009		PC 961-83	259/2014
PTC	2009		PC 963-53	411/2014
PEN/DN		2014	PC 966-66	375/2014
PPL/DN		2014	PC 967-51	376/2014
PSD/DN		2014	PC 968-36	393/2014
PSOL/DN		2014	PC 970-06	404/2014
PSDB/CAND		2014	PC 971-88	352/2014
PMDB	2009		PC 974-82	267/2014 338/2014
PCB/CFN		2014	PC 975-28	358/2014
PT/CAND		2014	PC 976-13	354/2014 459/2014
PSB/CFN		2014	PC 977-95	366/2014
PCdoB/DN		2014	PC 978-80	389/2014
PSDB	2009		PC 979-07	125/2014
PCO/CFN		2014	PC 979-65	362/2014
DEM/CFN		2014	PC 980-50	371/2014
PRTB	2009		PC 980-89	266/2014

Partido	Exercício	Eleição	Processo (nº)	Informações (nº)
PT/CFN		2014	PC 981-35	353/2014 458/2014
PCO/CAND		2014	PC 982-20	361/2014
PSDC/CFN		2014	PC 983-05	374/2014
PSTU	2009		PC 984-29	263/2014
PSDB/CFN		2014	PC 984-87	355/2014
PMDB/DN		2014	PC 986-57	363/2014
SD/DN		2014	PC 988-27	407/2014
PSC/CFN		2014	PC 989-12	369/2014
PRB/DN		2014	PC 991-79	408/2014
PSL/DN		2014	PC 992-64	406/2014
PTN/DN		2014	PC 994-34	391/2014
PMN/DN		2014	PC 995-19	365/2014
PHS/DN		2014	PC 996-04	392/2014
PSC/CAND		2014	PC 997-86	368/2014
PSDC/CAND		2014	PC 999-56	373/2014
PT	2002		PET 1347	218/2014
PTB	2003		PET 1467	238/2014
PPS	2005		PET 1856	133/2014 316/2014
PSDC/CAND		2006	PET 2564	397/2014

2. Atividades da Secretaria do Tribunal

2.1. Gabinete da Diretora-Geral

2.1.1. Introdução

O Gabinete da Diretora-Geral é uma das unidades de assistência direta e imediata à diretora-geral da Secretaria do Tribunal e tem como atribuições preparar e controlar a correspondência do gabinete e a agenda diária da diretora-geral; controlar a entrada e saída de processos e petições encaminhados à diretora-geral, mantendo o arquivo de documentos organizado e atualizado; prestar apoio administrativo à diretora-geral e à Assessoria Jurídica; e auxiliar o Cerimonial na organização de solenidades, comemorações e recepções.

A força de trabalho do Gabinete da Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal é composta de seis servidores efetivos do quadro do TSE, sendo dois analistas judiciários, área judiciária, quatro técnicos judiciários, área administrativa, um servidor requisitado e quatro colaboradores. Essa força de trabalho inclui, além das atribuições mencionadas no regulamento da Secretaria do Tribunal, a elaboração e revisão de ofícios, memorandos, notas técnicas, pareceres, informações ao presidente e a ministros, bem como despachos, agendamento de reuniões, acompanhamento da pauta das sessões administrativas, colaboração nos eventos que contam com a participação da diretora-geral e atendimento às solicitações dos tribunais regionais eleitorais nos assuntos afetos à administração e na consecução dos atos relativos à realização das eleições.

2.1.2. Planejamento das eleições

2.1.2.1. Preparação das Eleições 2014

Os atos preparatórios para as eleições de 2014 sob a responsabilidade da Secretaria do Tribunal envolveram os seguintes assuntos:

- Apoio às Eleições 2014.
- Apoio logístico.
- Biometria.
- Convocação para o teste dos sistemas eleitorais.
- Decisões sobre localidades de difícil acesso.
- Eleição biométrica simulada.

- Eleições no exterior.
- Reunião de diretores-gerais.

Em relação à solicitação de apoio da força federal, a Secretaria do Tribunal enviou à Secretaria-Geral da Presidência, no dia 29 de maio de 2014, informação sobre a atuação das Forças Armadas, requisição de força federal e apoio logístico para as eleições de 2014. Nessa informação foi explicitada a atuação das Forças Armadas no apoio logístico e na garantia da votação e apuração das eleições, com o encaminhamento do plano de ação desenvolvido pela Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral (AGE) para as Eleições 2014, cujo cronograma definia as etapas e as respectivas ações a serem adotadas nos procedimentos de requisição de força federal.

Também fez parte do planejamento e da preparação das eleições de 2014 a Cerimônia de Verificação do Sistema de Gerenciamento da Totalização e Receptor de Arquivos, evento que consta no art. 40 da Seção VI da Resolução-TSE nº 23.397/2014, no qual são convidados autoridades e os presidentes ou representantes de partidos a estarem presentes na apresentação do *script* de verificação do sistema, transmissão dos *softwares* de verificação e assinatura das entidades e agremiações que assinaram os sistemas eleitorais e execução do *script* apresentado realizando a verificação do sistema.

No primeiro turno das Eleições 2014, a Cerimônia de Verificação do Sistema de Gerenciamento da Totalização e Receptor de Arquivos aconteceu no dia 4.10.2014, e no segundo turno, no dia 25.10.2014. Para ambos os dias, todos os partidos políticos foram oficiados a respeito da cerimônia e compareceram todos aqueles que confirmaram presença após contato do Gabinete da Diretoria-Geral.

2.1.2.2. Relatórios do primeiro turno das Eleições 2014

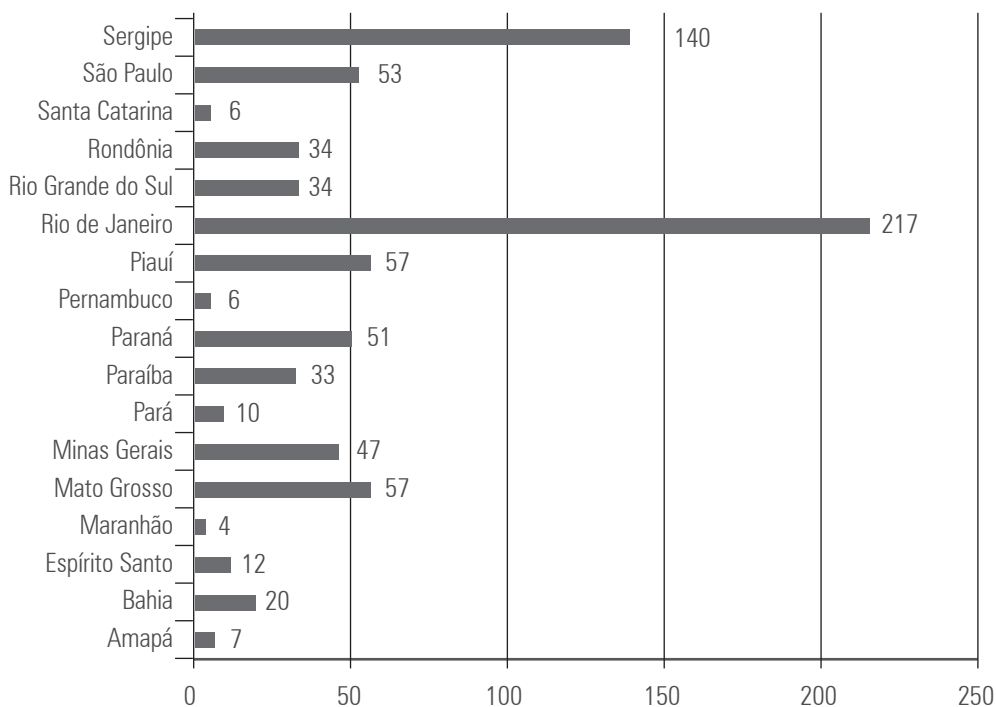
O primeiro turno das eleições de 2014 ocorreu no dia 5 de outubro de 2014, quando estiveram presentes no Gabinete da Diretoria-Geral os senhores Fausto Fernandez de Mello Neto, Carlos Alberto Macedo Cidade e Lener Silva Jayme, que são diretores da empresa de telefonia Oi; Fábio da Silva Valente, representante institucional da Oi; o senhor Braz Campanholo Filho, gerente executivo do Centro Nacional do Sistema e Centro Regional de Operação Norte/Centro-Oeste do Operador Nacional do Sistema ONS, com o objetivo de prestar um monitoramento ostensivo dos serviços providos à Justiça Eleitoral, assegurando o pronto atendimento numa eventual ocorrência de incidentes e visando ao restabelecimento dos serviços no menor prazo possível.

Além dos diretores da empresa de telefonia, também estiveram presentes os técnicos das empresas GVT, Embratel, Telefônica e Level 3, e o pesquisador do Inpe, Dr. Antonio Esio Salgado.

Apesar do contingente preparado para solucionar algum problema de falta de energia ou transmissão nos cabos de telefonia, apenas quatro estados apresentaram problemas, sendo todos eles solucionados sem prejuízo à votação.

Quanto à substituição de urnas, um pouco mais da metade dos estados tiveram urnas trocadas e apenas Rio Grande do Norte e Pernambuco tiveram uma votação manual cada um.

Urnas substituídas



No dia do pleito do primeiro turno, houve problemas no município de Jacareacanga, no Pará, nas aldeias de Santa Maria, Caroyal, Biribá e Sai Cinza. Esses locais estavam sem a presença do Exército, o que condicionou seu deslocamento ao custeio das despesas pela Justiça Eleitoral. A situação causou sérias preocupações, porque nas eleições passadas os índios retiveram pessoal e as urnas eletrônicas. Foi relatada embriaguez nas mencionadas aldeias e concentração de pessoas no local previsto para transmissão do resultado.

2.1.2.3. Relatórios do segundo turno das Eleições 2014

O segundo turno das eleições de 2014 ocorreu no dia 26 de outubro de 2014, quando estiveram novamente presentes no Gabinete da Diretora-Geral os senhores Fausto Fernandez de Mello Neto, Carlos Alberto Macedo Cidade e Lener Silva Jayme, diretores da empresa de telefonia Oi; Fábio da Silva Valente, representante institucional da Oi; o senhor Braz Campanholo Filho, gerente executivo do Centro Nacional do Sistema e Centro Regional de Operação Norte/Centro-Oeste do Operador Nacional do Sistema ONS, com o objetivo de prestar um monitoramento ostensivo dos serviços providos à Justiça Eleitoral, assegurando o pronto atendimento numa eventual ocorrência de incidentes e visando ao restabelecimento dos serviços no menor prazo possível.

Além dos diretores da empresa de telefonia, também estiveram presentes os técnicos das empresas GVT, Embratel, Telefônica e Level 3.

As ocorrências na rede de operação e na rede de distribuição com interrupção de carga durante o segundo turno das eleições foram prontamente atendidas. Segue resumo das ocorrências na rede de distribuição que provocaram interrupção de carga, entre 0h e 24h do dia 26.10.2014, sendo que nem todas afetaram seções eleitorais.

Resumo das ocorrências¹

Região	Estado	Nº de ocorrências	Duração média (minutos)
Centro-Oeste	Distrito Federal	4	38
	Goiás	35	47
	Mato Grosso do Sul	3	87
	Mato Grosso	22	70
Norte	Amazonas	1	63
	Pará	1	80
	Rondônia	5	20
	Tocantins	38	183
Nordeste	Alagoas	6	39
	Bahia	6	102
	Maranhão	2	71
	Paraíba	2	55
	Pernambuco	5	75
	Sergipe	5	238
Sudeste	Espírito Santo	6	196
	Rio de Janeiro	13	70
	São Paulo	14	112
Sul	Paraná	17	120
	Rio Grande do Sul	4	111
	Santa Catarina	6	117

¹ Fonte: ONS NT nº 155/2014 – Operação do sistema interligado nacional. Acompanhamento da operação do sistema interligado nacional durante o segundo turno das eleições nacionais de 2014.

2.1.2.4. Apuração das Eleições 2014

A apuração das eleições de 2014 está sob o Protocolo nº 1578-04.2014.6.00.0000 e está sendo realizada de acordo com o Fluxograma Referente ao Processamento da Classe AEP – Apuração de Eleição Presidencial – Eleições 2014 – RITSE e CE. Cumprindo a primeira etapa do fluxograma, houve, no dia 7 de outubro de 2014, o sorteio dos relatores responsáveis pela apuração dos resultados dos votos, sendo cada ministro responsável por grupos de estados da Federação.

Com isso, em cada turno da eleição, o Gabinete da Diretora-Geral oficiou os tribunais regionais eleitorais a respeito da existência de dúvidas, impugnações ou interposição de recursos relacionados à eleição presidencial, e nenhum TRE apresentou qualquer dúvida, impugnação ou interposição de recursos, apenas a Junta Eleitoral da 79ª Zona Eleitoral de Santa Catarina, gerando interposição de recurso a este Tribunal no primeiro turno das eleições. Diante disso, o Gabinete da Diretora-Geral submeteu o assunto à consideração dos ministros relatores de cada grupo sorteado.

Acompanhando as etapas do fluxograma, nos dias 7 e 28 de outubro de 2014 foi enviada ao ministro presidente informação sobre o relatório do Resultado da Totalização da eleição presidencial referente a cada estado da Federação, ao DF e ao exterior, o qual faz parte da instrução dos Processos de Totalização, Relatório do Resultado Final da Totalização da Eleição Presidencial, de acordo com o parágrafo único do art.198 da Resolução-TSE nº 23.399/2013, que dispõe, entre outros temas, sobre a totalização, a proclamação dos resultados e a diplomação. Assim, o Relatório do Resultado Final da Totalização da Eleição Presidencial foi emitido no dia 27 de outubro de 2014, às 14h18, e no dia 24 de novembro de 2014 a diretora-geral encaminhou ao ministro presidente o Memorando-Csele/STI nº 199, no qual a Secretaria de Tecnologia da Informação confirmou que não houve alteração nos resultados para o cargo de presidente. E no dia 9 de dezembro de 2014, a Corte aprovou o relatório final do resultado do segundo turno da eleição presidencial, ocorrido no dia 26 de outubro. O ministro presidente do TSE informou, ainda na mesma sessão do dia 9 de dezembro de 2014, a inexistência de processo em que tenha sido declarada a inelegibilidade de candidatos à Presidência ou Vice-Presidência da República nas Eleições 2014, reiterando não haver óbice à proclamação do resultado definitivo das Eleições 2014.

No entanto, mesmo diante do resultado definitivo das Eleições 2014, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) peticionou o Processo de Apuração das Eleições nº 1578-04.2014.6.00.0000, requerendo a realização de uma auditoria nos sistemas de votação e de totalização dos votos, por uma comissão de especialistas formada a partir de representantes indicados pelos partidos políticos “com o objetivo de não permitir que a credibilidade do processo eleitoral seja colocada em dúvida pelo cidadão brasileiro”.

De ordem, o Gabinete da Diretora-Geral elaborou a minuta do Termo de Operacionalização, Conduta, Confiabilidade, Confidencialidade, Responsabilidade e Sigilo, no qual defere o pedido do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), protocolizado sob o nº 32.860/2014.

2.1.3. Planejamento e gestão

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Diretora-Geral, está o controle da entrada e saída de documentos de teor administrativo com demandas dos servidores, setores do próprio TSE, assim como de qualquer órgão público ou privado ou mesmo de pessoa física que exija, dentro das atribuições conferidas à Secretaria do Tribunal, manifestação ou encaminhamento à melhor solução ou direcionamento à demanda solicitada.

No período de 14.5.2014 a 10.12.2014, foram recebidos, por meio de números de protocolos, 1.522 documentos no Gabinete da Diretora-Geral: 9 avisos, 30 cartas, 14 consultas, 5 despachos, 38 documentos administrativos, 51 informações, 175 memorandos, 1 mensagem, 4 notas técnicas, 851 ofícios, 38 petições, 6 processos administrativos, 59 processos judiciais e 241 requerimentos.

Além de receber documentos via protocolar, o Gabinete da Diretora-Geral também atende a solicitações pelo *e-mail* gabdg@tse.jus.br, desde pedidos referentes às eleições até à logística de quando autoridades dirigem-se ao TSE. No período de 14.5.2014 a 10.12.2014, foram enviados à caixa de *e-mail* do gabdg@tse.jus.br 1.634 *e-mails*. Com isso, somando o recebimento de demandas por modo físico, ou seja, protocolizadas, com aquelas recebidas por *e-mail*, temos um total de 2.083 demandas solicitadas, as quais foram prontamente atendidas ou ainda estão à espera da manifestação ou providência da área competente do Tribunal.

Desse modo, ao acolher esses pedidos, a Secretaria do Tribunal, de acordo com o teor da solicitação, encaminha a demanda para a área competente do Tribunal a fim de que a própria área responsável atenda à solicitação ou municie a Secretaria do Tribunal com informações suficientes para se tomar a melhor decisão.

Os despachos proferidos pelo Gabinete da Diretora-Geral dirigiram-se a várias unidades do Tribunal, sendo alguns encaminhados via protocolar e outros por ordem direta da Secretaria do Tribunal. Conforme relatório enviado pela Seção de Protocolo e Expedição, foram despachados um total de 1.354 documentos: 2 à ACP, 32 à AGE, 4 à AIN, 25 à Asepa, 28 à Asesp, 17 à Asics, 54 à Asjur, 4 à Aspar, 2 à ASPJE, 3 à Asset, 85 à Cedip, 2 à Cenaq, 20 à Ceofi, 85 à CGE, 1 à Coaud, 1 à Cobli, 1 à Coinf, 1 à Comap, 1 à Copea, 3 à Copes, 2 à CPL, 44 à CPRO, 2 à EJE, 1 ao EPO, 1 ao GAB/GM, 2 ao GAB/HN, 3 ao GAB/JO, 1 ao GAB/LF, 1 ao GAB/LL, 130 ao GAB/SJD, 1 ao NFC, 132 à SAD, 18 à SCI, 2 à Seat, 3 à Seaud, 1 à Secap, 1 à SECGA, 1 à Seconge, 3 à Secont, 5 à Sedap, 5 à Sedit, 1 à Sefin, 1 à Seleg, 2 à Seprot, 1 à Seref, 1 à Setel, 55 à SGI, 253 à SGP, 108 à SOF, 64 à SPR e 134 à STI.

Entre os despachos encontram-se as notas técnicas, os pareceres e as informações. As notas técnicas são documentos de análise objetiva de um processo, oferecendo uma análise completa do contexto do processo administrativo, do procedimento administrativo ou da demanda, contendo histórico e fundamento legal, com base em informações relevantes, submetendo-se à consideração do ministro presidente ou do ministro relator. As notas técnicas são despachadas pela diretora-geral e armazenadas no *drive* GAB/DG, sendo elas:

Notas técnicas elaboradas

Nota técnica (nº)	Assunto
1	Contratação de serviços de apoio às eleições.
2	Esclarecimentos da empresa Diebold.
3	Horário de funcionamento do Protocolo Administrativo aos domingos.
4	Lacração dos sistemas a serem utilizados nas Eleições 2014.
5	Serviço extraordinário – Período eleitoral (Res-TSE nº 22.901/2008).
6	Proposta orçamentária para 2015.
7	PA nº 18.647/2007. Portaria que regulamenta o recolhimento de multa de que trata o art. 538, parágrafo único, e o art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil.
8	Acordo de cooperação com o Google.
9	Distribuição da Dotação Pleitos Eleitorais – GND Pessoal e encargos sociais.
10	Ofício-TRE/SP nº 1.552/2014. Aquisição do Edifício-Sede do Tribunal.
11	Orçamento de Eleições 2014-2015.
12	Contratação de serviços de apoio às eleições.
13	Fundo Partidário.
14	Contratação de serviços de apoio às eleições.
15	Ofício-TRE/SC nº 539/2013. Recomendação nº 10/2013 do CNJ. Entrega de declarações de bens e rendas por servidores e magistrados.
16	Pesquisa: A aplicação das leis eleitorais provenientes da iniciativa popular.
17	Acordos de cooperação, convênios e ajustes. Comissão de trabalho. Portaria-TSE nº 376/2013.
18	Termo de Cooperação Técnica nº 19/2013. Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa.
19	Acordo de Cooperação Técnica nº 12/2012.
20	Resolução que estabelece normas de criação e instalação de zonas eleitorais.
21	Pagamento de quintos de servidores fora da folha de pagamento.
22	Consulta TRE/GO. Aplicação. Resolução-CNJ. SINASPJ.
23	Empréstimo. Urnas eletrônicas. Eleições. CBS Previdência.
24	Contratação de serviços de apoio às eleições.
25	Resolução. Redistribuição de cargos na Justiça Eleitoral.
26	Quadro de projetos de lei e anteprojetos de lei.
27	Necessidade de contratação dos postos de trabalho no TSE.

Notas técnicas elaboradas (continuação)

Nota técnica (nº)	Assunto
28	Contratação de serviços de apoio às eleições.
29	Anexo V – Orçamento da Justiça Eleitoral.
31	Prestação de serviço extraordinário por servidores do Tribunal em gabinetes de ministros.
32	Contratação de serviços de apoio às eleições.
33	Greve.
34	Redistribuição.
35	Projetos de lei da Justiça Eleitoral.
36	Serviço extraordinário.
37	Inspeção TCU.
38	Ofício-PGE/PR. Manifestação. Possibilidade. Convênio. TRE/PR.
39	Totalização.
40	Reunião com operadoras de telecomunicações e Operador Nacional do Sistema.
42	Verificação de assinatura do sistema de gerenciamento da totalização.
43	Verificação de assinatura do sistema de gerenciamento da totalização.
47	Empréstimo. Urnas eletrônicas. Conselho Federal da OAB.
s/n	Minuta de Acordo de Cooperação TSE e Ministério da Defesa.

Já as informações, outro tipo de documento elaborado no Gabinete da Diretora-Geral, têm por objetivo dar conhecimento ao presidente, ao vice-presidente e aos demais ministros sobre assuntos da Secretaria do Tribunal. Segue a lista das informações feitas pelo Gabinete da Diretora-Geral no período de maio a dezembro de 2014.

Informações elaboradas

Informação (nº)	Assunto
1	Eleições 2014. Atuação das Forças Armadas. Requisição de força federal.
2	Processo Administrativo nº 508-83.2013.6.00.0000.
3	Eleições 2014. Requisição de força federal. Atuação das Forças Armadas.
4	Petição nº 1.628 (Processo nº 26243-02.2005).

Informações elaboradas (continuação)

Informação (nº)	Assunto
5	Localidades de difícil acesso.
6	Apuração de Eleição nº 1578-04.2014.6.00.0000.
7	Petição. Presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Dados. Abstencões. Primeiro turno das Eleições 2014. Indicação de dificuldade de acesso aos meios de transporte. População rural e ribeirinha. Dia da votação. Solicitação. TSE. Expedição. Orientações aos TREs e às zonas eleitorais.
8	Batimento biométrico. Pluralidades. TRE/DF.
9	Batimento biométrico. Pluralidades. TRE/GO.
10	Batimento biométrico. Pluralidades. TRE/MA.
11	Batimento biométrico. Pluralidades. TRE/SE.
12	Batimento biométrico. Pluralidades. TRE/SP.
13	Procedimento Administrativo nº 20.255/2011.
14	Processo Administrativo nº 494-65.2014.6.00.0000.
15	Procedimento Administrativo nº 5.409/2014.
16	Procedimento Administrativo nº 24.450/2014.
17	Procedimento Administrativo nº 4.832/2014.
18	Processo Administrativo nº 859-56.2013.
19	Processo Administrativo nº 365-60.2014.6.00.0000.
20	Processo Administrativo nº 463-45.2014.6.00.0000.
21	Processo Administrativo nº 387-21.2014.6.00.0000.
22	Processo Administrativo nº 378-59.2014.6.00.0000.
23	Processo Administrativo nº 1851-69.2014.6.04.0000.
24	Processo Administrativo nº 376-89.2014.6.00.0000.
25	Protocolo nº 5.883/2012.
26	Protocolo nº 10.304/2014.
27	Protocolo nº 10.596/2014.
28	Processo Judiciário nº 13.187/2014.
29	Protocolo Judiciário nº 31.795/2014.
30	Protocolo Judiciário nº 35.200/2014.
31	Processo Administrativo nº 365-60.2014.6.00.0000.

2.1.3.1. Autorização de passagens e diárias

Outra atribuição da diretora-geral é determinar o processamento do pagamento de passagens e diárias para os ministros e autorizar o pagamento de passagens e diárias aos servidores do Tribunal quando em viagem a serviço. O pedido de passagens e diárias pode ser feito pelo Sistema Máximo de Diárias e Passagens ou por meio de formulário enviado diretamente ao Gabinete da Diretora-Geral. No período de 14.5.2014 a 10.12.2014, foram autorizados pela Secretaria do Tribunal 252 passagens aéreas e pagamentos de diárias.

2.1.3.2. Portarias

De acordo com o art. 142 do Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal, a diretora-geral pode baixar portarias e ordens de serviço, estabelecendo normas de trabalho e procedimentos de rotina para o exercício das atribuições de cada unidade. Desse modo, foram redigidas, assinadas e finalizadas em torno de 57 portarias de origem do Gabinete da Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal.

Portarias elaboradas

Portaria (nº)	Assunto	Data	Assinatura
319	Prorrogação por mais 30 dias da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria-TSE nº 221.	19.5.2014	Leda Bandeira
310	Alteração da redação do art. 2º da Portaria-TSE nº 168, de 26 de março de 2014.	15.5.2014	Ministro Dias Toffoli
325	Alteração da composição da comissão instituída pela Portaria-TSE nº 74, de 9 de fevereiro de 2011.	20.5.2014	Leda Bandeira
330	Revogação da Portaria-TSE nº 125, de 27 de fevereiro de 2014.	20.5.2014	Ministro Dias Toffoli
339	Designação de servidor.	22.5.2014	Ministro Dias Toffoli
346	Expediente da Secretaria do Tribunal.	27.5.2014	Leda Bandeira
354	Constituição de comissão.	29.5.2014	Ministro Dias Toffoli
363	Instituição de equipe de planejamento.	4.6.2014	Leda Bandeira
388	Alteração de composição de grupo de trabalho.	9.6.2014	Leda Bandeira
394	Alteração da composição do Comitê Gestor da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje).	10.6.2014	Leda Bandeira
Retificação	Retificação da Portaria nº 346.		Leda Bandeira
443	Alteração de composição de comissão.	8.7.2014	Leda Bandeira
451	Instituição de grupo de trabalho.	15.7.2014	Ministro Dias Toffoli
452	Objetivo, atribuições e composição da Assessoria do PJE.	15.7.2014	Ministro Dias Toffoli
464	Alteração de composição do grupo de trabalho.	23.7.2014	Leda Bandeira

Portarias elaboradas (continuação)

Portaria (nº)	Assunto	Data	Assinatura
465	Instituição de equipe de planejamento.	23.7.2014	Leda Bandeira
472	Alteração de equipe de planejamento.	28.7.2014	Leda Bandeira
482	Alteração de composição de comissão.	31.7.2014	Leda Bandeira
486	Alteração de grupo de trabalho.	1º.8.2014	Leda Bandeira
488	Aprovação dos procedimentos para aferição técnica da regularidade das prestações de contas de candidatos, partidos políticos e comitês financeiros, e outras providências.	1º.8.2014	Ministro Dias Toffoli
519	Prorrogação de cessão de servidor.	22.8.2014	Ministro Dias Toffoli
520	Prorrogação de cessão de servidor.	22.8.2014	Ministro Dias Toffoli
542	Dispensa/designação.	2.9.2014	Leda Bandeira
539	Composição de comissão.	2.9.2014	Leda Bandeira
546	Instituição de grupo de trabalho.	3.9.2014	Ministro Dias Toffoli
574	Alteração de portaria.	22.9.2014	Ministro Dias Toffoli
590	Designação de servidor.	26.9.2014	Ministro Dias Toffoli
596	Designação de servidor.	1º.10.2014	Leda Bandeira
586	Dispensa de servidor.	26.9.2014	Leda Bandeira
603	Designação de servidor.	3.10.2014	Leda Bandeira
597	Designação de servidor.	2.10.2014	Leda Bandeira
619	Instituição de grupo de trabalho.	13.10.2014	Leda Bandeira
620	Instituição de grupo de trabalho.	13.10.2014	Leda Bandeira
606	Exoneração/nomeação de servidor.	7.10.2014	Leda Bandeira
607	Dispensa de servidor.	7.10.2014	Leda Bandeira
639	Cessão de servidor.	22.10.2014	Ministro Dias Toffoli
640	Expediente do protocolo judiciário.	22.10.2014	Leda Bandeira
641	Alteração de composição de comissão.	23.10.2014	Leda Bandeira
646	Dispensa/designação de servidor.	29.10.2014	Leda Bandeira
647	Exoneração/nomeação.	29.10.2014	Leda Bandeira
650	Designação de servidor.	30.10.2014	Leda Bandeira
652	Dispensa/designação.	3.11.2014	Leda Bandeira
655	Instituição de equipe de planejamento.	3.11.2014	Leda Bandeira
658	Aprovação das eleições suplementares de 2015.	4.11.2014	Ministro Dias Toffoli

Portarias elaboradas (continuação)

Portaria (nº)	Assunto	Data	Assinatura
659	Alteração de composição de comissão.	4.11.2014	Leda Bandeira
660	Designação de servidor.	4.11.2014	Leda Bandeira
665	Alteração de composição de comissão.	4.11.2014	Leda Bandeira
674	Designação de juiz federal para gabinete de ministro.	7.11.2014	Ministro Dias Toffoli
679	Instituição de grupo de trabalho.	10.11.2014	Ministro Dias Toffoli
682	Designação de servidor.	10.11.2014	Anderson Vidal Corrêa
692	Designação de servidor.	18.11.2014	Ministro Dias Toffoli
693	Designação de servidor.	18.11.2014	Ministro Dias Toffoli
700	Prorrogação de cessão de servidor.	21.11.2014	Ministro Dias Toffoli

2.1.3.3. Horas extraordinárias

O Gabinete da Diretora-Geral realiza a análise dos pedidos de serviço extraordinário dos servidores do TSE, bem como dos pedidos de serviço extraordinário, viagens e diárias de terceirizados, tanto do TSE quanto dos TREs. Os contratos que solicitaram serviço de hora extra foram:

Contratos que ensejaram horas extras

Contrato (nº/ano)	Empresa	Serviço
8/2009	CTIS	Suporte às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica.
12/2009	CTIS	Serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação.
82/2011	Visão Administração	Serviços de condução de veículos oficiais de apoio administrativo e de supervisão.
8/2012	Confederal	Serviços de vigilância armada.
39/2012	Paulista Serviços	Serviços de copeiragem.
15/2013	Prime Consultoria	Serviços de revisão de texto.
70/2013	Capital Informática	Serviços de técnico em secretariado.
72/2013	Capital Informática	Serviços de apoio administrativo de auxiliar de microinformática.
73/2013	Interativa	Serviço de mensageiria.
83/2013	Adape	Serviços de carregamento de material, de estocagem e de supervisão dos serviços.
98/2013	Visão	Serviços de condução de veículos executivos de autoridades.
92/2014	Planalto Service	Serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado.

2.1.3.4. Contratos

Conforme o inciso XII do art. 116 do Regulamento da Secretaria do Tribunal, também é competência do diretor-geral a autorização de abertura de processo licitatório, bem como a assinatura de contratos, convênios, acordos, ajustes e os respectivos termos de aditamento. Assim, durante o período de maio a dezembro de 2014, foram analisados pelo Gabinete da Diretora-Geral especificamente os contratos, convênios, acordos ou termos de cooperação de técnica constantes da tabela a seguir:

Documentos analisados de maio a dez./2014

Contrato (nº/ano)	Empresa	Objeto
7/2009	Conselho Federal da OAB	Empréstimo de urnas eletrônicas. Voto Limpo.
21/2011	Caixa Econômica Federal	Cooperação técnica entre os partícipes, com vista ao desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, treinamento de recursos humanos, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.
49/2012	Brasil Telecom S.A.	Prestação de serviços de enlace principal para a comunicação com a Internet, de acordo com as especificações constantes do Edital de Licitação-TSE nº 20/2012 e seu Anexo I.
72/2013	Capital Informática Soluções e Serviços Ltda.	Prestação de serviços de apoio administrativo de auxiliar de microinformática, conforme Licitação-TSE nº 74/2013.
3/2014	Ministério da Justiça	União de esforços com a finalidade de contribuir para compartilhamento de informações e troca de experiência entre o Ministério da Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral, órgãos responsáveis pelo Registro de Identidade Civil e pelo cadastro de eleitores.
9/2014	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	Cooperação e intercâmbio de informações e aplicações entre o ITI e o TSE, com vistas à implementação e ao credenciamento da Autoridade Certificadora da Justiça Eleitoral, bem como à realização de estudos de registros biométricos em certificação digital ICP-Brasil.

Documentos analisados de maio a dez./2014 (continuação)

Contrato (nº/ano)	Empresa	Objeto
11/2014	Advocacia-Geral da União (AGU)	Operacionalização dos fluxos de informações entre o TSE e a AGU, viabilizando o aprimoramento do amplo e justo ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos oriundos da realização de pleitos eleitorais suplementares, resultantes da anulação dos pleitos regulares, sempre que verificada e julgada a ocorrência de infrações eleitorais a que se refere a cláusula primeira do ACT-TSE nº 1/2012.
17/2014	Advocacia-Geral da União (AGU)	Aperfeiçoamento da representação judicial da União, por parte da AGU, nas causas afetas a interesses do TSE e de seus agentes públicos, em cumprimento à missão institucional (art. 131 da CF, art. 1º da LC nº 73/1993 e art. 22 da Lei nº 9.028/1995).
21/2014	TIM Celular S.A.	Permissão de uso de área de 12m ² , a título precário, localizada na entrada de serviço do edifício anexo do Tribunal Superior Eleitoral, para a instalação de Estação de Rádio Base (ERB) móvel, provisoriamente, para melhoria do sinal interno do TSE conforme projeto apresentado por correio eletrônico, às fls. 12-13, do Procedimento Administrativo nº 14.241/2014.
35/2014	Global Village Telecom S.A.	Prestação de serviços de comunicação de dados, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados entre o Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais do Distrito Federal, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina durante 30 meses. Eleições.
36/2014	Level 3 Comunicações do Brasil Ltda.	Prestação de serviços de comunicação de dados e instalação de equipamentos para prover sua comunicação, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e o TRE/PR e a Internet. Eleições.
37/2014	Telefônica Brasil S.A.	Prestação de serviços de comunicação de dados e instalação de equipamentos para prover sua comunicação, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e o TRE/GO e o TRE/MG. Eleições.

Documentos analisados de maio a dez./2014 (continuação)

Contrato (nº/ano)	Empresa	Objeto
38/2014	Oi Móvel S.A.	Prestação de serviços de comunicação de dados, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e os TREs de Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí e Rondônia durante 30 meses, podendo ser prorrogado, de acordo com o Edital da Licitação-TSE nº 1/2014. Eleições.
39/2014	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	Prestação de serviços de comunicação de dados, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e os TREs de Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Roraima, Sergipe, São Paulo e Tocantins durante 30 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, quantidades, condições e prazos constantes no Edital de Licitação-TSE nº 1/2014. Eleições 2014.
40/2014	Procomp Indústria Eletrônica Ltda.	Prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças, das urnas eletrônicas da Justiça Eleitoral.
42/2014	Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática (NTC)	Contratação de solução integrada de individualização de registros biométricos da Justiça Eleitoral, com alto desempenho, composta por <i>hardware</i> , licenças de <i>software</i> de uso permanente e serviços técnicos especializados para implantação da solução, repasse de conhecimentos, garantia e suporte técnico por 24 meses. Eleições 2014.
49/2014	C Park Restaurante e Eventos Ltda.	Fornecimento de alimentos preparados e bebidas.
54/2014	Edge Technology Ltda.	Prestação de serviços para apoiar o processo de distribuição de informações de cunho público e aceleração de conteúdo, não intrusivo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação-TSE nº 38/2014 e seu Anexo I. Pregão eletrônico. Eleições 2014.
59/2014	CTIS Tecnologia S.A.	Prestação de serviços especializados em processamento de dados, impressão a <i>laser</i> e/ou digital com aplicação de imagens e de dados variáveis para produção dos cadernos de folhas de votação para atender a demanda das eleições gerais de 2014, em dois turnos, e os demais produtos e serviços agregados, com a entrega desses materiais nos tribunais regionais eleitorais, de acordo com as especificações, quantidades e prazos constantes dos anexos do Edital de Licitação-TSE nº 49/2014. Eleições 2014.

Documentos analisados de maio a dez./2014 (continuação)

Contrato (nº/ano)	Empresa	Objeto
65/2014	Houter do Brasil Ltda.	Aquisição de 119 monitores de vídeo de 20" para microcomputadores, com garantia <i>on-site</i> de 36 meses, nos termos do Edital-TJDF nº 89/2013. Eleições 2014.
69/2014	Positivo Informática S.A.	Aquisição de 889 unidades de <i>notebooks</i> . Eleições 2014.
70/2014	Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática	Aquisição de 7.500 baterias de chumbo ácido para as urnas eletrônicas modelos 2004, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013, para os tribunais regionais eleitorais do Maranhão, de São Paulo e do Tocantins, localizados nas capitais dos estados, conforme especificações, condições e prazos constantes do Edital de Licitação-TSE nº 18/2014, seu Anexo I, e da proposta da contratada.
84/2014	Pangea Centro de Tradução, Interpretação e Idiomas	Prestação de serviço de tradução simultânea, com os respectivos equipamentos, conforme especificado na tabela constante da Cláusula Terceira do contrato, nas demais disposições contratuais e no Edital do Pregão Eletrônico-TST nº 77/2013, que se adere.
89/2014	Oi Móvel S.A.	Serviços especializados de televisão por assinatura, com a instalação de cinco pontos (decodificadores), pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações, quantidades e prazos constantes do termo de referência e proposta da empresa.
92/2014	Planalto Service Ltda.	Prestação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, mediante alocação de postos de trabalho, conforme Edital de Licitação-TSE nº 98/2014.
2.084/2014	Aaron Comércio de Instalações Comerciais	2014NECT – Aquisição de <i>tablet</i> Ipad AIR 32GB, 4G e <i>wi-fi</i> – Apple; mediante adesão à ARP oriunda do Pregão nº 233/2014 da UFSM/RS, CFME edital e seu anexo, item 4. Contato: 1aaron@1aaron.com.br. Banco do Brasil, Ag.: 3515-7, C/C: 13773-1.
21/2011	Caixa Econômica Federal	Cooperação técnica entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, treinamento de recursos humanos, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.

Documentos analisados de maio a dez./2014 (continuação)

Contrato (nº/ano)	Empresa	Objeto
3/2013	Caixa Econômica Federal	Protocolo de execução que entre si celebram o TSE e a CEF a fim de dar consecução às metas de execução constantes do item 2 do plano de trabalho referente ao Protocolo de Execução Técnica-TSE nº 21/2011.

Também estão sendo acompanhadas pela assessoria do Gabinete da Diretora-Geral licitações especiais, conforme tabela a seguir:

Licitações especiais

Protocolo nº	Objeto	Status
20.038/2014	Kits – Biometria	Licitação homologada.
34.040/2014	PADs	Abertura: 19.12.2014.
3.015/2014	Solução de <i>backup</i>	Abertura: 23.12.2014.
34.649/2014	Ilha de edição Apple Mac	Aguarda publicação.
34.650/2014	Câmeras e solução para ASCS	Aguarda publicação.
30.392/2014	Licenças Windows Server	Abertura: 17.12.2014.
32.143/2014	Veículos	Aguarda publicação.
30.404/2014	<i>Storage</i>	Contrato assinado incluiu investimento e custeio.
33.283/2014	<i>Notebooks</i>	Contrato para assinar.
31.552/2014	Microcomputadores	Adesão à ARP em 9.12.2014.
33.912/2014	Videoconferência	Aguardando resposta adesão ATA Univ. RN.
16.150/2013	Impressoras multifuncionais, monocromáticas e matriciais	Contrato assinado.
26.146/2013	Serviços de sustentação	Licitação homologada.
33.337/2014	<i>Firewall</i>	Abertura 23.12.2014.
22.829/2014	Licença de auditoria	Abertura 22.12.2014.
32.941/2013	Gestão e fiscalização	Aguarda separação das licitações.

2.1.3.5. Outras atribuições

O Gabinete da Diretora-Geral também auxilia na padronização dos atos de competência da Presidência do TSE como, por exemplo, ofícios e portarias. Esses atos administrativos, depois de padronizados e revisados, são armazenados no *drive X* e, dependendo do teor, são expedidos ao destinatário correspondente ou encaminhados às áreas competentes para publicação.

2.1.4. Relacionamento e papel institucional

2.1.4.1. Reuniões de alinhamento

A Secretaria do Tribunal reúne-se semanalmente às segundas e quintas-feiras, na chamada reunião de alinhamento, com os secretários e assessores do Tribunal para discutir assuntos afetos à área administrativa e técnica.

2.1.4.2. Sessões administrativas

De acordo com o art. 116 do Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, incumbe ao diretor-geral assessorar o presidente, o vice-presidente e demais ministros em assunto da competência da Secretaria do Tribunal. Tendo em vista tal atribuição, a diretora-geral já assistiu o ministro presidente do TSE no período de 14.5.2014 a 19.12.2014 em 53 sessões administrativas ordinárias e/ou extraordinárias e em 215 processos administrativos, além de secretariar as sessões solenes de posse dos ministros.

2.1.5. Eventos realizados e em andamento

A diretora-geral também tem por competência representar o TSE em eventos afetos à Justiça Eleitoral quanto à administração pública. Esses eventos por vezes são promovidos pelo próprio TSE ou acontecem em outros estados e até em outros países.

2.1.5.1. Reuniões de diretores-gerais da Justiça Eleitoral

A Reunião de Diretores-Gerais da Justiça Eleitoral teve como intuito alinhar diretrizes quanto a assuntos que envolvessem as eleições de 2014, a biometria para 2015 e 2016 e outros pertinentes à boa prestabilidade da Justiça Eleitoral.

A primeira reunião ocorreu no dia 6 de junho de 2014, na sede do TSE, e tratou do planejamento da biometria para 2015 e 2016. A segunda reunião aconteceu no dia 30 de junho de 2014, no Gabinete da Diretora-Geral, e a terceira foi no dia 12 de setembro, também no gabinete, com a pauta sobre: *checklist* das eleições, Calendário Eleitoral, descentralização, sustentação, biometria, planejamento, greve, redistribuição e assuntos diversos. A última ocorreu no dia 4 de dezembro de 2014, durante o evento das Avaliações das Eleições 2014.

Em todas as reuniões, foi enviado ofício ou *e-mail* convocando os diretores-gerais, frisando o quanto a participação de cada um era imprescindível. Assim, em todos os encontros quase todos os diretores-gerais da Justiça Eleitoral estiveram presentes, e mesmo aqueles que não puderam participar enviaram representante.

Para esses eventos, o Gabinete da Diretora-Geral enviou ofício para os 27 tribunais regionais eleitorais, confirmou a presença dos diretores-gerais, organizou, juntamente com a Seção de Eventos Corporativos (Seven/SGP), a logística de transporte e recepção, assim como providenciou *coffee break* ou atendeu a solicitação de um ou outro diretor-geral, para que assim o evento fosse um sucesso.

2.1.5.2. Avaliação das Eleições 2014

A Avaliação das Eleições 2014 aconteceu no período de 3 a 5 de dezembro de 2014 e contou com a participação da diretora-geral, de representantes da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), Secretaria Judiciária (SJD), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE), Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI), Secretaria de Administração (SAD), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics) do Tribunal, tendo como público-alvo os tribunais regionais eleitorais.

O objetivo desse evento constituiu-se na análise do levantamento referente às eleições de 2014, dividindo-o em temas e subtemas de relevância para a Justiça Eleitoral, assim como na apresentação de propostas para a evolução do processo eleitoral.

2.1.5.3. Comissão de Diplomação e Avaliação das Eleições

O Gabinete da Diretora-Geral juntamente com a Assessoria de Cerimonial da Presidência (ACP), Secretaria de Gestão da Informação (SGI), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), Assessoria de Segurança e Transporte (Asset), Secretaria de Administração (SAD), Secretaria Judiciária (SJD) e Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics) promoveram, por intermédio de um grupo de trabalho, instituído pela Portaria-TSE nº 620, de 13 de outubro de 2014, a organização da cerimônia de diplomação da presidente e do vice-presidente da República reeleitos nas eleições de 2014, cerimônia esta que ocorreu no dia 18 de dezembro de 2014, no Edifício-Sede do TSE.

2.2. Assessoria de Informações ao Cidadão

A Assessoria de Informações ao Cidadão apresenta o relatório de atividades desenvolvidas no período de 1º de janeiro a 11 de dezembro de 2014.

Esta unidade possui um Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001:2008, com o escopo Atendimento ao Eleitor no TSE certificado desde 11 de maio de 2012 pelo Instituto Falcão Bauer de Qualidade (IFBQ).

As informações apresentadas a seguir são resultado da consolidação dos dados gerados pelos gráficos do sistema informatizado, o que possibilitou, com êxito, o mapeamento das demandas recebidas e tratadas pela unidade.

Total de relatos recebidos por mês

Mês	Quantidade	Percentual (%)
Dezembro	573	2,69
Novembro	1.349	6,32
Outubro	5.781	27,09
Setembro	2.780	13,03
Agosto	2.282	10,69
Julho	2.003	9,39
Junho	750	3,51
Maiο	1.451	6,80
Abril	1.119	5,24
Março	1.550	7,26
Fevereiro	1.028	4,82
Janeiro	675	3,16
Total	21.341	100,00

Total de relatos por forma de recebimento

Forma de recebimento	Quantidade	Percentual (%)
Telefone	17.282	80,98
Internet	3.162	14,82
<i>E-mail</i>	442	2,07
Facebook	291	1,36
Carta	110	0,52
Pessoalmente	42	0,20
<i>Feedback</i>	12	0,05
Total	21.341	100,00

Natureza dos relatos

Natureza	Quantidade	Percentual (%)
Informação	20.066	94,03
Reclamação	609	2,85
Denúncia	409	1,92
Sugestão	183	0,86
Elogio	41	0,19

Natureza dos relatos (continuação)

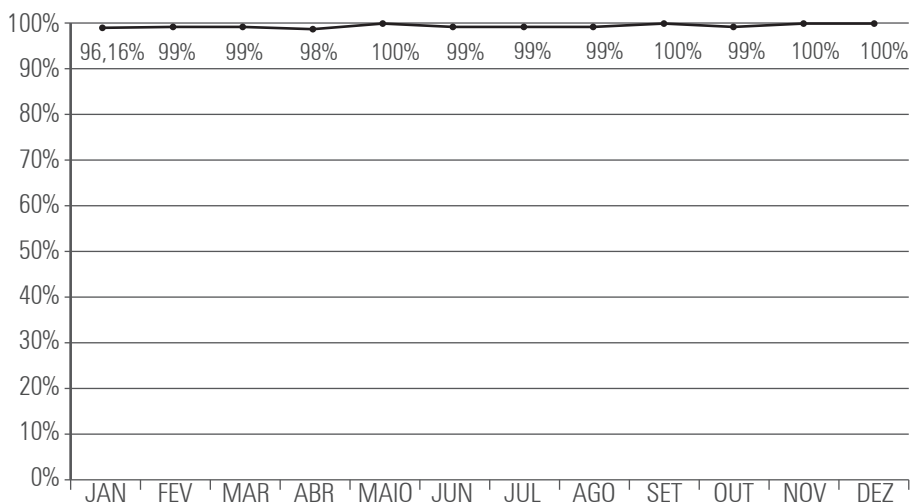
Natureza	Quantidade	Percentual (%)
Agradecimento	17	0,08
Felicitações	16	0,07
Total	21.341	100,00

2.2.1. Pesquisa de satisfação

No período, dos 21.341 relatos recebidos, 8.993 relatores responderam à pesquisa de satisfação, o que representou 42,13% das demandas.

O índice de satisfação geral, levando em consideração os quesitos cortesia/educação, prazo de atendimento e orientação prestada, sempre esteve acima dos 95%, o que demonstrou o cumprimento da meta de 80%, estipulada para a avaliação dos serviços prestados ao cidadão.

Índice geral de satisfação



2.2.2. Elogios

Dos elogios recebidos, cumpre mencionar:

Relato nº 103804

Muito bom o atendimento, obtive a resposta mais rápido do que eu esperava.

Obrigado.

Relato nº 103941

Venho por meio deste, agradecer aos funcionários responsáveis por atender ao eleitor e convocados para auxiliar na eleição de nosso país. Obrigado pela gentileza e rapidez na resposta de minha dúvida. Grato pela atenção e carinho. Deus os abençoe.

Relato nº 103966

Prezados,

Fiquei encantada com a rapidez, presteza e clareza na resposta concedida ao meu questionamento.

Fui excepcionalmente bem atendida.

Relato nº 118177

Estão de parabéns pelo atendimento! A boa vontade foi notória, diferente de outros órgãos públicos!! Muito obrigado.

Relato nº 127714

Retorno rápido e com esclarecimento sobre a dúvida apresentada.

Relato nº 128019

Obrigada pelo atendimento: a resposta foi clara, objetiva e pertinente.

Relato nº 128413

Estou muito satisfeito com o atendimento. Parabéns à equipe responsável do TSE!

Relato nº 103747

Muito bom é necessário que sejam os olhos e ouvidos do povo.

2.3. Assessoria Jurídica

2.3.1. Contribuição estratégica da Asjur

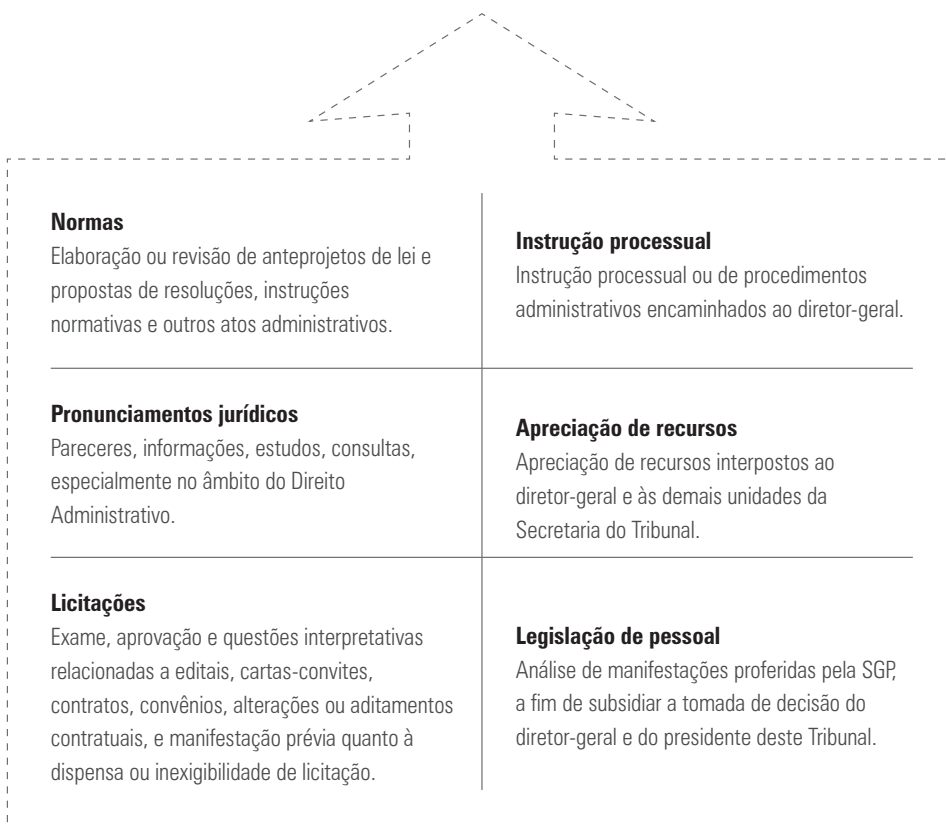
A Assessoria Jurídica contribui, sinergicamente, para o cumprimento da missão e para o alcance da visão de futuro do Tribunal Superior Eleitoral, pelo exercício de competências críticas à atividade administrativa dessa Corte.

Missão

Assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado.

Visão de futuro

Ser referência mundial na gestão de processos eleitorais que possibilitem a expressão da vontade popular e contribuam para o fortalecimento da democracia.



2.3.2. Assessoramento jurídico em 2014

2.3.2.1. Assessoramento jurídico – Visão geral

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Pareceres, licitações e contratos	50	64	66	61	66	57	69	56	65	52	46	26	678
Pareceres – Pessoal	7	4	4	4	3	4	4	4	7	8	14		63
Informações diversas	6	6	13	9	8	5	8	5	5	15	14	13	107
Chancelas	50	39	45	54	73	43	56	62	101	38	35	32	628
Análise jurídica	4	11	5	10	8	9	7	13	11	8	7	10	103

Com a realização das Eleições 2014, houve grande demanda para a Asjur na área específica de licitações e contratos, como se observa na tabela acima, totalizando 1.409 participações da assessoria nessa área.

2.3.2.2. Movimentação processual na Asjur

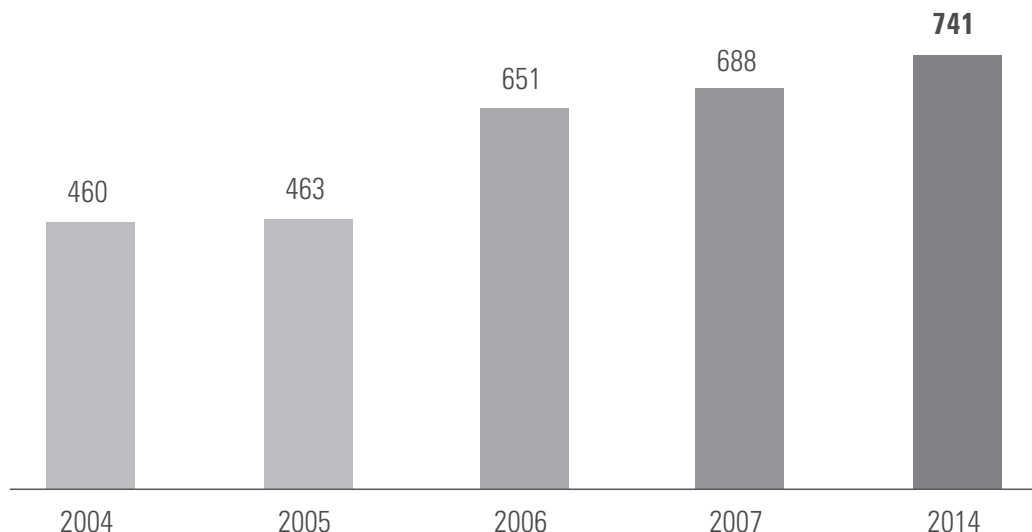
Em 2014, até o dia 15 de dezembro, ocorreram 1.727 entradas e 1.579 saídas de processos, que demonstram o nível de atividade da Asjur.

Os dados demonstram que a assessoria tem dado vazão aos processos que entraram no mesmo compasso.

2.3.2.3. Quantitativo de pareceres da Asjur – 2004 a 2014

A seguir, apresenta-se demonstrativo de produtividade da Asjur, utilizando como parâmetro o quantitativo de pareceres por período:

Quantidade de pareceres Asjur – 2004 a 2014



Fonte: Asjur. Dados atualizados até 15.12.2014.

Conforme se observa no gráfico, neste ano foram elaborados até o momento *741 pareceres jurídicos*. Vale ressaltar, o parecer é o produto final de um processo de trabalho complexo, que inclui estudo, análise minuciosa do caso, argumentação jurídica e redação adequada à argumentação.

O gráfico demonstra, indubitavelmente, uma orientação crescente da demanda de trabalho para a Asjur, que pode ser explicada pelos seguintes fatores, entre outros:

- Crescimento do número de eleitores e candidatos.
- Atualização da forma de execução, apuração e divulgação das eleições, que exigiram aquisições de *softwares* e equipamentos, consultorias, mão de obra especializada, bem como material de divulgação, manutenção das urnas, dentre outras.
- Aumento do número de servidores.

2.4. Assessoria de Segurança e Transporte

A Assessoria de Segurança e Transporte apresenta o relatório de atividades desenvolvidas no período de maio a dezembro de 2014:

- Coordenação, preparação e atuação nas atividades de segurança orgânica visando à proteção da solenidade de posse do Ministro Dias Toffoli como presidente do TSE.

- Colaboração com a equipe do Cerimonial na entrega de convites para a posse do Ministro Dias Toffoli.
- Posse do Ministro Dias Toffoli.
- Coordenação, preparação e atuação nas atividades de segurança orgânica visando à proteção da solenidade de posse do Ministro Gilmar Mendes como vice-presidente do TSE.
- Apoio, com toda a equipe de segurança, na recepção da Ministra Eleonora Menicucci (ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres).
- Apoio, com a equipe de Segurança e Transporte, por ocasião da Festa Julina do TSE.
- Apoio, com a equipe de Segurança e Transporte, no evento Capacitação dos Multiplicadores do Treinamento de Mesários com Biometria – Eleições 2014.
- Coordenação e atuação na Reunião de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais – Apoio da equipe de Transporte.
- Coordenação e atuação nos preparativos para a posse do Ministro Luiz Fux como ministro efetivo do TSE.
- Coordenação e atuação, com a equipe de Segurança e Transporte, na posse do Ministro João Otávio de Noronha e da Ministra Maria Thereza de Assis Moura.
- Apoio, com a equipe de Segurança e Transporte, na Reunião dos Presidentes dos TREs no Auditório II – Apoio da equipe de Transporte para os traslados.
- Apoio, com a equipe de Segurança e Transporte, na posse do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.
- Apoio, com a equipe de Segurança e Transporte, na Reunião de Diretores-Gerais.
- Apoio, com a equipe de Segurança e Transporte, na Reunião de Trabalho com os Corregedores Regionais Eleitorais.
- Coordenação dos trabalhos de toda a equipe de Segurança na execução dos trabalhos inerentes ao pleito de 2014, inclusive quanto à visita dos convidados internacionais durante o primeiro e segundo turno das Eleições 2014.
- Apoio no embarque e desembarque de ministros, convidados internacionais e demais autoridades durante o primeiro e segundo turno das Eleições 2014.

- Apoio ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF), com o empréstimo de veículos e motoristas oficiais durante o primeiro e segundo turno das eleições de 2014.
- Apoio, com a equipe de Segurança, na recepção da delegação da Indonésia para audiência com o ministro presidente do TSE.
- Apoio, com a equipe de Segurança, na recepção do secretário-geral da Unasul (ex-presidente da Colômbia), para audiência com o o ministro presidente do TSE.
- Apoio, com a equipe de Segurança, na Reunião de Secretários de Orçamento e Finanças.
- Apoio, com a equipe de Segurança, na Recepção do embaixador da Coreia.

2.5. Secretaria de Gestão de Pessoas

2.5.1. Introdução

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) apresenta neste relatório — referente ao período de janeiro a dezembro de 2014 — o resumo das atividades realizadas e os resultados alcançados por meio da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, da Coordenadoria de Atenção à Saúde, da Coordenadoria de Pessoal e da Assessoria Técnica de Legislação de Pessoal, além de dados sobre a força de trabalho, os benefícios e as despesas de pessoal.

2.5.2. Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento

2.5.2.1. Educação corporativa

Demonstrativo orçamentário do Programa de Capacitação

	Recursos do Programa de Capacitação			R\$1.250.000,00
	Executado	A executar	Somatório	%
Diárias	R\$21.359,88	R\$1.000,00	R\$22.359,88	2%
Passagens	R\$26.327,15	R\$8.362,78	R\$34.689,93	3%
Bolsas	R\$37.462,80	R\$10.111,36	R\$47.574,16	4%
Capacitação	R\$1.072.897,69	R\$60.510,50	R\$1.133.408,19	91%
Total geral	R\$1.158.047,52	R\$79.984,64	R\$1.238.032,16	

Indicadores de educação corporativa

Indicadores de educação corporativa	
Total de servidores em exercício nas unidades do Tribunal	738
Servidores capacitados(*)	493
Percentual de servidores capacitados	66,80%
Total de ações de capacitação	127
Total de vagas disponibilizadas	1.228
Média de participações por servidor capacitado	2,49%
Carga horária total disponibilizada	15.342 horas
Carga horária média por servidor capacitado	31 horas
Investimento total(**)	R\$1.133.408,19
Recursos executados no TSE(*)	R\$875.841,93
Investimento médio por servidor capacitado	R\$1.776,56
Investimento médio por vaga utilizada	R\$713,23

Dados coletados em 15.12.2014, referentes ao período de 1º.1.2014 a 31.12.2014.

(*) Não contabilizados os 220 servidores inscritos no Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), tendo em vista que ele ainda está em curso, com término previsto para outubro de 2015. Também não estão contabilizados os servidores dos TREs que participaram de algumas ações.

(**) Descontados os investimentos em reembolsos de pós-graduação e diárias e passagens. Incluído o investimento do PDG.

Indicadores de educação corporativa por unidade do Tribunal

Macrounidade	Percentual de servidores capacitados	Percentual de investimentos
Assessoria de Segurança e Transporte	84,38%	4,54%
Corregedoria-Geral Eleitoral	66,67%	0,31%
Escola Judiciária Eleitoral	33,33%	0,26%
Gabinetes dos ministros	45,88%	0,69%
Presidência e assessorias (AIN, Asepa, Aresp, Asics, Aspar, ASPJE, GAB-PRES e GAB-SPR)	75,68%	1,63%
SAD	60,18%	7,65%
SCI	100%	10,95%
Secretaria do Tribunal (GAB-DG, AGE, AIC e Asjur)	45,83%	3,66%
SJI	77,11%	7,80%

Indicadores de educação corporativa por unidade do Tribunal (continuação)

Macrounidade	Percentual de servidores capacitados	Percentual de investimentos
SGP	81%	7,11%
SJD	64,79%	1,08%
SOF	40%	0,51%
STI	78,46%	53,81%

O percentual reflete o comparativo entre o total de servidores e aqueles que participaram de pelo menos uma ação educacional.

Os dados de capacitação e de investimento refletem a lotação atual e não contemplam os participantes do Programa de Desenvolvimento Gerencial, que ainda está em curso.

Desenvolvimento gerencial

Programa de Desenvolvimento Gerencial	
Descrição: ações de capacitação disponibilizadas em ambiente de aprendizagem que reúne conteúdos de executivos e instituições renomadas, como a Harvard Business Publishing. Os conteúdos voltam-se ao desenvolvimento das seguintes competências gerenciais: comunicação, liderança e gestão de pessoas, planejamento e gestão de mudanças.	
Público-alvo	Secretários, assessores-chefe, coordenadores, chefes de seção e respectivos substitutos
Total de participantes	220
Período da execução	Novembro de 2014 a outubro de 2015
Investimento total	R\$297.700,00

2.5.2.2. Desenvolvimento organizacional**Programa de Pós-Graduação**

Dados do processo seletivo de 2014 Edital nº 1/2014	
Objetivo: fomentar o desenvolvimento profissional de servidores no âmbito do Tribunal por meio do custeio parcial de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> em áreas de interesse do TSE.	
Número de vagas ofertadas	10
Número de servidores inscritos	16
Número de inscrições homologadas	14
Número de servidores classificados	13
Servidores contemplados	10

Programa de Pós-Graduação (continuação)

Dados do processo seletivo de 2014 Edital nº 1/2014	
Número de desistências após resultado final	4
Número final de servidores participantes do programa	6
Área de conhecimento dos cursos	
Direito	1
Gestão Pública	3
Auditoria e Perícia Contábil	1
Enfermagem no Trabalho	1

2.5.2.3. Gestão de desempenho funcional

Avaliação de desempenho

Avaliação de servidores em estágio probatório	
Servidores avaliados	90
Número de avaliações (etapas 1 a 4)	125
Aprovações no estágio probatório – aquisição de estabilidade em 2014	29
Média das notas obtidas (considerando as etapas do estágio probatório)	95,68%

Avaliação de servidores para fins de movimentação na carreira	
Número de avaliações	326
Servidores que não se movimentaram na carreira em 2014	3

Movimentação de pessoal

Seleção interna	
Número de editais de seleção interna	21
Vagas disponibilizadas para movimentação de pessoas	35
Editais para força-tarefa – período eleitoral	7 (33%)

2.5.2.4. Responsabilidade social – Apoio à formação de estudantes**Programa de Estágio Estudantil**

Estágio estudantil

Gestão do programa: recrutamento, atendimento de solicitações das secretarias do Tribunal, processo seletivo, contratação/desligamento, avaliação de desempenho, controle de folha de frequência, pagamento e participação dos estagiários em eventos de capacitação (por instrutoria interna), e avaliação do programa de estágio estudantil.

Vagas previstas no contrato	78
Estagiários contratados	51
Estagiários desligados	51
Estagiários em exercício (dezembro de 2014)	60

Programa de Aprendizagem – Menor Aprendiz

Menor Aprendiz

Descrição: gerenciamento do contrato com o Centro Salesiano do Menor (Cesam), bem como do acordo de cooperação técnica firmado entre o Cesam e a Vara da Infância e Juventude do DF, por meio da Rede Solidária Anjos do Amanhã, que tem como objetivo a inclusão de menores jurisdicionados, em conflito com a lei ou sob aplicação de medida de proteção.

Gestão do programa: acompanhamento da aprendizagem dos adolescentes, aplicação de avaliação de desempenho, controle de folha de frequência, instrução do processo de pagamento, desenvolvimento de atividades educativas, monitoramento de comportamento/attitudes, bem como da situação escolar, que possam provocar o desligamento do contrato de aprendizagem.

Ação Destaque de 2014: lançamento do Espaço do Aprendiz, na Web, ferramenta que tem como objetivo proporcionar aos adolescentes do Cesam maior aproveitamento da aprendizagem, oferecendo auxílio escolar por intermédio de professores voluntários, compartilhamento de informações úteis e variadas, além de maior comunicação e interação.

Vagas previstas no programa	78
Menores aprendizes contratados	61

2.5.2.5. Eventos corporativos**Panorama geral dos eventos**

Total de eventos

Solicitados	Cancelados	Realizados	Percentual de execução	Média mensal
278	25	253	91%	21

O cancelamento de 25 eventos deveu-se à desistência ou alteração no planejamento das unidades solicitantes.

Os eventos realizados foram classificados em quatro tipos:

- **Justiça Eleitoral:** eventos com a participação de TREs.
- **TSE:** eventos que envolveram apenas servidores e/ou colaboradores do TSE.
- **Secap:** ações contratadas pela Seção de Capacitação (Secap) para contemplar o Plano Anual de Capacitação.
- **Outros órgãos:** eventos de outros órgãos com a utilização de espaço físico do TSE (Termos de Cooperação STF nº 16/2013 e TSE nº 22/2013).

Os 253 eventos realizados foram assim divididos:

Eventos realizados

Tipo de evento	Total de eventos	Percentual
Justiça Eleitoral	59	24%
TSE	140	56%
Seção de Capacitação	40	15%
Outros órgãos	14	5%
Total	253	100%

Eventos em destaque

A Seção de Eventos Corporativos (Seeve) planejou, organizou e executou quatro eventos comemorativos: Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e Semana do Servidor – ConectTSE.

A Semana do Servidor – ConectTSE – foi patrocinada pela Associação dos Servidores do TSE (AsserTSE), contou com a participação de aproximadamente 1.200 servidores e colaboradores e teve em sua programação as seguintes atividades:

- Oficinas.
- Palestras.
- Aulas de *tai chi chuan* e dança.
- Apresentação de grupo teatral.

A ConectTSE se revestiu de grande importância no fortalecimento dos valores da Casa e teve como tema Atitude – Tudo Começa por Mim. O tema buscou levar os participantes a refletirem sobre o papel de cada um na sociedade como servidor público, fazendo-os perceber que a contribuição individual tem importância para o alcance dos objetivos e da missão do Tribunal.

Outro evento de grande importância para a Justiça Eleitoral e que teve a organização logística da Seeve foi a Avaliação das Eleições 2014, que contou com a presença de 200 participantes entre servidores do TSE e TREs.

2.5.2.6. Capacitação de mesários para as Eleições 2014

A capacitação dos mesários para as eleições de 2014 foi planejada pelo GT Mesários, instituído pela Portaria-TSE nº 58, de 29 de janeiro de 2014. A execução das ações envolve os membros do GT e é realizada, majoritariamente, pela equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Coede/SGP).

A seguir, o elenco das principais ações e seus detalhamentos:

Produção de vídeos para uso nos treinamentos presenciais

Produção dos vídeos de treinamento de mesários com e sem biometria e envio de aproximadamente 3.000 vídeos para os TREs.

As atividades envolveram: contato com a empresa produtora dos vídeos; elaboração, revisão e aprovação do projeto e dos roteiros; testagem e conferência dos vídeos para o treinamento; disponibilização e distribuição aos TREs; e publicação dos vídeos de treinamento no Canal do Mesário.

Produção de impressos COM e SEM biometria para uso nos treinamentos presenciais

Produção dos conteúdos: Manual do Mesário (COM e SEM biometria) e pôlderes sobre justificativa eleitoral e orientação para juízes eleitorais; disponibilização desses materiais para reprodução descentralizada nos regionais e utilização pelos cartórios e tribunais nos treinamentos presenciais com mesários.

As atividades envolveram: elaboração dos textos dos impressos à luz das Instruções do TSE, bem como sua revisão ortográfica e gramatical, editoração, conferência, disponibilização na Web para reprodução descentralizada, e monitoramento da contratação das gráficas pelos regionais.

Realização de treinamentos presenciais para multiplicadores COM biometria

Planejamento e organização da capacitação presencial para multiplicadores do treinamento de mesários COM biometria, realizada em Brasília, no período de 22 a 25 de julho de 2014. A ação contou com 360 participantes dos cartórios eleitorais de todo o país e foi a primeira oportunidade de capacitar diretamente este público.

A opção por essa capacitação presencial para servidores de cartórios deveu-se à novidade da identificação biométrica e das alterações no *software* de biometria, tornando necessário o contato com a urna eletrônica.

Produção de treinamento a distância para multiplicadores SEM biometria

Realização de curso a distância em uma turma nacional, com 715 participantes. Os temas abordados foram: noções de didática, de ética e de cidadania; acessibilidade no tratamento dos eleitores e o dia da eleição.

O curso foi hospedado no ambiente virtual de aprendizagem do TSE, na Internet, no período de 11 a 22 de agosto de 2014, e foi disponibilizado para seis tribunais regionais, para eles capacitarem seus multiplicadores em ambiente virtual próprio (intranet). Essa ação proporcionou economia de tempo ao TRE, pois não despendeu recursos próprios para o desenvolvimento e a aplicação do curso.

A adoção do treinamento a distância para capacitar multiplicadores do treinamento de mesários SEM biometria, além de propiciar economia financeira com deslocamentos dos participantes, assegurou uniformidade de procedimentos e expandiu a possibilidade de troca de experiências entre os servidores da Justiça Eleitoral.

Canal do Mesário

Canal de comunicação com os mesários, por meio do *hotsite* www.tse.jus.br/mesarios, criado em parceria com a SGI/TSE, para abrigar as ações de educação e os produtos instrucionais produzidos pelo GT Mesários, além de divulgar notícias veiculadas nos meios de comunicação, bem como a legislação pertinente.

Treinamento de mesários na Internet – SEM biometria

Projeto-piloto para treinamento de mesários que, normalmente, não recebem capacitação presencial, em tribunais regionais voluntários a participarem do projeto em formato de educação a distância, no ambiente virtual de aprendizagem do TSE, na Internet.

Contamos com a participação de 29.729 mesários distribuídos em 13 estados e exterior (AC, CE, GO, MG, MS, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SP, TO e Zona ZZ – exterior).

Foi treinado, também a distância, o grupo de representantes eleitorais (378 diplomatas). O TRE/DF realizou a tutoria desse grupo, que recebe as urnas no exterior e prepara as seções eleitorais.

O projeto contou com suporte da STI/TSE, por meio da Coordenadoria de Infraestrutura.

As atividades envolveram: convite aos TREs por ofício; definição de metas e estratégia de monitoramento; *design* instrucional e gráfico; elaboração de procedimentos de inscrição; elaboração de material para os tutores; implementação de adaptações na plataforma do curso; sonorização das aulas (gravação e adaptações de áudio); elaboração das telas do curso; revisão do conteúdo; homologação do curso; suporte aos usuários; entre outros.

Avaliação dos mesários

Ação de *feedback* necessária à melhoria das próximas capacitações. Trata-se de elaboração de instrumento avaliativo a ser preenchido pelo mesário, tabulada pelos regionais e informada ao GT após as eleições.

Ações realizadas

Ações realizadas
Elaboração do formulário de avaliação
Distribuição aos TREs
Recolhimento e tabulação de resultados
Apresentação dos resultados

2.5.3. Coordenadoria de Atenção à Saúde

Programa de Qualidade de Vida

No âmbito do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e das atividades relacionadas à saúde complementar, destacam-se os seguintes eventos/atividades realizados:

Eventos/atividades realizados

Evento/ atividade	Descrição	Período	Público alcançado
Campanha de vacinação contra a gripe	Ação de saúde complementar com vistas à vacinação de servidores e dependentes, principalmente, contra Influenza Sazonal e H1N1.	Maio e junho	1.550
Ginástica laboral	Atividade vinculada à qualidade de vida no trabalho que consiste em visitas semanais no local de trabalho para a execução de exercícios direcionados à prevenção de doenças ocupacionais que se incluem nos grupos LER (lesões por esforços repetitivos) e DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho). Foi coordenada pela enfermeira Ana Paula e contou com a participação voluntária dos servidores Angélica Pieroni (Coede) e Antônio Nunes (Asset), bem como das estagiárias de Educação Física Camila e Raísa.	Março a dezembro	390

Eventos/atividades realizados (continuação)

Evento/ atividade	Descrição	Período	Público alcançado
Palestra Prevenção de Crises e Qualidade de Vida	Ação de saúde complementar, ministrada pela Dra. Fernanda, para a SJD e STI.	Abril	100
Palestra Como Está seu Sono?	Ação de saúde complementar, ministrada pela Dra. Fernanda, para a SJD e STI.	Maio	54
Palestra Estresse	Ação de saúde complementar, ministrada pela Dra. Márcia, para a SJD e STI.	Abril e maio	68
Blitz da Saúde	A Blitz da Saúde consiste em visitas não agendadas de médicos ao local de trabalho dos servidores do TSE para aferição da pressão arterial, seguida de informações ao grupo sobre o controle da hipertensão, bem como de outros fatores de risco para o surgimento de doenças cardiovasculares. As visitas foram conduzidas pelos cardiologistas da Casa, Dr. Paulo Ricardo e Dr. Flaviano, além da Dra. Camila. E a clientela atendida nesta primeira etapa foi a Secretaria de Gestão de Pessoas e os gabinetes de ministros.	2º semestre	152
Palestra Saúde Financeira	Ação de saúde complementar executada durante a ConectTSE, ministrada pelo psicólogo Luiz Carlos Oliveira Borges (particular).	6 de novembro	50
Palestra Nutrição Funcional – Abordagem Prática	Ação de saúde complementar executada durante a ConectTSE, ministrada pelo Dr. Frederico Carvalho Batista (particular).	6 de novembro	100
Palestra O Sorriso mais Lindo do Mundo!	Ação de saúde complementar, ministrada pela Dra. Denise, abordando a importância da prevenção da saúde bucal.	Abril	43
Palestra Hipersensibilidade Dentinária	Ação de saúde complementar, ministrada pela Dra. Regina, abordando causas, efeitos, prováveis tratamentos e formas de controle da hipersensibilidade nos dentes.	Setembro	20
Oficina de Comunicação	Ação de qualidade de vida no trabalho realizada na Cats por ocasião dos trabalhos de realinhamento estratégico da coordenadoria.	Setembro a novembro	29

Eventos/atividades realizados (continuação)

Evento/ atividade	Descrição	Período	Público alcançado
Oficina de saúde emocional	Ação de qualidade de vida no trabalho realizada com servidores/colaboradores da Biblioteca do TSE.	Setembro	11
Projeto Pausa	Ação de qualidade de vida no trabalho realizada com servidores/colaboradores da Secretaria Judiciária com vistas ao combate do estresse, acentuado pela proximidade das eleições.	Setembro a dezembro	38

Atendimentos médicos

Consultas eletivas	Pronto-atendimento		EPS ¹	Perícias médicas ²	Total de atendimentos
	Servidores	Colaboradores/ outros			
1.237	551	412	131	347	2.678

¹ Exame preventivo de saúde.

² Somando perícias de licenças médicas e juntas oficiais para análise de temas administrativos (aposentadoria, incapacidade laboral, etc.).

Atendimentos na enfermagem

Atendimentos	Procedimentos
901	2.814

Reembolsos farmacêuticos derivados de análise técnica médica

Mês	Número de pedidos analisados	Valor de referência – total
Janeiro	68	R\$20.184,03
Fevereiro	85	R\$31.223,19
Março	76	R\$21.952,13
Abril	73	R\$27.492,49
Maiο	87	R\$28.727,65
Junho	86	R\$31.097,96
Julho	82	R\$29.371,50
Agosto	88	R\$35.311,49
Setembro	119	R\$40.504,13
Outubro	86	R\$27.077,29
Novembro	87	R\$21.418,39

Reembolsos farmacêuticos derivados de análise técnica médica (continuação)

Mês	Número de pedidos analisados	Valor de referência – total
Dezembro	47	R\$13.730,22
Total	984	R\$328.090,47

2.5.4. Coordenadoria de Pessoal

Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos

- Conselho da Justiça Federal (CJF) – Protocolo de Cooperação Técnica nº 18/2012, de 15.10.2012.
 - * 3ª fase – 10 a 13.3.2014 – Treinamento dos módulos: Férias, Frequência, Licenças Médicas, Quintos, Sisdoc, Capacitação, Afastamentos, Averbação, Anuênios, Auxílios e Aposentadoria.
 - * 4ª fase – 22 a 25.4.2014 e 28.4 a 2.5.2014 – Treinamento do Módulo de Folha de Pagamento.
 - * Projeto encerrado em 28.10.2014.
- Defensoria Pública da União (DPU) – Protocolo de Cooperação Técnica nº 1/2014, de 14.4.2014.
 - * 1ª fase – 21 a 25.7.2014 – Treinamento dos módulos: Gestão, Quadro de Vagas, Progressão, Comissionamento, Requisição, Remoção, Exercício Provisório, Cessão, Lotação, Dependentes e Pensionistas, Benefícios, Renaci, SAO (Sistema Administração de Objetos) e Acesso.
 - * 2ª fase – 13 a 17.10.2014 – Treinamento dos módulos: Afastamentos, Licenças Médicas, Anuênios, Quintos, Averbação, Aposentadoria e Auxílios, Férias, Frequência, Sisdoc (Geração de Documentos), Capacitação e Evento Nacional Web.

Concurso Nacional de Remoção de 2014

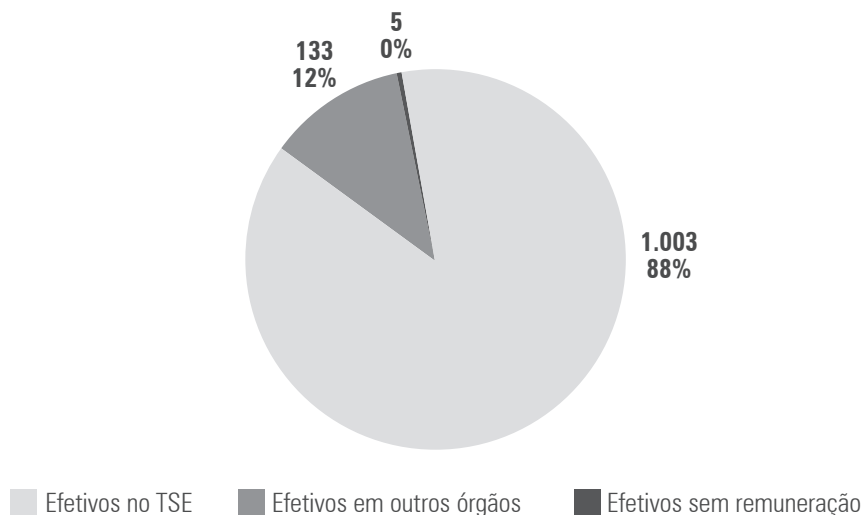
A realização do Concurso Nacional de Remoção, regido pelo Edital nº 1/2014, ficou a cargo da comissão designada pela Portaria-TSE nº 565, de 17 de setembro de 2014.

- 24 TREs e o TSE participaram.
- 705 servidores inscritos.
- 102 servidores permutados.

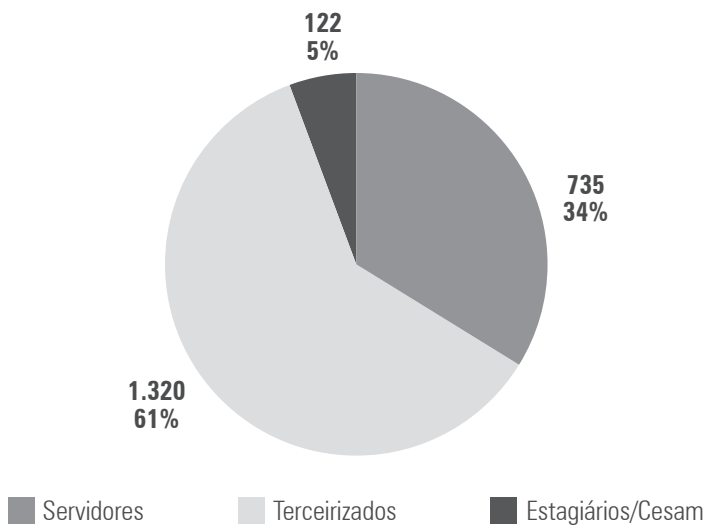
Regulamentação de matérias

- Resolução-TSE nº 23.430/2014: dispõe sobre a redistribuição de cargos de provimento efetivo da Justiça Eleitoral.
- Resolução-TSE nº 23.414/2014: dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde (PAS) no Tribunal Superior Eleitoral, que tem por finalidade assegurar assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica aos ministros, servidores, ativos e inativos, a seus dependentes e beneficiários especiais, e aos pensionistas.

Força de trabalho do TSE servidores efetivos

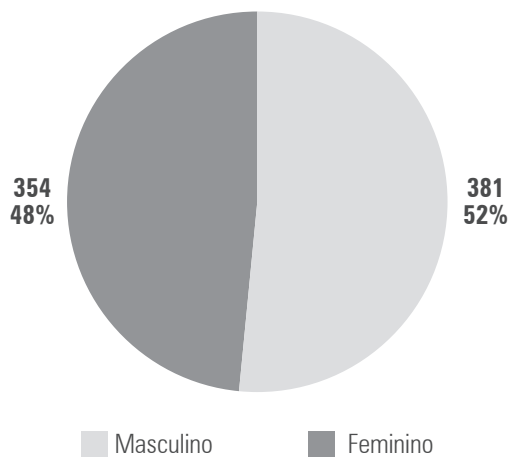


Força de trabalho

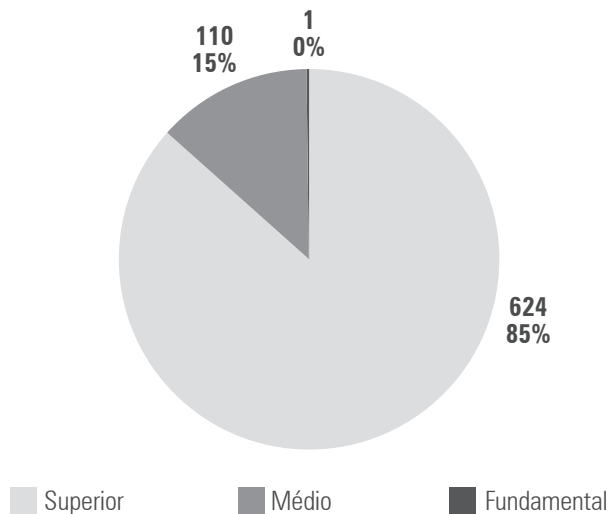


Relação terceirizados x servidores efetivos (1.320/631) = **2,09**
 Relação terceirizados x força de trabalho servidores (1.320/735) = **1,79**

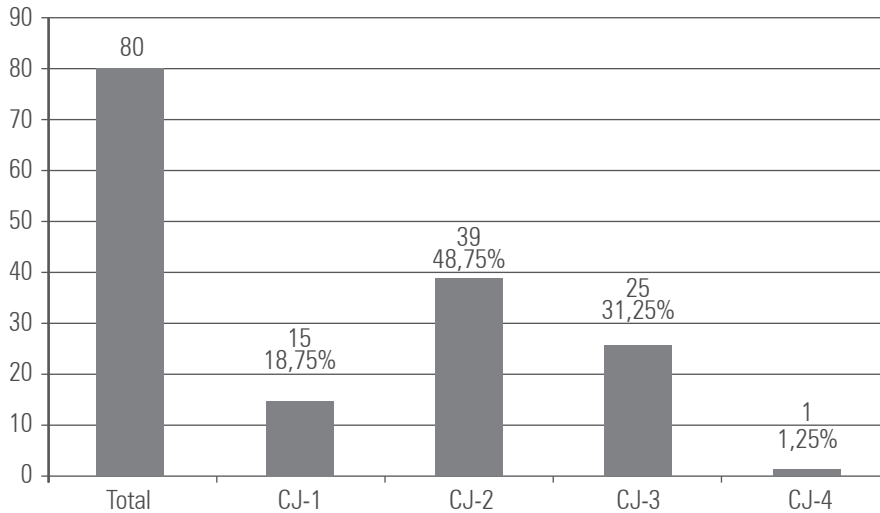
Gênero



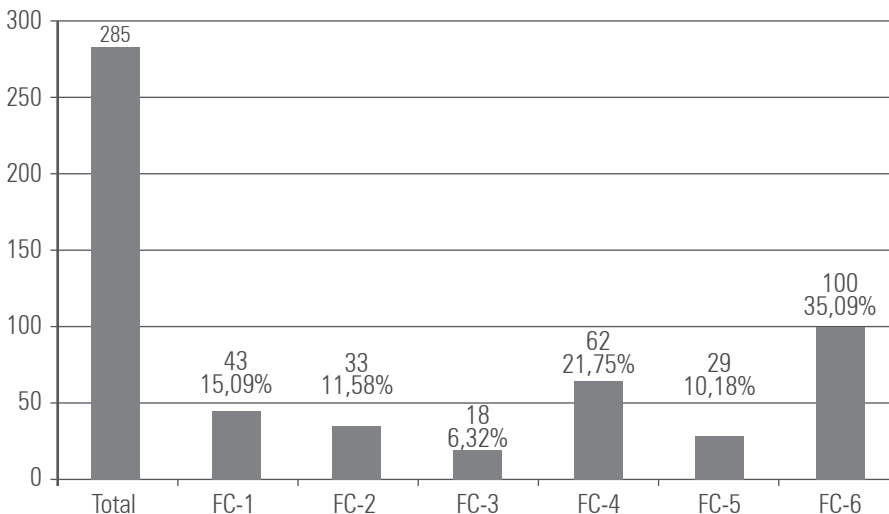
Formação acadêmica



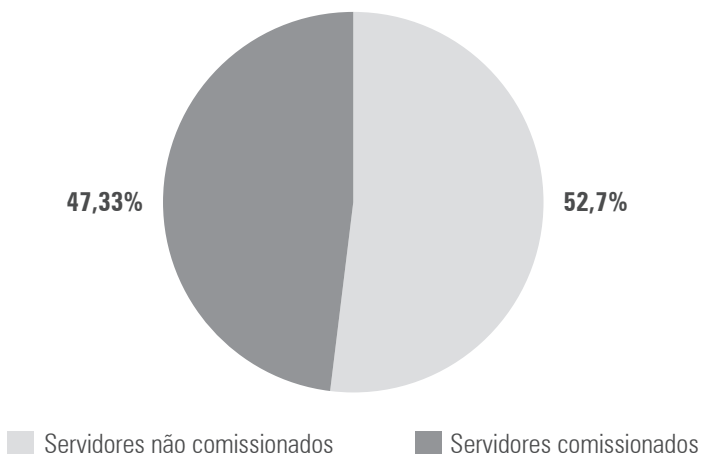
Quantidade de ocupação de cargos em comissão



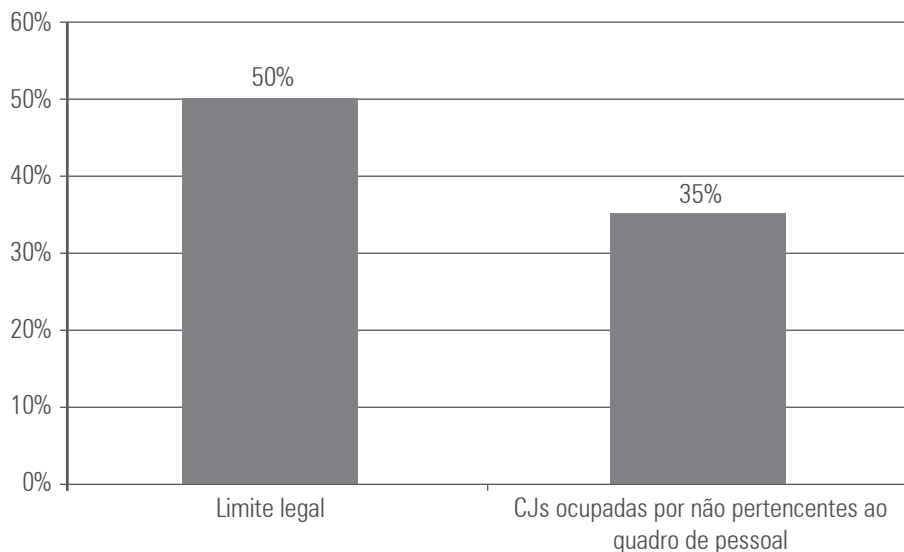
Quantitativo de ocupação de funções comissionadas



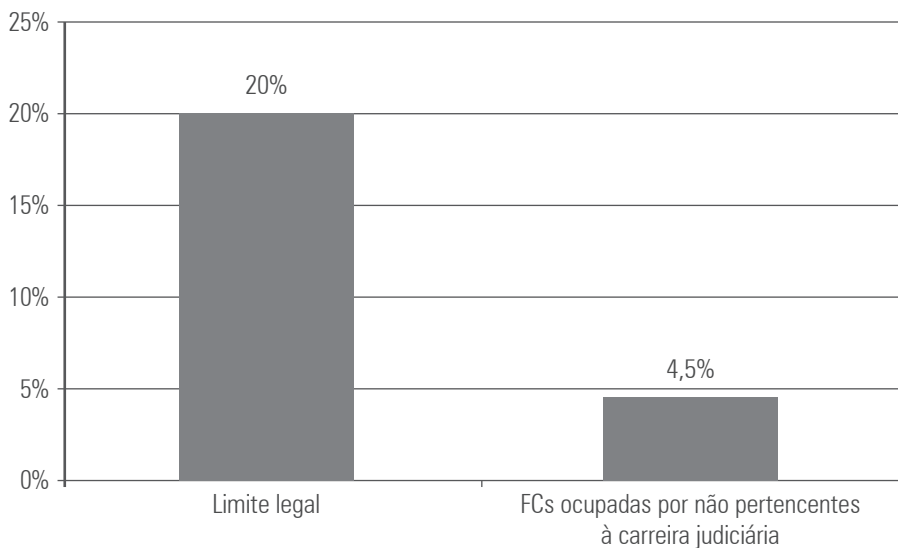
- Índice de comissionamento (número de servidores em relação ao número de cargos/função).
- Cargo em comissão: 9,18.
- Função comissionada: 2,56.



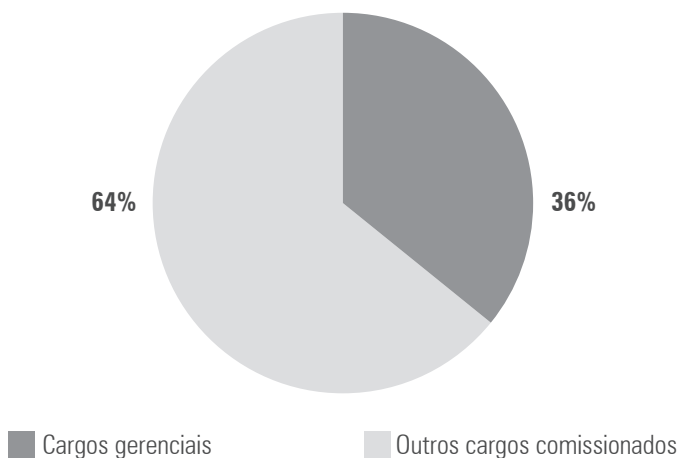
Ocupação de cargo em comissão por servidor efetivo em relação ao limite legal



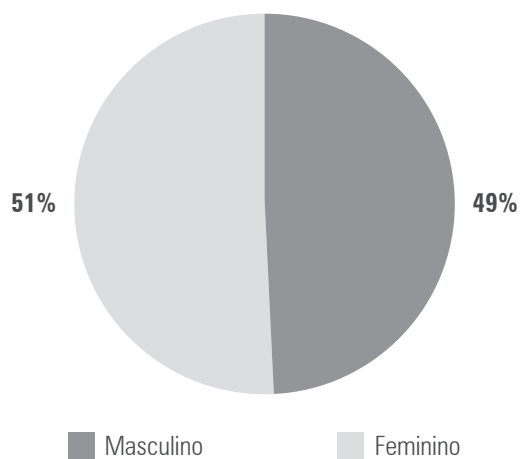
Ocupação de função comissionada por servidor do Poder Judiciário em relação ao limite legal



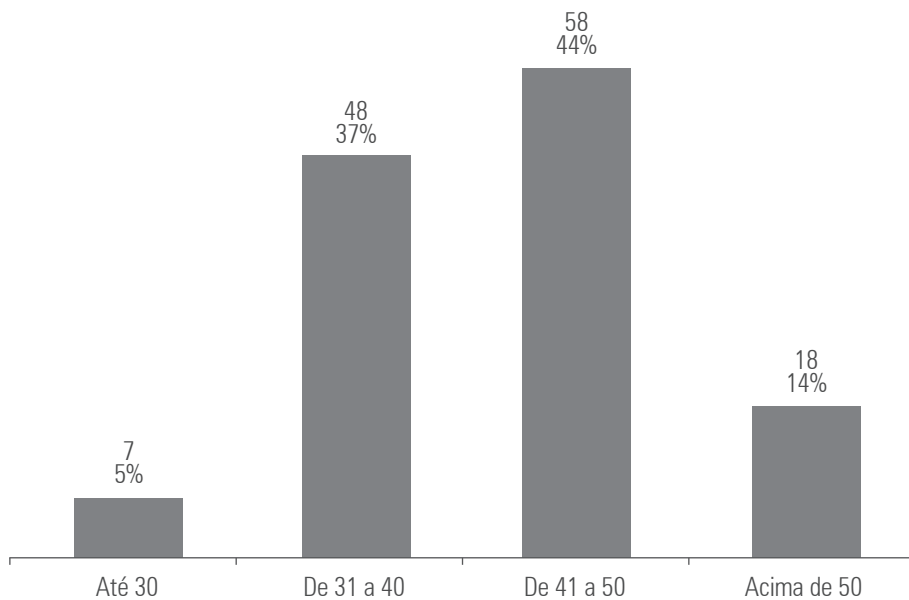
Percentual de cargos gerenciais comparado ao número de cargos efetivos



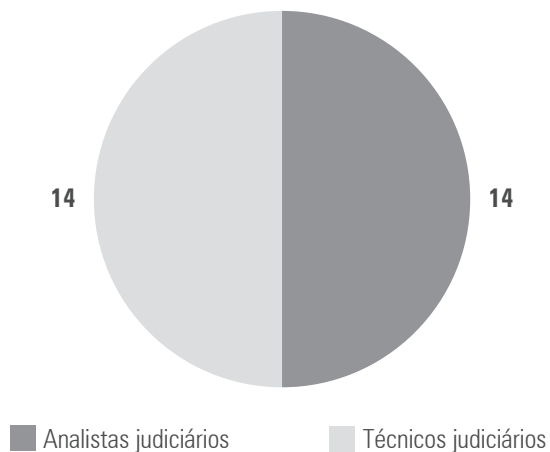
Ocupação de cargos gerenciais por gênero



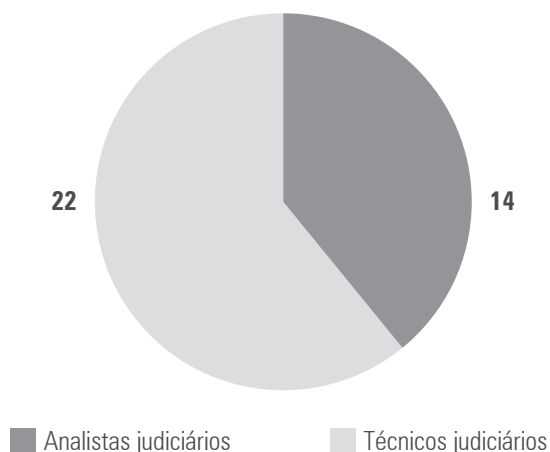
Faixa etária dos ocupantes de cargos gerenciais



Admissões de servidores



Desligamentos



Índice de rotatividade externa

Para o cálculo da rotatividade externa, aplicou-se a seguinte fórmula:

$$IRE = \frac{\sum VE \times 100}{TCP}$$

VE = Total de vacâncias e exonerações no cargo até o dia 10.12.2014.

Geral

IRE = 1,28%, indica que o TSE contou com 98,72% da força de trabalho total.

Analista judiciário

IRE = 1,00%, indica que o TSE contou com 99,00% da força de trabalho do cargo.

- Analista judiciário – Área administrativa
IRE = 1,00%, indica que o TSE contou com 99,00% da força de trabalho do cargo.
- Analista judiciário – Área judiciária
IRE = 1,00%, indica que o TSE contou com 99,00% da força de trabalho do cargo.

Técnico judiciário

IRE = 1,57%, indica que o TSE contou com 98,43% da força de trabalho do cargo.

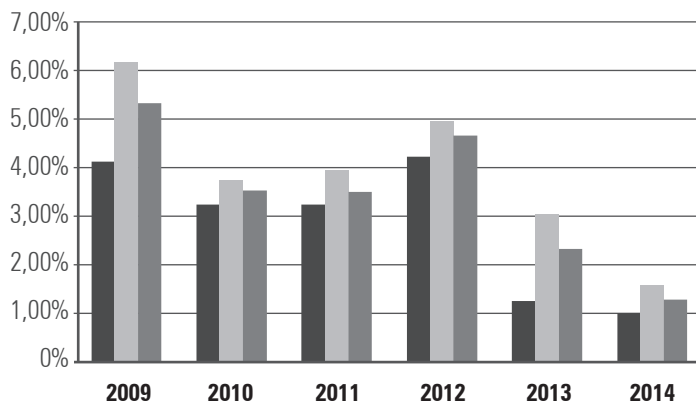
- Técnico judiciário – Área administrativa

IRE = 1,27%, indica que o TSE contou com 98,73% da força de trabalho do cargo.

- Técnico judiciário – Área apoio especializado, Programação de Sistemas

IRE = 1,33%, indica que o TSE contou com 98,67% da força de trabalho do cargo.

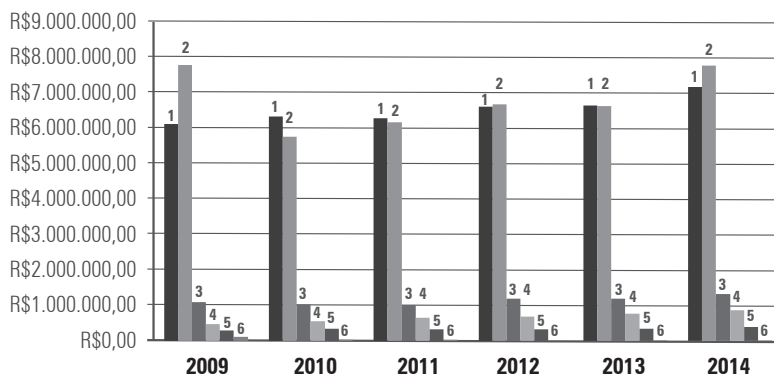
Gráfico comparativo da rotatividade externa



	2009	2010	2011	2012	2013	2014
■ Analista judiciário	4,12%	3,23%	3,23%	4,22%	1,25%	1,00%
■ Técnico judiciário	6,18%	3,74%	3,95%	4,95%	3,04%	1,57%
■ Geral	5,33%	3,53%	3,50%	4,65%	2,32%	1,28%

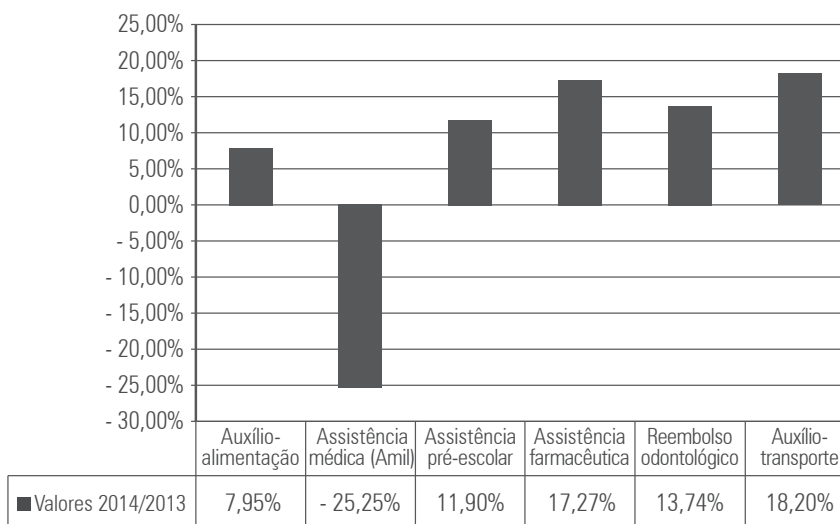
Benefícios

Comparativo das despesas com benefícios



1 Auxílio-alimentação	R\$6.109.693,29	R\$6.327.965,76	R\$6.283.132,83	R\$6.600.614,88	R\$6.634.176,88	R\$7.161.842,42
2 Assistência médica (Amil)	R\$7.772.233,95	R\$5.751.621,30	R\$6.160.841,67	R\$6.663.644,89	R\$6.617.502,68	R\$7.760.016,62
3 Assistência pré-escolar	R\$1.086.252,28	R\$1.024.814,99	R\$1.009.091,43	R\$1.187.375,89	R\$1.181.766,13	R\$1.322.384,61
4 Assistência farmacêutica	R\$462.238,45	R\$545.096,63	R\$652.430,66	R\$675.703,70	R\$752.318,71	R\$855.667,23
5 Reembolso odontológico	R\$286.422,66	R\$334.248,82	R\$314.473,47	R\$322.201,11	R\$329.892,66	R\$389.941,01
6 Auxílio-transporte	R\$107.472,88	R\$31.215,30	R\$28.728,04	R\$12.469,61	R\$7.415,57	R\$5.543,05

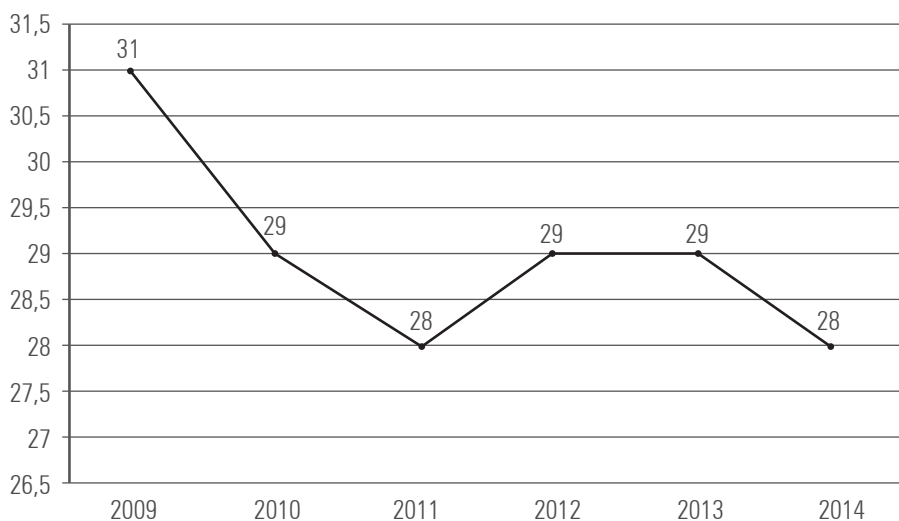
Varição das despesas com benefícios



Despesas de pessoal

- Dados de folha de pagamento 2014
 - * Valor total da folha de pagamento acumulado de janeiro a dezembro/2014: R\$224.695.213,97.
 - * Valor total da folha de pagamento de serviço extraordinário em 2014: R\$12.432.864,10.
 - * Valor total da folha de pagamento de jetons, no período de janeiro a dezembro/2014: R\$963.757,05.
- Gratificação de Atividade de Segurança (GAS)

Gráfico comparativo do período de 2009 a 2014



- Adicional de Qualificação (AQ)

Número de servidores que percebem:

- * Ações de treinamento: 593.
- * Especialização:
 - Ativos: 438.
 - Inativos: 22.

* Mestrado:

Ativos: 33.

Inativos: 1.

* Doutorado:

Ativos: 2.

2.6. Secretaria de Gestão da Informação

2.6.1. Introdução

Trata-se do relatório anual das atividades da Secretaria de Gestão da Informação e de suas unidades, bem como da descrição das atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 (ano eleitoral).

Compete à SGI a gestão da informação em seus diferentes suportes com ênfase em doutrina, jurisprudência, legislação, conteúdos Web, editoração e comercialização, gestão documental e desenvolvimento de ações que buscam resgatar e preservar a memória institucional e a memória da Justiça Eleitoral.

Entende-se a informação como uma unidade de três elementos: conhecimento, linguagem e suporte. O conhecimento refere-se ao conteúdo da informação; a linguagem é o instrumento de expressão de itens de informação; o suporte são os objetos materiais ou energia nos quais se inscrevem os registros do conhecimento.

No cenário atual, em que o meio eletrônico se desenvolve e se amplia, a SGI tem se preocupado cotidianamente com a disseminação, atualização e preservação da informação em ambiente Web. Entendemos que o acesso pleno à informação contribui para o cumprimento da missão institucional, qual seja “garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.”

2.6.2. Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo (Copea)

A Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo (Copea), unidade de gestão documental, atuou, em 2014, especialmente na gestão do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral, estabelecido pela Resolução nº 23.379, de 2012.

Vinculadas à Copea estão às unidades de protocolo e expedição (Seprot), documentos eletrônicos (Sedexp) e arquivo (Searq).

A Seprot desenvolve atividades de controle e gerenciamento do recebimento de correspondências, documentos, procedimentos administrativos e processos judiciais no Tribunal. Esteve com certificação ISO 9001:2008 até outubro de 2014, mês de vencimento do contrato com a empresa Falcão Bauer.

A Sedexp atua na gestão eletrônica de documentos que envolvem aplicativos e sistemas do Tribunal, bem como na disponibilização de áudios e decisões publicadas em sessão. Atuou na busca de soluções para o tratamento de arquivos audiovisuais do Tribunal, e na implementação da ferramenta GSA.

A Searq, em 2014, teve como destaque o Projeto Memória Eleitoral, que consistiu na construção de repositório que possibilita a consulta às informações sobre os candidatos eleitos no Brasil entre 1945 e 1990. Os dados foram obtidos por meio de registros históricos e apresenta o nome do candidato eleito, seu partido, número de votos que ele obteve, etc. Abrange os cargos de presidente, vice-presidente da República, governador, vice-governador, senador, suplente de senador, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital, num total de 83.072 registros. O projeto foi publicado no *site* do TSE.

2.6.3. Coordenadoria de Biblioteca (Cobli)

A Coordenadoria de Biblioteca (Cobli) está subordinada à Secretaria de Gestão da Informação (SGI) e é a unidade responsável por gerenciar as atividades relacionadas a seleção, aquisição, tratamento técnico, guarda, conservação, controle, divulgação e disseminação do acervo doutrinário, legislativo e de preservação da memória da Justiça Eleitoral.

Tendo como um de seus valores o foco no cliente, busca suprir as necessidades informacionais dos usuários em sua integralidade, no que se refere à educação continuada, informação utilitária, cultura e lazer, com atendimento a solicitações de pesquisa, treinamento e orientação de usuários, circulação (empréstimo, reserva e devolução) e empréstimo entre bibliotecas. Além disso, realiza tratamento informacional da legislação e doutrina, e atende às consultas internas e externas. A biblioteca alcança inclusive seus dependentes por meio da Ação de Incentivo à Leitura Cora Corujita.

É responsável, ainda, pela gestão do Museu do Voto e por ações educativas, planejamento e execução de expografias, produção de conteúdo histórico, tratamento técnico dos materiais especiais, como vídeos, imagens e áudios, acervo legislativo e doutrinário, bem como sua divulgação.

Gerencia também a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), a Rede de Memória Eleitoral (Reme), a Base de Atos Normativos da Justiça Eleitoral (Anje), a SinTSE, o InfoSeleg e o *Glossário Eleitoral*.

2.6.4. Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur)

A Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur) é composta por: Seção de Análise de Jurisprudência (Seajur), Seção de Seleção e Divulgação de Jurisprudência (Sedjur) e Seção de Pesquisa de Jurisprudência (Sepjur).

São produtos da coordenadoria o *Código Eleitoral anotado e legislação complementar* (versões impressa e eletrônica), o *Suplemento de atualização do Código Eleitoral anotado e legislação complementar*, as *Instruções do TSE*, a *Coletânea de Jurisprudência do TSE* e as revistas de jurisprudência do TSE.

A Cojur participa do desenvolvimento da nova versão do Sistema de Jurisprudência (Sjur v.3), da pesquisa de decisões monocráticas e colegiadas com a ferramenta GSA (Google Search Appliance), da integração dos sistemas Sjur e Sadi (Sistema de Automação de Distribuição para Indexadores) e do gerenciamento do *Tesouro da Justiça Eleitoral*.

2.6.5. Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip)

A Cedip possui a atribuição de preparar, revisar, editar, imprimir e comercializar as publicações impressas do TSE. Atribuem-se também à Cedip as atividades de preparação e publicação dos conteúdos da Internet (portal do TSE) e da intranet.

A Cedip é responsável pela gestão de 17 contratos complexos, dentre eles: o contrato de prestação de serviços de revisão de textos e os de confecção de produtos eleitorais.

A Seção de Impressão e Distribuição (Seidi) é a responsável pela confecção dos produtos gráficos do Tribunal, provendo os serviços de impressão e de reprografia.

A Seidi produziu, entre impressos e cópias, o total de 981 mil folhas, tendo sido vendidas 715 unidades de publicações produzidas pela própria unidade.

Considerando o aumento progressivo de demandas, a Seidi está adquirindo três impressoras de grande porte. Hoje o maquinário da Seidi soma o valor de R\$1.755.468,78.

Os produtos eleitorais Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE), Título Eleitoral e Folha de Votação de Eleições Suplementares também são gerenciados pela Seidi.

Foram compradas 30 milhões de unidades de títulos eleitorais, tendo sido entregues 18 milhões em 2014, com estimativa de entrega do restante nos primeiros meses de 2015. Para o próximo ciclo eleitoral, foram planejadas mais 40 milhões de unidades.

O Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) envolveu o planejamento e a entrega de 3.435.000 formulários, que foram entregues aos 27 regionais. Assim como o título, o RAE já teve o seu planejamento para o próximo ciclo eleitoral iniciado. Os regionais já foram consultados e informaram, porém, que não existe interesse na entrega desse produto gráfico.

O formulário RJE envolveu o planejamento e a entrega aos 27 regionais. Como não é usado em anos não eleitorais, o planejamento para o próximo ciclo será iniciado em 2015.

Foram impressas 50.000 folhas de votação para eleições suplementares.

Além disso, a Seidi é a unidade responsável por gerenciar a manutenção das impressoras multifuncionais instaladas no TSE.

Dentre os produtos revisados e editorados pela Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev) e pela Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov), respectivamente, em 2014, destacam-se:

Código Eleitoral anotado e legislação complementar, Manual do mesário; Instruções do TSE; Relatório das eleições: editado após o término das contabilizações de cada eleição; *Revista de Jurisprudência:* editada trimestralmente; *Informativo TSE; Boletim Interno; Revista Estudos Eleitorais; Revista Eletrônica da EJE;* peças produzidas na Cedip para os eventos institucionais (cartazes, convites, programação, etc.). A Seprev e a Seprev são responsáveis, ainda, pela revisão e concepção de sites e de CDs interativos.

A Seapi de Análise e Preparação de Conteúdos (Seapi) é responsável pela gestão de conteúdos da intranet e do portal do TSE, além de dar suporte diário aos 24 regionais que aderiram ao Plone (via chat, e-mail e telefone), e pela publicação do *Diário da Justiça Eletrônico (DJE)*, do *Boletim Interno* e do *Informativo TSE*.

A Seapi atendeu, até novembro de 2014, 3.927 chamados referentes a intranet, Internet e gerenciamento do uso do Plone. Até 14 de dezembro, as páginas do portal do TSE foram acessadas mais de 99,5 milhões de vezes. Já a intranet teve, no mesmo período, mais de 2 milhões de acessos. Os sites que fazem parte do portal da Justiça Eleitoral possuem 12.025 páginas, sendo que 2.224 são do TSE. A intranet do TSE possui 2.064 páginas.

2.7. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF)

2.7.1. Introdução

A Justiça Eleitoral ocupa posição de destaque no cenário nacional e internacional, contribuindo para a consolidação da democracia brasileira. Desempenha funções tanto no âmbito administrativo, na gestão do processo eleitoral, como no jurisdicional, para dirimir os contenciosos eleitorais. Para a consecução dessas funções, é primordial a realização de atividades relacionadas ao planejamento orçamentário. Nesse sentido, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão orçamentária, financeira e contábil da Justiça Eleitoral, que serão abordadas nos temas a seguir.

2.7.2. Eleições Gerais 2014

2.7.2.1. Outros custeios e capital

Na atual gestão, economizou-se na realização das eleições gerais de 2014, principalmente com a alteração no processo de contratação do pessoal de apoio, cerca de R\$50.000.000,00 com relação ao montante planejado, referente ao plano orçamentário Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração. Além disso, houve redução em cerca de R\$5.000.000,00 do montante planejado para dispêndios com oferecimento de garantia da lei e da ordem e apoio logístico de materiais e pessoal pelas Forças Armadas para a realização das eleições, fruto de diversas reuniões de alinhamento entre representantes do Tribunal Superior Eleitoral e do Ministério da Defesa.

Ademais foram otimizados recursos para as contratações do Tribunal Superior Eleitoral, bem como se obteve economia nos processos licitatórios. Nesse contexto, os tribunais regionais eleitorais reduziram os valores executados para a contratação de diversas atividades inerentes à concretização do pleito, muitas delas resultado da atuação deste Tribunal Superior Eleitoral como orientador das diretrizes do sistema eleitoral. Foram previstas despesas da ordem de R\$403.713.321,00, no plano orçamentário Pleitos Eleitorais, para realização das eleições gerais do corrente exercício, contudo os tribunais economizaram e devolveram R\$25.123.211,00.

Em consequência das boas práticas citadas, foram fomentados cerca de R\$102.000.000,00 por meio de crédito suplementar para investimentos e custeio de atividades deste Tribunal Superior Eleitoral e de 15 tribunais regionais eleitorais, em que se destaca o incremento para aquisições de 8 mil *kits* biométricos – no valor de R\$33.000.000,00 – e a atualização e modernização do parque tecnológico da Justiça Eleitoral.

2.7.2.2. Pessoal e benefícios

Entre os meses de maio a dezembro de 2014, foram efetuados os procedimentos de distribuição/descentralização de crédito aos tribunais eleitorais, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais – Grupo Natureza de Despesa (GND) Pessoal e Encargos Sociais, relativos à segunda e terceira cotas de dotações previstas para 30.6 e 11.9.2014, respectivamente, para atendimento de despesas com serviço extraordinário necessário para viabilizar a realização das eleições gerais de 2014.

Foram também disponibilizadas duas cotas complementares, em 30.6 e 30.10.2014, decorrentes de ajustes nos valores autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014, Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e de apuração de saldos disponíveis na Unidade Setorial de Orçamento após a finalização do segundo turno, respectivamente. Assim, o valor distribuído no período foi de R\$210.713.643,00, do total disponibilizado no exercício de 2014 de R\$240.985.434,00.

Cabe ressaltar a atuação para adequação das concessões de pagamento de serviço extraordinário às dotações efetivamente disponibilizadas. Nesse sentido, foi observado, no âmbito da Justiça Eleitoral, uma economia de R\$13.400.000,00, recurso esse ofertado pelos tribunais regionais eleitorais para ser remanejado para as demais ações ordinárias de pessoal, com consequente otimização do uso dos recursos consignados a esta Justiça especializada e redução do custo da eleição de 2014.

Redução do custo da eleição de 2014

Órgão	Total disponibilizado	Total ofertado para remanejamento	Economia %
14.000 – JE	R\$240.985.434,00	R\$13.400.000,00	5,56%

2.7.3. Eleições suplementares**2.7.3.1. Outros custeios e capital**

Foram feitas análises e descentralizações de créditos orçamentários para realização de eleições suplementares em 14 municípios da Federação, no montante de R\$232.179,15.

2.7.3.2. Pessoal e encargos sociais

Em relação às despesas de pessoal, foram feitas análises e descentralizações de créditos orçamentários para realização de 30 eleições suplementares, distribuídas em 10 unidades da Federação (Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo).

Foi disponibilizado para atendimento de serviço extraordinário o valor global total de R\$769.264,82, sendo R\$308.593,30 de exercícios anteriores e R\$460.671,52 do ano corrente, entre os meses de maio a dezembro de 2014.

Solicitações de crédito – Eleições suplementares

Unidade orçamentária	Município	Valores autorizados – Maio a dezembro/2014 (R\$)		
		Pessoal e encargos sociais		Outros custeios e capital
		Exercícios anteriores	Do exercício	Do exercício
TRE/AL	Palestina	-	28.663,00	-
	Major Isidoro	-	38.233,00	24.596,00
TRE/ES	Água Doce do Norte	-	35.315,00	17.200,00
TRE/GO	Cabeceiras	-	31.029,00	-
	Bom Jesus de Goiás	-	10.000,00	8.479,00
	Nazário	8.674,04	-	-
	Flores de Goiás	27.136,94	-	-
	São Domingos	22.393,15	-	-
	Goiatuba	32.279,46	-	-
	Pires do Rio	13.127,02	-	-
TRE/MG	São Sebastião da Vargem Alegre	-	8.561,26	-
	Jampruca	-	18.095,00	4.675,00
	Ipiacu	-	14.905,00	4.325,00

Solicitações de crédito – Eleições suplementares (continuação)

Unidade orçamentária	Município	Valores autorizados – Maio a dezembro/2014 (R\$)		
		Pessoal e encargos sociais		Outros custeios e capital
		Exercícios anteriores	Do exercício	Do exercício
TRE/MG	Montezuma	26.475,71	-	-
	Água Boa	10.780,51	-	-
	Santana de Cataguazes	15.155,94	-	-
	Mathias Lobato	7.043,38	-	-
	Santa Helena de Minas	13.829,00	-	-
TRE/MS	Jardim	297,07	-	-
	Bela Vista	300,00	-	-
TRE/MT	Glória D'Oeste	19.485,30	-	-
TRE/PI	Simões	16.021,78	-	-
TRE/PR	Joaquim Távara	131,00	-	-
	Jundiá do Sul	-	-	3.243,76
	Inácio Martins	33.051,00	-	-
TRE/RN	Mossoró	-	10.567,00	7.307,39
	Ipanguaçu	-	37.764,00	6.160,00
	Caiçara do Rio do Vento	28.436,00	-	-
	Serra do Mel	33.976,00	-	-
TRE/RS	Jaguari	-	-	9.500,00
TRE/SP	Pirangi	-	33.092,00	-
	Bento de Abreu	-	19.535,66	3.102,00
	Indiana	-	23.502,91	5.003,00
	Jumirim	-	22.748,54	3.412,00
	Cajamar	-	2.934,93	33.592,00
	Americana	-	125.725,22	101.584,00
Total		308.593,30	460.671,52	232.179,15

2.7.4. Planejamento orçamentário da infraestrutura

2.7.4.1. Orientação sobre utilização de imóveis

Com a finalidade de nortear a ocupação imobiliária no âmbito da Justiça Eleitoral, foi elaborada orientação que trata dos modelos de ocupação a serem priorizados pelos tribunais eleitorais.

Por meio do Ofício-Circular nº 5.662/GAB-DG, de 24 de novembro de 2014, a Senhora Diretora-Geral encaminhou a orientação aos diretores-gerais dos tribunais regionais eleitorais para conhecimento e providências.

2.7.4.2. Mapeamento da infraestrutura imobiliária

Com o objetivo de mapear a infraestrutura imobiliária da Justiça Eleitoral e os seus custos inerentes, foi desenvolvida nova funcionalidade no Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro).

A nova funcionalidade, além de dar suporte à proposta orçamentária, permitirá mapear toda a infraestrutura imobiliária da Justiça Eleitoral e mensurar seu custo, constituindo-se em importante ferramenta para subsidiar a tomada de decisão no que se refere à alocação orçamentária.

2.7.4.3. Indicadores de obras

Com o objetivo de aprimorar o conhecimento acerca da execução de obras no âmbito da Justiça Eleitoral, foram desenvolvidos dois indicadores, quais sejam: *custo de construção de cartórios eleitorais* (R\$/m²) e *tempo de construção de cartórios eleitorais*.

Isso possibilita a análise comparativa das obras empreendidas pelos tribunais eleitorais e pode servir como instrumento para a tomada de decisão quanto à alocação orçamentária para obras.

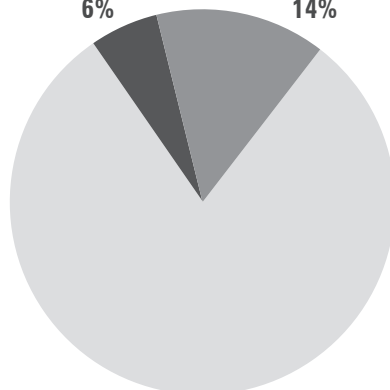
2.7.5. Orçamento 2014

De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014, cerca de R\$6 bilhões foram consignados à Justiça Eleitoral, conforme detalhamento a seguir:

Distribuição do Orçamento 2014

Total: R\$6.077.120.836,00

R\$364.335.253,00 6% R\$827.035.802,00 14%



R\$4.885.749.781,00
80%

■ Orçamento ordinário ■ Eleições ■ Fundo Partidário

2.7.6. Créditos adicionais

Durante a gestão do Ministro Dias Toffoli, foram realizadas quatro fases de crédito para viabilizar o remanejamento de dotações e a adequação do planejamento dos tribunais eleitorais, o que permitiu, dessa maneira, melhor aproveitamento dos créditos orçamentários. Ao todo foram publicadas nove portarias de crédito suplementar para atendimento das demandas de revisão orçamentária de diversos tribunais eleitorais, no montante de R\$121.072.855,00.

Créditos adicionais – Suplementações/cancelamentos

Descrição	Valor (R\$)	
	Suplementações	Cancelamentos
Julgamento de causas	86.184.855	33.672.535
Obras e aquisições	138.000	1.226.309
Biometria	33.000.000	-
Comunicação	1.750.000	177.130
Pleitos eleitorais	-	85.996.881
Total	121.072.855	121.072.855

Foi possível atender à necessidade de crédito apontada pelos tribunais eleitorais nas ações que envolvem despesas obrigatórias de benefícios, pensões indenizatórias, pessoal e encargos sociais, realizadas

nas fases de crédito previstas para os meses de setembro e novembro, além da fase de remanejamento finalizada no mês de dezembro corrente. Os créditos adicionais suplementares foram viabilizados e disponibilizados por meio de portaria do Tribunal Superior Eleitoral e por decreto do Poder Executivo.

Suplementações de crédito realizadas

Descrição	Qtde. de atos realizados		Valor total (R\$)
	Decretos	Portarias	
Pessoal e encargos sociais	1	3	346.985.195
Benefícios aos servidores e seus dependentes	1	2	9.875.372
Pensões decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais	1	-	1.200
Total	3	5	356.861.767

Foram feitas tratativas com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) que resultaram na viabilização e na disponibilização de recursos, no último mês de novembro, para o atendimento dos reajustes nos benefícios auxílio-alimentação e assistência pré-escolar, implementados no exercício de 2014.

O quadro a seguir demonstra a execução do orçamento 2014 até 13 de dezembro com os créditos adicionais.

LOA + Créditos 2014¹

Item	LOA + Créditos 2014 (R\$)	Empenhado (R\$)	% Empenhado/Dotação
Orçamento ordinário	5.064.087.467	4.688.762.250	92,6%
Pessoal ativo	2.928.297.948	2.883.647.087	98,5%
Pessoal inativo e pensionistas	709.409.784	697.655.241	98,3%
Benefícios ²	278.515.891	274.947.244	98,7%
Custeio administrativo ³	825.523.498	681.563.528	82,6%
Capacitação de servidores	16.671.551	16.061.795	96,3%
Obras e aquisições	129.605.436	41.523.308	32,0%
Comunicação	13.906.946	11.774.550	84,7%
Biometria	153.175.040	81.588.770	53,3%
Processo Judicial Eletrônico	8.981.373	727	0,0%
Eleições	770.002.758	716.542.651	93,1%
Eleições gerais	401.643.871	372.777.060	92,8%
Eleições suplementares	1.000.000	369.834	37,0%

LOA + Créditos 2014¹ (continuação)

Item	LOA + Créditos 2014 (R\$)	Empenhado (R\$)	% Empenhado/ Dotação
Pessoal	228.963.837	221.013.941	96,5%
Sistema de votação e apuração	138.395.050	122.381.817	88,4%
Fundo Partidário	371.955.594	371.955.594	100,0%
Total	6.206.045.819	5.777.260.495	93,1%

Notas:

¹ Valores extraídos do sistema Siafi em 13.12.2014.

² No total de benefícios, foi considerado o valor referente ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais.

³ No total de custeio administrativo, foram considerados os valores referentes a concurso público.

2.7.6.1. Contingenciamento

Em 21 de maio, foi divulgado, pelo Poder Executivo, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, relativo ao segundo bimestre de 2014. O limite de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) da Justiça Eleitoral permaneceu em R\$44.248.217. O valor total da Justiça Eleitoral permaneceu inalterado até o final do quinto bimestre, quando foi determinado descontingenciamento de R\$18.207.391,00, restando um montante bloqueado de R\$26.040.826,00. Esse total foi distribuído de forma que as unidades orçamentárias contemplassem suas principais necessidades, com comprometimento mínimo das despesas essenciais.

No Portal Transparência do TSE é publicado bimestralmente demonstrativo atualizado do contingenciamento da Justiça Eleitoral, em cumprimento ao art. 51, § 11, da Lei nº 12.919, de 26 de dezembro de 2013 (LDO 2014).

2.7.6.2. Receitas

Para os exercícios de 2014 e 2015, foram previstas arrecadações para a realização de concursos públicos nos tribunais eleitorais e o recolhimento de multas previstas no Código Eleitoral e nas leis conexas. De acordo com a Portaria-SOF nº 17, de 26 de fevereiro de 2014, os valores foram lançados e assim foram totalizados:

Receitas lançadas

Receitas	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Concursos públicos	17.244.732	33.058.971
Fundo Partidário	56.168.520	56.284.220
Total	73.413.252	89.343.191

2.7.6.3. Fundo Partidário

Foi apurada a arrecadação das multas eleitorais no ano de 2014 do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) para posterior distribuição aos partidos políticos.

Atualizou-se a projeção de arrecadação do Fundo Partidário com a finalidade de fixação da despesa para o exercício de 2015 em reunião com a SOF/MP.

Até o mês de novembro, foi liberado o montante de R\$340.977.033,15 para o Fundo Partidário, sendo R\$58.460.772,00 referentes a multas previstas no Código Eleitoral e nas leis conexas, e R\$282.516.261,15 a recursos ordinários do Tesouro. Cabe informar que a diferença entre o montante efetivamente arrecadado e a projeção realizada, no valor de R\$2.176.552, será solicitada à Secretaria de Orçamento Federal/MP durante a primeira etapa de alterações orçamentárias do exercício de 2015, por meio de crédito suplementar.

2.7.6.4. Consultas

Procedeu-se ao acompanhamento e à análise de pedidos diversos de liberação de recursos financeiros, com a elaboração de 371 formulários para pagamento das despesas de exercícios anteriores e do serviço extraordinário das eleições suplementares e do prestado fora do período eleitoral.

Além disso, foram encaminhadas consultas à Assessoria Jurídica (Asjur/TSE) e orientações aos tribunais eleitorais para dirimir questionamentos apresentados relativos a honorário advocatício, adicional de penosidade aos servidores, ônus de sucumbência e banco de horas.

2.7.6.5 Programação financeira

Dos recursos programados, houve a liberação de R\$4.073.418.787,38, destes, R\$7.090.493,19 foram originados por meio de emendas parlamentares individuais. Os recursos se destinaram a atender despesas com pessoal, outros custeios, investimentos e inversões financeiras da Justiça Eleitoral, no período de maio a dezembro de 2014.

2.7.6.6 Indicadores de desempenho orçamentário

Considera-se ideal um desempenho de 70% para a aderência ao planejamento (execução orçamentária em alinhamento com o planejado na proposta). No exercício de 2014, a Justiça Eleitoral superou esse índice com o percentual de 71,8%.

As perdas orçamentárias refletem o percentual do orçamento autorizado não empenhado ao fim do exercício. Para o orçamento global, as perdas orçamentárias foram de apenas 1,6% do total autorizado, ou seja, a execução orçamentária atingiu 98,4%.

2.7.7. Gestão fiscal

Para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foram elaborados e publicados o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do TSE e o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral. Além disso, com a finalidade de padronizar os relatórios de gestão fiscal da Justiça Eleitoral relativos ao primeiro e ao segundo quadrimestres de 2014, foram elaborados os demonstrativos da despesa com pessoal e enviados aos 27 regionais para análise e publicação.

Também foi realizada a avaliação das despesas com pessoal do exercício corrente e dos exercícios anteriores, bem como dos restos a pagar do TSE e dos TREs, sem o sub-repasse dos valores pendentes de autorização.

2.7.8. Gestão contábil

Com relação à gestão contábil, foram realizadas as seguintes atividades:

- Acompanhamento do bloqueio e desbloqueio dos restos a pagar inscritos em 2012 de toda a Justiça Eleitoral.
- Atesto de consistência das demonstrações contábeis do TSE, do Fundo Partidário e da Justiça Eleitoral, por meio do registro mensal da conformidade contábil no Siafi, referente ao ano de 2014.
- Ajustes no TSE, TRE/CE, TRE/RN, TRE/BA e TRE/PR referentes à baixa de recursos diferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- Emissão mensal de parecer contábil sobre os relatórios de almoxarifado e de bens do TSE inventariados em 2014.
- Elaboração de orientação sobre os procedimentos contábeis e financeiros para o encerramento do exercício de 2014.
- Atendimento a aproximadamente 700 questionamentos contábeis do TSE e dos TREs, referentes à execução orçamentária e financeira.
- Compilação de material destinado aos usuários do Sistema Siafi, referente ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Promoção do Seminário Mudanças na Contabilidade Pública e o Novo Sistema do Tesouro, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional nas instalações do TSE, com a participação de 90 servidores do TSE e dos TREs.
- Orientação aos tribunais regionais sobre a celebração de convênios com a esfera estadual por ocasião do pleito eleitoral.

2.7.9. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2015

Após avaliação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLDO) – PLN nº 3/2014 –, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, foram encaminhadas nove propostas de emendas ao projeto de lei para defesa dos interesses da Justiça Eleitoral.

O Relatório Final do PLDO 2015 foi aprovado em 10.12.2014 em sessão extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), do Congresso Nacional. Das nove emendas apresentadas, quatro foram deferidas e mantiveram redações favoráveis à Justiça Eleitoral.

2.7.10. Proposta Orçamentária 2015

2.7.10.1. Outros custeios e capital

Planejamento/programação

De forma simplificada, o planejamento orçamentário visa à definição de prioridades e à distribuição racional dos recursos. Busca-se identificar e valorar as diversas iniciativas que serão objeto de gastos, especialmente aquelas que concorrem com as despesas regulares da estrutura administrativa da Justiça Eleitoral. Como ferramenta, utilizou-se o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro), *software* de abrangência nacional desenvolvido pelo TSE para captação das propostas das unidades orçamentárias.

Assim, foi realizada a análise e consolidação das propostas orçamentárias para 2015 dos tribunais regionais eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.

Reuniões da proposta

Como instrumento auxiliar na busca da integração entre as unidades e no aperfeiçoamento do ciclo orçamentário, foram realizadas reuniões com representantes dos tribunais eleitorais, nos dias 22, 27 e 29 de maio de 2014, para compreensão das principais demandas e para definição das prioridades.

No primeiro dia, participaram os representantes dos tribunais regionais eleitorais de Goiás, do Distrito Federal e das regiões Sul e Sudeste. No segundo dia, compareceram os representantes dos TREs da Região Nordeste e, no terceiro dia, os da Região Norte e dos TREs de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tal formato enriqueceu as discussões em decorrência do agrupamento regional de participantes, inclusive com o debate de temas específicos que abarcam vários tribunais, com o compartilhamento de ideias e melhores práticas.

Negociação – Reunião SOF/MP

A estratégia utilizada pela Justiça Eleitoral na solicitação de recursos para 2015 baseou-se na priorização de projetos como a Biometria, bem como na aquisição de urnas eletrônicas e na manutenção dos contratos administrativos. Além do encaminhamento das informações em meio eletrônico, a equipe técnica da unidade setorial esteve presente na Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), em 3 de junho de 2014, a fim de discutir o conteúdo da proposta orçamentária da Justiça Eleitoral.

Divulgação dos limites

Em 27 de junho de 2014, a Secretaria de Orçamento Federal divulgou, por meio do Ofício-SOF/MP nº 3, os referenciais monetários para elaboração da proposta orçamentária de 2015 da Justiça Eleitoral.

O valor inicialmente comunicado, na avaliação da unidade setorial de orçamento, não foi suficiente para atender à previsão de reajustes dos contratos, suas ampliações, novos projetos – principalmente obras – e continuação do cadastramento biométrico em 2015.

Nesse sentido, houve nova negociação com a SOF/MP para ampliação de limites, em reunião no dia 2 de julho de 2014. Como resultado, foi obtida expansão dos referenciais monetários para 2015.

A proposta orçamentária para 2015 foi finalizada com acréscimo monetário de 17,8% com relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2014. Tal elevação poderá permitir a ampliação dos investimentos com a aquisição de *kits* biométricos e urnas eletrônicas, bem como a continuidade da modernização do parque tecnológico da Justiça Eleitoral.

Ressalta-se que foi alocado na Proposta 2015 o maior referencial monetário entre todos os exercícios para a ampliação do cadastramento biométrico de eleitores, no montante de R\$150 milhões, em razão do alinhamento entre a unidade setorial de orçamento do TSE e a Secretaria de Orçamento Federal/MP.

Pessoal e benefícios

Realização das atividades relativas à Proposta Orçamentária (PO) para 2015, referente às despesas obrigatórias, no período de 13.5 a 25.8.2014:

- Análise, elaboração e consolidação de contestação dos pré-limites e dos limites da JE para as despesas relativas a pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e pensões indenizatórias encaminhados pela SOF/MP para composição da PO 2015, conforme critérios definidos nos arts. 72 e 85 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2015.
- Elaboração da estrutura e projeção dos impactos orçamentários para composição da PO 2015, relativos a: provimentos de cargos e funções vagas; implementação da última

parcela das leis nº 12.771 e nº 12.774/2012, que tratam dos reajustes de magistrados e servidores, respectivamente; impacto da progressão funcional de servidores; eleições suplementares e eventuais plebiscitos e referendos que venham a ocorrer em 2015; PL nº 319/2007, que trata da concessão do percentual de 5% aos técnicos judiciários que tenham diploma de graduação; substitutivo ao PL nº 6.613/2009, proposto pelo Supremo Tribunal Federal, o qual trata do reajuste remuneratório dos servidores do Poder Judiciário da União; PL nº 7.027/2013, que trata da criação e transformação de cargos e funções para novas zonas eleitorais em funcionamento após a edição da Lei nº 10.842/2004; PL nº 5.426/2013, que trata da criação de cargos comissionados; PL nº 6.218/2013, que trata da proposta de reajuste do subsídio da magistratura da União.

- Análise, projeção e atualização de impactos decorrentes das seguintes propostas, que, à época da elaboração da proposta, tramitavam como anteprojetos de lei no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, de interesse desta Justiça especializada para composição da PO 2015: criação de cargos (efetivos e comissionados) e funções para o TSE (PL nº 7.889/2014); criação de cargos para a JE na área de Tecnologia da Informação (PL nº 7.990/2014); criação da Gratificação Eleitoral (Grael) (PL nº 7.904/2014).

Valores autorizados para despesas obrigatórias – PLOA/2015

Órgão	Valores autorizados para despesas obrigatórias – PLOA/2015 (R\$)					
	Pessoal e encargos sociais ¹	Benefícios	Pensões indenizatórias	Pleitos/pessoal	Anexo V	Total
14.000 – JE	3.853.811.020,00	293.119.188,00	44.807,00	12.831.320,00	65.118.681,00	4.224.925.016,00

Nota:

¹ Foram incluídos os valores para atendimento da terceira e última parcela da implementação das leis nº 12.771 e nº 12.774/2012, que tratam do reajuste dos magistrados e servidores, respectivamente.

2.7.11. Sistemas desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

2.7.11.1. Sigepro – Módulo Outros Custeios e Capital

Em 2014, iniciaram-se os estudos para a implementação do módulo Gerenciamento de Imóveis da Justiça Eleitoral na base do Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro). O módulo permitirá o cadastro de toda a estrutura imobiliária em uso pela Justiça Eleitoral, com as informações cadastrais mais importantes e os custos anuais de manutenção, por imóvel. Sua implementação estará disponível em janeiro de 2015 para a Justiça Eleitoral.

A partir do módulo Gerenciamento de Imóveis, iniciou-se o sistema de custos, uma vez que a Justiça Eleitoral necessita de um sistema que contemple o gerenciamento de custos, com vistas a atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.7.11.2. Sigepro – Módulo Pessoal

Atualmente são utilizadas diversas planilhas Excel para controlar todo o orçamento da Justiça Eleitoral referente a pessoal, benefícios e passivos. Essas planilhas são atualizadas pelos regionais e enviadas para a SOF por *e-mail*, o que gera uma morosidade na análise das informações, bem como um problema de confiabilidade de dados em virtude da tecnologia utilizada. O desenvolvimento do sistema Sigepro – Pessoal vem solucionar essa questão.

Em novembro de 2014, foram definidos os seus requisitos iniciais, e a primeira fase de homologação está prevista para o mês de janeiro de 2015. Para tanto, será adquirida, pelo TSE, uma solução *Excel-like*. A previsão é que a Proposta Orçamentária 2016 já seja realizada parcialmente na aplicação, a partir de abril de 2015.

2.7.12. Transparência e sistemas do governo federal

No que se refere a habilitação, cadastramento e liberação de senhas para usuários e cadastradores regionais do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) (ComprasNet, pregão eletrônico), foram efetuados, nesse período, 159 atendimentos aos usuários do TSE e 86 atendimentos aos cadastradores dos tribunais regionais.

Para atendimento ao disposto no Anexo II da Resolução-CNJ nº 102/2009, que trata da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, foram realizadas captações de dados por meio do Siafi Gerencial. Tais informações compõem a transparência do Portal TSE.

2.8. Secretaria de Tecnologia da Informação

2.8.1. Introdução

Este relatório consolida as principais ações realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) no período de maio a dezembro de 2014, na gestão do Ministro Dias Tofoli.

As informações necessárias à confecção deste documento foram extraídas das bases de dados de acompanhamento:

- do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), biênio 2013/14;
- do Programa Eleições Informatizadas 2014;
- do Programa Múltiplas Eleições;
- das aquisições e contratações da STI;
- dos sistemas sustentados pela STI.

2.8.2. Principais números

2.8.2.1. Informações do cadastro de eleitores

A seguir, estão relacionados os dados sobre o cadastro de eleitores extraídos dos bancos de dados:

- quantidade de eleitores com biometria coletada – 24.160.877;
- justificativas processadas para o primeiro turno (5.10.2014) – 8.931.686;
- justificativas processadas para o segundo turno (26.10.2014) – 9.581.556;
- quantidade de eleitores aptos no Brasil – 142.385.034;
- quantidade de eleitores aptos no exterior – 353.465;
- quantidade de eleitores de voto em trânsito no primeiro turno 2014 – 84.349;
- quantidade de eleitores de voto em trânsito no segundo turno 2014 – 79.452;
- quantidade de RAEs processados após reabertura do cadastro – 979.062;
- quantidade de municípios com eleitores – 5.738;
- quantidade de zonas com eleitores – 3.033;
- quantidade de local de votação com eleitores – 96.199;
- quantidade de biometrias de eleitores processadas em 2014 – 4.936.453.

2.8.2.2. Processos e documentos (SADP)

Os dados relacionados a processos e documentos foram os seguintes:

- Quantidade de processos e documentos registrados no SADP: 23.712:
 - * 12.236 documentos;
 - * 2.646 recursos;
 - * 5.564 processos judiciários;
 - * 1.260 procedimentos administrativos; e
 - * 2.006 processos da corregedoria.

- Quantidade de tramitações registradas no SADP:
 - * 150.659 recebimentos e/ou envios;
 - * 662.964 andamentos registrados no total.
- Quantidade de chamados atendidos pela equipe, conforme registro do Service Desk: 1.725 chamados concluídos no período de 30.5.2014 a 9.12.2014.

2.8.2.3. Aquisições de urnas e suprimentos para as Eleições 2014

A tabela a seguir reflete as aquisições para as Eleições 2014:

Aquisições – Eleições 2014

Unidade federativa	Baterias	Memória de resultado	Flash	Envelope TE	Envelope embalagem	Embalagem	Driver de flashcard	Bobinas		Urnas 2013
								60 metros	80 metros	
AC	300	782	114	-	200	50	-	2.901	-	-
AL	2.500	4.031	1.150	-	464	-	55	7.497	-	2.412
AM	550	2.564	2.074	-	340	335	20	-	-	240
AP	250	1.051	169	-	882	-	15	-	-	682
BA	6.051	13.612	3.718	-	3.139	882	25	-	40.907	1.400
CE	5.500	5.699	1.508	-	2.520	-	61	-	20.896	720
DF	-	7.630	694	-	6.936	-	10	-	754	6.936
ES	3.900	4.065	1.619	-	600	-	94	-	-	600
GO	2.050	3.825	1.048	-	477	-	130	1.791	-	477
MA	1.000	813	945	-	576	-	111	-	20.801	576
MG	4.000	1.818	3.268	-	1.652	6.000	270	-	57.658	1.652
MS	4.857	593	400	-	539	375	8	2.265	-	539
MT	2.060	300	2.028	-	272	-	40	7.870	-	272
PA	-	14.923	6.858	-	4.608	850	53	-	14.453	608
PB	2.000	2.168	34	-	334	240	150	135	-	334
PE	2.877	5.963	2.973	-	649	199	105	-	14.395	649
PI	-	825	245	-	995	330	69	-	10.420	295
PR	3.000	11.910	1.755	-	2.050	-	61	-	30.854	2.050

Aquisições – Eleições 2014 (continuação)

Unidade federativa	Baterias	Memória de resultado	Flash	Envelope TE	Envelope embalagem	Embalagem	Driver de flashcard	Bobinas		Urmas 2013
								60 metros	80 metros	
RJ	6.976	3.603	7.381	-	11.112	4.981	548	-	37.979	1.050
RN	-	3.168	1.153	-	243	-	166	-	-	243
RO	2.316	1.083	85	-	850	1.788	13	3.868	-	850
RR	200	44	208	-	40	180	-	897	-	40
RS	1.862	2.464	2.508	-	971	500	173	-	24.289	971
SC	2.700	2.109	2.156	-	553	4.000	125	-	-	553
SE	1.900	2.451	60	-	600	200	-	227	-	2.225
SP	15.382	25.384	6.155	-	23.042	2.000	319	-	78.054	3.042
TO	-	158	395	-	193	485	19	5.166	-	143
TSE	7.100	638	465	500	4.647	-	60	-	40.000	583
Total	79.331	123.674	51.166	500	69.484	23.395	2.700	32.617	391.460	30.142

2.8.2.4. Prestação de contas

Os dados referentes à prestação de contas são os relacionados nas tabelas seguintes:

Quantitativo de comitês financeiros de campanha registrados na Justiça Eleitoral

Comitês por unidade federativa					
AC	22	MA	18	RJ	9
AL	6	MG	13	RN	11
AM	16	MS	6	RO	5
AP	12	MT	7	RR	9
BA	8	PA	12	RS	11
CE	17	PB	3	SC	3
DF	13	PE	5	SE	15
ES	9	PI	4	SP	22
GO	23	PR	17	TO	7
Brasil: 12 comitês			Total: 315 comitês		

Quantitativo de CNPJs de campanha atribuídos

UF	Não atribuídos	Atribuídos	Total
Acre	0	639	639
Alagoas	8	479	487
Amapá	4	559	563
Amazonas	4	771	775
Bahia	11	1.066	1.077
Brasil	0	36	36
Ceará	0	891	891
Distrito Federal	4	1.213	1217
Espírito Santo	0	802	802
Goiás	9	1.076	1.085
Maranhão	13	901	914
Mato Grosso	4	488	492
Mato Grosso do Sul	0	607	607
Minas Gerais	8	1.954	1.962
Paraná	6	1.251	1.257
Paraíba	7	580	587
Pará	3	1.053	1.056
Pernambuco	9	755	764
Piauí	2	404	406
Rio de Janeiro	26	3.156	3.182
Rio Grande do Norte	1	413	414
Rio Grande do Sul	2	1.103	1.105
Rondônia	2	573	575
Roraima	3	543	546
Santa Catarina	1	677	678
Sergipe	0	318	318
São Paulo	14	3.675	3.689
Tocantins	2	381	383
Total	143	26.364	26.507

Quantitativo de doadores e fornecedores de campanha que prestaram informações voluntárias ou foram circularizados pela JE

Doadores e fornecedores de campanha por UF					
AC	45	MA	1	RJ	515
AL	83	MG	68	RN	2
AM	7	MS	6	RO	2
AP	-	MT	5	RR	2
BA	20	PA	16	RS	51
CE	2	PB	9	SC	37
DF	12	PE	96	SE	-
ES	176	PI	141	SP	3.410
GO	13	PR	25	TO	2
Total: 4.746					

**Quantitativo de extratos bancários de campanha
(extratos com movimentação financeira)**

Instituição financeira	Qtd. extratos
Banco Bradesco S.A.	1.249
Banco da Amazônia S.A.	70
Banco do Brasil S.A.	10.717
Banco do Estado de Sergipe S.A.	109
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	452
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	43
Banco Industrial e Comercial S.A.	1
Banco Mercantil do Brasil S.A.	5
Banco Santander (Brasil) S.A.	347
BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo	415
BRB – Banco de Brasília S.A.	377
Caixa Econômica Federal	4.919
HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	36
Itaú Unibanco S.A.	757
Total	19.497

Quantitativo de notas fiscais eletrônicas encaminhadas por fazendas estaduais e municipais

Notas fiscais eletrônicas por UF					
AC	1.476	MA	2.075	RJ	-
AL	1.034	MG	14.980	RN	1.520
AM	10	MS	2.817	RO	-
AP	-	MT	9.058	RR	1.098
BA	3.645	PA	1.340	RS	-
CE	-	PB	3.221	SC	9.649
DF	5.662	PE	-	SE	927
ES	5.095	PI	2.377	SP	30.319
GO	32	PR	17.304	TO	2.064
Total: 115.703					

- Quantitativo de prestações de contas entregues:
 - * Primeira parcial: 23.184
 - * Segunda parcial: 24.094
 - * Final: 26.073
- Recursos arrecadados por candidatos, partidos políticos e comitês financeiros, bem como valor total arrecadado em nível nacional (valores declarados nas prestações de contas):

Candidatos	
Presidente	641.162.256,87
Governador	1.024.445.821,43
Senador	271.710.744,07
Deputado federal	1.166.224.581,57
Deputado distrital	34.565.450,44
Deputado estadual	1.220.427.789,42
Total	4.358.536.643,81

Diretórios partidários	
Direção nacional	977.739.442,12
Direção estadual/distrital	970.885.821,77
Direção municipal	1.245.811,86
Total	1.949.871.075,75

Comitês financeiros	
Comitê Financeiro Único	301.438.647,64
Comitê financeiro distrital/estadual para senador da República	12.365.493,64
Comitê financeiro distrital/estadual para governador	124.559.900,94
Comitê financeiro distrital/estadual para deputado federal	2.567.981,00
Comitê financeiro distrital/estadual para deputado estadual	3.843.128,61
Comitê financeiro nacional para presidente da República	287.102.765,15
Comitê financeiro distrital/estadual para deputado distrital	649.275,00
Total	732.527.191,98

Total geral: R\$7.040.934.911,54

2.8.2.5. Totalização das eleições

Durante o primeiro turno, foram totalizados 428.894 boletins de urnas (BUs) em um período de 17 horas e 23 minutos; uma média de 411 BUs por minuto. A quantidade máxima de BUs processados simultaneamente em todo o país foi de 5.744 por minuto.

Durante o segundo turno, foram totalizados 428.894 BUs em um período de 9 horas e 12 minutos. Uma média de 776,98 BUs por minuto. A quantidade máxima de BUs processados simultaneamente em todo o país foi de 4.037 BUs por minuto.

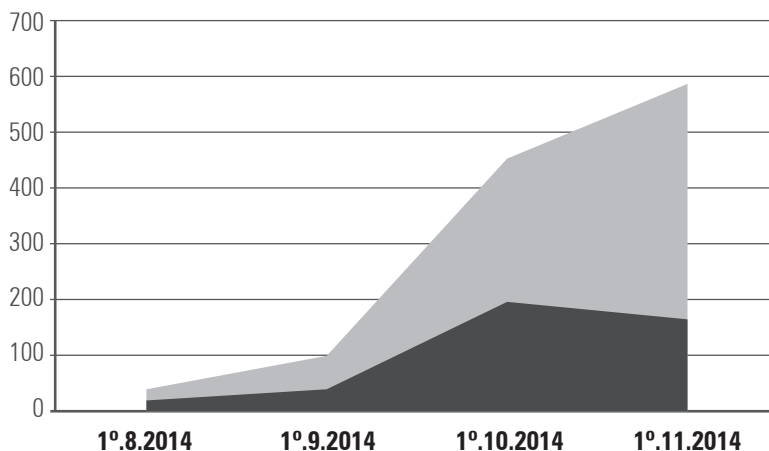
2.8.2.6. Acessos às páginas da Justiça Eleitoral por meio da rede de distribuição de conteúdos

O acesso às páginas da Justiça Eleitoral por meio da rede de distribuição de conteúdos foi medido nos seguintes termos:

Mês de referência para fins de faturamento	Início do período	Fim do período	Milhões de páginas visualizadas	Total acumulado
Julho	10.7.2014	9.8.2014	20,05	20,05
Agosto	10.8.2014	9.9.2014	40,23	60,28
Setembro	10.9.2014	9.10.2014	197,72	258
Outubro	10.10.2014	9.11.2014	166,22	424,22
Novembro	10.11.2014	9.12.2014	Ainda não consolidado*	

* Relatório gerado em 9.12.2014.

Rede de distribuição de conteúdos



	9.8.2014	9.9.2014	9.10.2014	9.11.2014
■ Total acumulado	20,05	60,28	258	424,22
■ Milhões de páginas visualizadas	20,05	40,23	197,72	166,22

2.8.2.7. Urnas utilizadas nas eleições de 2014

Os quantitativos das urnas para o primeiro e o segundo turno são os seguintes:

Situação das urnas	1º turno	2º turno
Urnas preparadas como urna de seção	402.408	402.407
Urnas preparadas como urna de contingência	58.876	58.369
Urnas preparadas como urna de justificativa	5.250	5.107
Urnas preparadas (seção, contingência e justificativa)	466.534	465.883
Urnas substituídas	5.275	3.480

2.8.2.8. Quantidade de eleitores habilitados com identificação biométrica /manual

Os índices relacionados aos eleitores com identificação biométrica são os seguintes:

Habilitação de eleitores por código	1º turno	2º turno
Eleitores habilitados por código	8,47%	6,61%
Eleitores não habilitados por código	91,53%	93,39%

2.8.2.9. Quantidade de *downloads* dos aplicativos móveis

A possibilidade de baixar os aplicativos de acompanhamento das eleições para aparelhos celulares e *tablets* gerou os seguintes dados:

Aplicativo	IOS	Android	Windows Phone	Total
Apuração Eleições 2014	528.000,00	1.242.313,00	-	1.770.313,00
Candidaturas	68.400,00	89.480,00	21.006,00	178.886,00
Onde votar ou justificar	47.300,00	101.345,00	-	148.645,00
Total	643.700,00	1.433.138,00	21.006,00	2.097.844,00

2.8.2.10. Sistemas desenvolvidos no escopo do Programa Eleições Informatizadas

A realização dos projetos e dos planos de ação responsáveis pelo desenvolvimento e pela evolução de 68 sistemas – que, integrados, formam o conjunto tecnológico das eleições informatizadas brasileiras – foi coordenada pelo Programa Eleições Informatizadas 2014. A tabela a seguir detalha os *softwares* e suas funções:

Ecosistema da Urna Eletrônica 2014	
Sistema	Função
ADH	Ajuste de data e hora na urna eletrônica.
ATUE	Testes para validar o funcionamento das urnas antes do dia da eleição.
DEV	<i>Drivers</i> de dispositivos para urna eletrônica.
ExtratorDigitais	Extração – da <i>flash</i> externa da urna para uma máquina <i>desktop</i> – de arquivos com informações das digitais colhidas durante a votação.
FBR	Realização de cópia, verificação, limpeza e restauração de cartões de memória.
GAP	Coordenação e gerenciamento da execução dos <i>softwares</i> de urna, para que ocorra de forma correta e na ordem prevista.

Ecossistema da Urna Eletrônica 2014	
Sistema	Função
Gedai-UE	Gerenciamento de dados, aplicativos e interface da urna eletrônica.
HotPlugUE	Identificação e associação de portas USB aos seus respectivos dispositivos.
HSF	Serviços de leitura e escrita de dados em cartões de memória e troca de cartões de memória sem necessidade de reinício (<i>boot</i>) da máquina.
InitJE	Inicialização da urna eletrônica.
LibConversorLog	Biblioteca de conversão de <i>log</i> .
LIBSGVF	Biblioteca de gerenciamento de arquivos de assinatura digital.
LIBZIP	Biblioteca de compressão de dados.
LOGD	Serviço de <i>log</i> .
RED	Extração dos arquivos de resultado da urna.
SA	Apuração de cédulas convencionais com a utilização da urna e regeneração de memórias de resultados, a partir de um boletim de urna.
SAVD	Atendimento às solicitações de verificação ou autenticação de assinaturas requisitadas por outros aplicativos.
SAVP	Apoio à votação paralela.
SCAUE	Inserção e autenticação dos certificados de segurança nas urnas com <i>hardware</i> de segurança.
SCUE	Preparação e instalação do sistema operacional, dos <i>softwares</i> e dos dados de eleição nas urnas.
Simulador de Votação	Simulação de votação.
SJE	Realização de justificativas eleitorais.
STE	Realização de teste exaustivo.
UEMINIX	Sistema de arquivos encriptados para urna eletrônica.
Visualizador de Log	Visualização de <i>log</i> das urnas em máquinas <i>desktop</i> .
Vota	Coleta e totalização dos votos de uma seção eleitoral.
VPP	Verificação pré e pós-eleição, de modo a possibilitar a auditoria em urnas.
WVfoto	Apresentação das informações de candidatos na urna, antes do dia da eleição, para validação.

Ecossistema da Urna Eletrônica 2014	
Sistema	Função
Configurador de Eleições 2014	
CFE	Cadastro de eleições que ocorrem em todo o país: eleições ordinárias, eleições suplementares e consultas populares.
PESQELE	
PesqEle-Aviso	Consulta aos avisos de registro de pesquisa.
PesqEle-Consulta	Consulta às pesquisas registradas.
PesqEle-Empresa	Cadastro de empresas e registro de pesquisas.
Sistemas da Totalização 2014	
Boletim de Urna na Web	Exibição, por meio de uma interface Web, do espelho do boletim de urna solicitado pelo usuário do sistema.
Configurador de Menu	Configuração das opções de menu dos sistemas Gerenciamento e Preparação.
Decifrador de Boletim de Urna	Validação dos boletins de urna durante os testes de segurança.
Divulga	Divulgação dos resultados das eleições através da Internet ou da intranet, detalhamento de resultados das totalizações por eleição, por abrangência e por candidato; apresentação do resultado de consultas populares e informação de dados de acompanhamento.
Divulgação na Web	Divulgação dos resultados das eleições; apresentação dos resultados das totalizações por eleição, por abrangência e por candidato; divulgação do resultado de consultas populares.
Gerenciamento	Administração do processo de totalização; tratamento de pendência de boletim de urna; retificação de tipo de urna; atualização de registro de candidaturas, de relatórios e de consultas.
Informação de Arquivos de Urna	Informação, para o sistema transportador, do estado de recebimento dos arquivos de urna pelos <i>softwares</i> RecArquivosUrna e RecBU.
Monitor de Filas	Monitoramento e controle da recepção de arquivos de urna pelo <i>software</i> RecArquivosUrna.
Preparação	Importação dos dados de cadastro e de candidaturas para o banco da totalização e controle de correspondência.
Receptor de Arquivos de Divulgação (RecArquivosDiv)	Recepção dos arquivos de divulgação enviados pelo sistema TransportadorDiv, geração de arquivos de divulgação no formato JSON e envio desses arquivos para um destino remoto.
Receptor de Arquivos de Urna (RecArquivosUrna)	Recebimento e processamento dos arquivos provenientes da urna eletrônica, gerando dados para totalização e para divulgação de resultados.

Ecossistema da Urna Eletrônica 2014	
Sistema	Função
Recebedor de Boletim de Urna (RecBU)	Processamento do boletim de urna após recebimento pelo <i>software</i> RecArquivosUrna.
Receptor da Divulgação	<i>Download</i> dos arquivos de divulgação.
Simulador de Eleições	Geração de boletins de urna em ambiente simulado para testes dos sistemas de totalização.
Totalizador	Processamento dos votos oriundos dos boletins de urna.
Transportador da Totalização	Transporte dos arquivos de urna para o sistema RecArquivosUrna e consulta da situação das transmissões.
Transportador da Divulgação	Geração e envio de arquivos de divulgação e para o sistema RecArquivosDiv.
WebArquivosUrna	Recuperação dos arquivos de urna processados na totalização.
CANPE 2014	
CAND	Sistema de Candidaturas.
CANDex	Módulo externo do Sistema de Candidaturas.
Divulga CAND	Divulgação de candidaturas.
HE	Gestão do horário eleitoral.
SPCE 2014	
RACE/RACEP	Requerimento de abertura de conta eleitoral.
SRE	Requisição de recibos eleitorais.
SRCFx	Registro de comitês financeiros de campanha eleitoral.
SRRCF	Recepção de requerimento de registro de comitês financeiros de campanha eleitoral.
CNPJ	Atribuição de CNPJ de campanha eleitoral.
CNPJ Web	Consulta à situação de atribuição de CNPJ de campanha eleitoral.
Web Services RFB	Consulta à situação cadastral de CPFs e CNPJs.
SPCE Cadastro	Cadastro de prestações de contas.
SPCE Relatórios	Consulta a relatórios de prestações de contas.
SPCE Envio	Envio de prestações de contas.
JET	Transporte de arquivos dentro da Justiça Eleitoral (JE) ou entre entidades externas e a JE.
NFE	Geração de notas fiscais eletrônicas.
ELO	
ELO	Apoio aos cartórios eleitorais, nas atividades de atendimento ao eleitor; e aos TREs, nos procedimentos relativos ao cadastro eleitoral.

Ecossistema da Urna Eletrônica 2014	
Sistema	Função
InterCAD	
InterCAD	Integração de dados do cadastro de eleitores com os demais sistemas da Coordenadoria de Sistemas Eleitorais que apoiam o processo eleitoral.

2.8.2.11. Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP)

No período de 1º.5.2014 a 5.12.2014, o SGIP teve:

- 15.643 anotações processadas pela Justiça Eleitoral (recebidas, migradas/validadas ou indeferidas);
- 5.137 órgãos partidários (deliberados pelo partido e anotados junto à Justiça Eleitoral);
- 39.833 membros distintos de órgãos partidários (deliberados pelo partido e anotados junto à Justiça Eleitoral).

2.8.2.12. Processamento biométrico 2014

Total de registros	24.004.311
Percentual até o momento	100%
Quantidade de sucesso	23.998.683
Média por dia	412.486
Hora atual	17h50m43s
Tempo de processamento	58 dias 4h20m7s

2.8.2.13. Quantitativo de incidentes concluídos na STI em 2014

Os incidentes ocorridos no período foram os seguintes:

	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Totais	4.156	3.362	6.306	6.070	5.803	4.911	3.632	649

Período: maio a dezembro/2014.

Total de incidentes concluídos: 34.889.

2.8.2.14. Geração de arquivos para a Receita Federal e impressão de título

A seguir está a geração dos arquivos contendo dados do Cadastro Nacional de Eleitores a serem disponibilizados à Receita Federal e demandas para impressão de títulos eleitorais por parte dos TREs, no período de 1º.5.2014 a 5.12.2014.

Receita Federal

Data da geração do arquivo – TSE	Disponibilizado em
14.10.2014	17.10.2014
30.11.2014	2.12.2014

Impressão de títulos eleitorais

Local	Quantidade de títulos impressos	Data da ocorrência
BA	6.409	3.12.2014
Exterior	1.232	20.8.2014
MT	144	23.7.2014
PI	62	27.6.2014
MG	26	10.7.2014
BA	202	3.7.2014
MG	57	1º.7.2014
MG	963	27.6.2014
MG	117	27.6.2014
MG	81	16.6.2014
Exterior	12.486	16.6.2014
Exterior	4.407	6.6.2014
Exterior	5.896	30.5.2014
Exterior	2.277	20.5.2014
Exterior	1.582	13.5.2014
Exterior	1.612	6.5.2014
Total: 37.553 títulos impressos		

Pleitos suplementares

UF	Município	Qtd. de cadernos	Qtd. de páginas	Data da decisão sobre a realização do pleito	Data do pleito
AL	Major Isidoro	78	1.833	Res. nº 15.514/2014 TRE/AL 23.7.2014	31.8.2014
ES	Água Doce do Norte	43	1.398	Res. nº 1.045/2014 TRE/ES 22.10.2014	7.12.2014
GO	Bom Jesus de Goiás	84	2.164	Res. nº 233/2014 TRE/GO 1º.12.2014	7.12.2014
MG	Jampruca	23	557	Res. nº 979/2014 TRE/MG 14.8.2014	7.12.2014
MG	Ipiacu	19	496	Res. nº 982/2014 TRE/MG 27.8.2014	7.12.2014
PR	Jundiá do Sul	13	358	Res. nº 689/2014 TRE/PR 21.10.2014	7.12.2014
RN	Ipangaçu	53	1.453	Res. nº 005/2014 TRE/RN 8.4.2014	1º.6.2014
RS	Jaguari	55	1.396	Res. nº 257/2014 TRE/RS 25.10.2014	7.12.2014
SC	Benedito Novo	41	1.078	Res. nº 7.908/2014 TRE/SC 25.3.2014	1º.6.2014
SP	Jumirim	13	324	Res. nº 327/2014 TRE/SP 28.10.2014	7.12.2014
SP	Bento de Abreu	13	310	Res. nº 324/2014 TRE/SP 28.10.2014	7.12.2014
SP	Indiana	27	620	Res. nº 326/2014 TRE/SP 28.10.2014	7.12.2014
SP	Americana	892	23.496	Res. nº 323/2014 TRE/SP 28.10.2014	7.12.2014
SP	Cajamar	299	7.489	Res. nº 325/2014 TRE/SP 28.10.2014	7.12.2014
Total	1.653	42.972			

2.8.3. Aquisições e contratações**2.8.3.1. Relação de aquisições e contratações geridas pela Assessoria de Planejamento da STI (Asplan)****Serviço de apoio ao planejamento**

Substituição do Contrato-CTIS nº 12/2009.

Descrição: Contratação de serviços de apoio ao planejamento e serviços de apoio à fiscalização pelo modelo Hora de Serviço Técnico (HST). Visa substituir parte do atual Contrato nº 12/2009.

Status: Em andamento.

Serviço de apoio ao controle

Substituição do Contrato-CTIS nº 12/2009.

Descrição: Contratação de serviços de apoio ao planejamento e serviços de apoio à fiscalização pelo modelo Hora de Serviço Técnico (HST). Visa substituir parte do atual Contrato nº 12/2009.

Status: Em andamento.

Serviço de sustentação de *software* – Substituição do Contrato-CTIS nº 12/2009

Substituição do Contrato-CTIS nº 12/2009.

Descrição: Contratação de serviços de sustentação de *software* pelo modelo Hora de Serviço Técnico (HST). Visa substituir parte do atual Contrato nº 12/2009, firmado com a empresa CTIS.

Status: A licitação foi homologada. A CTIS sagrou-se vencedora do certame.

Adesão à ata de registro MCTI – Fábrica de *software* (Indra)

Contrato-TSE nº 30/2013

Descrição: Contratação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação, compreendendo modelagem de negócio e licitação de requisitos, análise, projeto, codificação, teste e implantação de sistemas de informação, manutenção corretiva, perfectiva e adaptativa, documentação de sistemas de informação legados, no modelo de fábrica de *software*, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais.

Status: Contrato vigente.

2.8.3.2. Relação de aquisições e contratações geridas pela Coordenadoria de Infraestrutura (Coinf)

Serviços de suporte à infraestrutura de TI (Contrato-CTIS nº 8/2009)

Substituição do Contrato-CTIS nº 8/2009.

Descrição: Contratação de serviços de infraestrutura pelo modelo Hora de Serviço Técnico (HST). Visa substituir o Contrato nº 12/2009, firmado com a empresa CTIS.

Status: Aguardando a assinatura do contrato. A CTIS sagrou-se vencedora do certame por apresentar a melhor proposta.

Folhas de votação para as Eleições 2014

Contrato-TSE nº 59/2014

Valor: R\$7.849.930,00.

Descrição: Contratação de gráfica para impressão, montagem e distribuição dos cadernos de votação para primeiro e segundo turnos das eleições gerais de 2014. Consiste no volume de 750 mil cadernos de folhas de votação a serem distribuídos em 25 mil caixas. Totalizam 180 toneladas de papel.

Status: Insumos entregues conforme planejado.

SMSat 2014

Contrato-TSE nº 45/2014

Valor: R\$8.463.608,40.

Descrição: O SMSat – Serviço de Comunicação Móvel Via Satélite – consiste na locação de pequenas antenas de comunicação via satélite (com peso menor que 2kg) para que boletins de urna possam ser transmitidos a partir de aldeias indígenas e pequenas localidades que não possuem nenhuma infraestrutura de telecomunicações.

Status: Serviços prestados conforme planejado.

Equipamentos servidores

Contrato-TSE nº 29/2014

Valor: R\$3.037.531,99.

Descrição: Aquisição, distribuição e instalação de equipamentos servidores destinados a hospedar todos os sistemas das eleições gerais de 2014 do TSE e dos TREs, dentre eles: Horário Eleitoral, Sistema de Candidaturas, Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, Sistema de Preparação e Gerenciamento de Eleições e Sistema de Totalização. Devido a tais equipamentos terem garantia de quatro anos, também servirão para realizar as eleições municipais de 2016.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Sistemas operacionais para equipamentos servidores

Contrato-TSE nº 44/2014

Valor: R\$487.998,00.

Descrição: Subscrição de licenças do sistema operacional Linux Red Hat para funcionamento dos equipamentos servidores que irão hospedar os sistemas eleitorais.

Status: Licenças em uso.

Rede de distribuição de conteúdos

Contrato nº 54/2014

Valor: R\$6.413.200,00.

Descrição: Consiste em serviços de replicação do *site* do TSE para mais de 1.300 equipamentos servidores no Brasil e 150 mil no mundo. Por meio desse serviço são distribuídas informações de candidaturas, prestações de contas e totalização das eleições.

A utilização da rede de distribuição de conteúdos permite que o *site* do TSE suporte qualquer crescimento de demanda de acesso sem que haja prejuízo para o processamento e fornecimento de informações. No primeiro turno das eleições gerais de 2014, o *site* do TSE teve, em um período de cinco horas, mais de 190 milhões de acessos.

Status: Serviços prestados conforme planejado.

Fibras ópticas

Aditivo ao Contrato-TSE nº 54/2009

Valor: R\$292.528,71.

Descrição: Consiste na contratação de fibras ópticas dedicadas à interconexão do TSE com as emissoras que distribuem a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. A propaganda eleitoral para o cargo de presidente é transmitida ao vivo, a partir do TSE. Para que essa transmissão ocorra, faz-se necessária a interconexão do TSE com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que distribui o sinal de rádio, e com a Embratel, que distribui o sinal de TV.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Monitores para o Centro de Divulgação das Eleições

Contrato-TSE nº 65/2014

Valor: R\$49.385,00.

Descrição: Consiste na aquisição de 119 monitores de computador para compor o ambiente do Centro de Divulgação das Eleições (CDE), implantado no terceiro andar do Edifício-Sede do TSE.

Devido à utilização de dois monitores em alguns computadores, o TSE possuía microcomputadores para alocar no CDE, porém não possuía monitores adequados.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Notebooks

Contrato-TSE nº 69/2014

Valor: R\$1.665.986,00.

Descrição: Os 889 *notebooks* adquiridos serão utilizados primordialmente para apoiar o processo de cadastramento biométrico de eleitores após as eleições. Destinam-se a substituir equipamentos que não mais possuem condições de uso. No entanto, foi demonstrada vantagem na antecipação de sua aquisição, visto que a mobilidade de tais equipamentos permitirá aos TREs maior agilidade na transmissão de arquivos de urnas eletrônicas.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Cabeamento para o Centro de Divulgação das Eleições

Contrato-TSE nº 65/2014

Valor: R\$49.385,00.

Descrição: Consiste na aquisição de serviço de cabeamento para o Centro de Divulgação das Eleições a ser implantado no 3º andar do Edifício-Sede do TSE.

Status: Efetivada.

Aquisição de impressoras para biometria

Descrição: Consiste na aquisição de impressoras *laser* e matricial para dar suporte ao cadastramento biométrico do eleitor.

Status: Em fase final de aquisição.

Aquisição de notebooks

Descrição: Consiste na aquisição de 1.811 *notebooks* para dar suporte ao cadastramento biométrico do eleitor.

Status: Contrato assinado.

Aquisição de equipamento de videoconferência para JE

Descrição: Consiste na aquisição de equipamentos de videoconferência para toda a Justiça Eleitoral.

Status: Foi enviado ofício ao órgão gestor da ata de registro de preços (ARP) para formalizar a autorização da participação na ata de registro de preço da UFRN.

Aquisição de microcomputadores

Descrição: Consiste na aquisição de microcomputadores para dar suporte ao cadastramento biométrico do eleitor.

Status: Efetivada.

Contratação de solução de auditoria para rede de computadores

Descrição: Consiste na contratação de solução de auditoria para rede de computadores do TSE.

Status: Não concluída.

Aquisição de licenças Windows Server 2012

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças do Microsoft Windows Server 2012 para os servidores do TSE.

Status: Edital publicado.

ARP – Aquisição de storage

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de *storage* para o TSE.

Status: Contrato assinado.

Aquisição de equipamentos firewalls

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos *firewalls* para o TSE.

Status: Edital em fase de publicação.

Aquisição de solução de *backup*

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de *backup* para o TSE.

Status: Adequando o edital conforme sugestões contidas no Parecer nº 748/2014 da Asjur.

Suporte e atualização da solução Altiris

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para prestar serviço de suporte e atualização de ferramenta de gerenciamento de serviços de componentes de infraestrutura de TI (Altiris).

Status: Contrato assinado.

Aquisição de equipamentos de rede sem fio para o TSE

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de rede sem fio para rede *wireless* na sede do TSE. Inclui instalação e configuração, bem como garantia técnica de 48 meses.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Aquisição de microcomputadores para a STI

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de *workstations* de alto desempenho (estações de trabalho para editoração gráfica e desenvolvimento de *softwares*) para a STI/TSE.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Registro de preços para aquisição de projetores e *hardwares*

Valor: R\$3.486.000,00.

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de 30 leitores de código de barras a *laser* de mão (tipo pistola), 100 pentes/módulos de memórias para *notebooks* de 4GB, 200 pentes/módulos de memórias para microcomputador de 4GB, 20 discos rígidos SATA de 2TB, 20 discos rígidos externos, 20 projetores de vídeo multimídia e 20 unidades leitoras/gravadoras de Blu-Ray SATA, em conformidade com as especificações e condições especificadas no termo de referência.

Status: Licitação em fase de adjudicação.

Contratação de serviço de manutenção do DataDomain

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para serviço de manutenção e de suporte técnico especializado para as ferramentas (*hardware* e *software*) denominadas *produto/solução*, que compõem a solução de cópias de segurança (*backup*) referentes ao Módulo Gerenciador Appliance de Backup (EMC) Data Domain DD690 SATA.

Status: Serviços prestados conforme planejado.

Manutenção de ativos de rede do CPD (*switches* do TSE)

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento Switch Core tipos 1 e 2, módulos de expansão, *switch* topo de *rack* tipos 1 e 2, *switch* de acesso, *hardware* de controle de acesso físico à rede, interface para interconexão de servidores à rede, cabos de interconexão de servidores e serviços de instalação e suporte avançado (lote 1), *racks* para ativos e manobra, acessórios para composição de rede, equipamento para testes e certificação de cabos, serviços de instalação e manutenção (lote 2) serviço de manutenção e de suporte técnico especializado para as ferramentas (*hardware* e *software*) denominadas *produto/solução*, que compõem a solução de cópias de segurança (*backup*) referentes ao Módulo Gerenciador Appliance de Backup (EMC) Data Domain DD690 SATA.

Status: Em andamento.

Antivírus de *software* *antispam*

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e atualização de sistema de bloqueio de mensagens indesejadas.

Status: Serviços prestados conforme planejado.

Impressoras para o TSE

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de impressoras, com prestação de serviço de assistência técnica *on-site*, incluindo peças, testes e configuração, em conformidade com as especificações e condições especificadas no termo de referência.

Status: Equipamentos entregues conforme planejado.

Aquisição de solução de batimento biométrico

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de batimento biométrico.

Status: *Hardwares* e *softwares* entregues conforme planejado.

2.8.3.3. Relação de aquisições e contratações geridas pela Coordenadoria de Logística (Clogi)

Urnas eletrônicas

Contrato-TSE nº 141/2012

Valor: R\$38.806.619,32.

Descrição: Aquisição de urnas eletrônicas para suporte às eleições.

Status: Entregue em outubro de 2013.

Baterias

Contrato-TSE nº 30/2012

Valor: R\$3.505.636,89.

Descrição: Aquisição de urnas eletrônicas para suporte às eleições.

Status: Entregue em agosto de 2014.

Drivers de flashcard

Contrato-TSE nº 26/2014

Valor: R\$621.000,00.

Descrição: Aquisição de *drivers* de *flashcard* para as urnas eletrônicas.

Status: Entregue em abril de 2014.

Peças de reposição

Contrato-TSE nº 43/2014

Valor: R\$430.381,23.

Descrição: Aquisição de peças de reposição para urnas eletrônicas.

Status: Entregue em agosto de 2014.

Memória de resultado e *flashcard*

Contrato-TSE nº 27/2014

Valor: R\$5.824.888,03.

Descrição: Aquisição de memórias de resultados e *flashcard* para as urnas eletrônicas.

Status: Entregue em agosto de 2014.

Embalagem de urna

Contrato nº 28/2014

Valor: R\$674.945,75.

Status: Entregue em agosto de 2014.

Envelopes do terminal do eleitor

Contrato nº 53/2014

Status: Entregue em agosto de 2014.

Envelopes da embalagem da urna

Contrato-TSE nº 52/2014

Valor: R\$66.009,80.

Status: Entregue em setembro de 2014.

Bobinas

Contrato-TSE nº 59/2013

Valor: R\$2.333.080,00.

Status: Entregue em outubro de 2013.

Lacres

Contrato-TSE nº 11/2013

Valor: R\$6.044.267,16.

Descrição: Produção e distribuição de etiquetas de segurança, envelopes com lacre e lacres autoadesivos para as urnas.

Status: Entregue em julho de 2014.

Manutenção corretiva de urnas 2004/2006/2008 (Procomp)

Contrato-TSE nº 76/2010

Valor: R\$6.947.856,05.

Status: Contrato vigente.

Manutenção corretiva de urnas 2009/2010 (Procomp)

Contrato-TSE nº 40/2014

Valor: R\$15.182.296,54.

Status: Contrato vigente.

Manutenção preventiva (Perto S.A.)

Contrato-TSE nº 87/2013

Valor: R\$9.294.100,25.

Status: Contrato vigente.

Triagem e restauração de LCDs (Facti)

Contrato-TSE nº 61/2014

Valor: R\$1.059.199,00.

Status: Contrato vigente.

Registro de preços para aquisição de kits biométricos

Valor: R\$67.000.000,00.

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de *kits* biométricos para dar suporte ao cadastramento biométrico do eleitor.

Status: A licitação foi homologada.

Registro de preços para aquisição de pads de assinatura

Descrição: Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de *pads* de captura de assinatura para dar suporte ao cadastramento biométrico do eleitor.

Status: Edital publicado no dia 9.12.2014. Abertura do pregão prevista para o dia 19.12 às 10h.

2.8.3.4. Relação de aquisições geridas pela Coordenadoria de Sistemas Corporativos (CSCOR)

Aquisição de iMacs para desenvolvimento Mobile (GTJEMobile)

Valor: R\$39.000,00.

Descrição: Aquisição de equipamento iMac para o desenvolvimento de aplicação Mobile (GTJE-Mobile).

Status: Licitação em fase homologação.

Programa Eleições Informatizadas 2014

As eleições de 2014 alcançaram os resultados esperados com sucesso, o que garantiu a transparência e o direito ao voto de toda a população brasileira.

Todo o segmento de tecnologia da informação envolvido com o processo eleitoral foi gerenciado por meio do Programa Eleições Informatizadas 2014, o qual foi executado dentro do escopo e do prazo previstos.

Todas as iniciativas vinculadas foram conduzidas de forma síncrona, perseguindo as metas e obedecendo às diretrizes definidas pelo programa. Essas iniciativas estão sendo encerradas juntamente com o programa, e as lições aprendidas foram cadastradas na base de conhecimento com o objetivo de melhorar continuamente o processo de eleições informatizadas.

2.9. Secretaria de Controle Interno e Auditoria

2.9.1. Introdução

As atividades dessa Secretaria, referentes aos meses de maio a dezembro do ano corrente, incluem:

- análise de atos de pessoal;
- exame prévio de procedimentos licitatórios;
- análise de execução de contratos vigentes;
- andamento de auditorias pretéritas;
- início de auditorias do Plano Anual de Auditoria 2014 (PAA);
- atendimento a demandas represadas de anos anteriores a 2013; e
- cumprimento de solicitações do Tribunal de Contas da União.

Resumidamente, durante os meses citados foram analisados 307 procedimentos administrativos, sendo emitidas 147 informações.

Encontram-se em andamento:

- auditoria de benefícios (PAA 2014);
- auditoria de controles internos do processo de contratação (PAA 2014);
- auditoria de contratos (PAA 2012);
- auditoria de governança de TI e força de trabalho (PAA 2012);
- auditoria da Gratificação de Atividade de Segurança (PAA 2012); e
- planejamento do Plano Anual de Auditoria 2015 (PAA 2015).

2.9.2. Planilha de atividades

Na tabela a seguir estão descritas as atividades e a situação de cada uma delas.

Período	Unidade	Atividade	Situação
Maio e junho	Seção de Auditoria (Seaud) e Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)	Auditoria na contratação de empresa para montagem, manutenção e desmontagem do Centro de Divulgação das Eleições 2010.	Em andamento
		Notícia-crime sobre possível irregularidade de contratação de empresa para o fornecimento de material de informática.	Em revisão
		Auditoria na Engetec.	Em andamento
		Auditoria em contratos do TSE.	Em revisão
		Auditoria de gestão.	Envio de memorando às áreas do TSE
		Aquisição de <i>software</i> para auditoria.	Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.	Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).	Em andamento
		Auditoria de conformidade – registro de preços para eventual aquisição de <i>software</i> para monitoramento de aplicações Java.	Em revisão
		PAA 2014 – Auditoria – Assistência à saúde.	Em andamento
		Documentação da auditoria – Mapeamento do processo de auditoria (1ª fase).	Concluída
		Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).	Concluída
		Análise – Fracionamento de despesas.	Concluída
Análise – Restos a pagar – Aplicação de penalidade.	Em revisão		
Julho	Seção de Auditoria (Seaud) e Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)	Auditoria na contratação de empresa para a montagem, manutenção e desmontagem do Centro de Divulgação das Eleições 2010.	Concluída
		Notícia-crime sobre possível irregularidade de contratação de empresa para o fornecimento de material de informática.	Concluída
		Auditoria na Engetec.	Em andamento
		Auditoria em contratos do TSE.	Em andamento
		Auditoria de gestão.	Em andamento

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Período	Unidade	Atividade	Situação
Julho	Seção de Auditoria (Seaud) e Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)	Aquisição de <i>software</i> para auditoria.	Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.	Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).	Em andamento
		Auditoria de conformidade – Registro de preços para eventual aquisição de <i>software</i> para monitoramento de aplicações Java.	Concluída
		PAA 2014 – Auditoria – Assistência à saúde.	Em andamento
		Documentação da auditoria – Mapeamento do processo de auditoria (1ª fase).	Concluída
		Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).	Concluída
		Análise – Fracionamento de despesas.	Concluída
		Análise – Restos a pagar – Aplicação de penalidade.	Em revisão
Agosto	Seção de Auditoria (Seaud) e Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)	Auditoria na contratação de empresa para montagem, manutenção e desmontagem do Centro de Divulgação das Eleições 2010.	Concluída
		Notícia-crime sobre possível irregularidade de contratação de empresa para o fornecimento de material de informática.	Concluída
		Auditoria na Engetec.	Em andamento
		Auditoria em contratos do TSE.	Em andamento
		Auditoria de gestão.	Em andamento
		Aquisição de <i>software</i> para auditoria.	Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.	Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).	Em andamento
		Auditoria de conformidade – Registro de preços para eventual aquisição de <i>software</i> para monitoramento de aplicações Java.	Concluída
		PAA 2014 – Auditoria – Assistência à saúde.	Em andamento
		Documentação da auditoria – Mapeamento do processo de auditoria (1ª fase).	Concluída
		Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).	Concluída
		Análise – Fracionamento de despesas.	Concluída
Análise – Restos a pagar – Aplicação de penalidade.	Em revisão		

Período	Unidade	Atividade	Situação
Setembro		Auditoria do contrato Engetec.	Sobrestado
		Auditoria em contratos do TSE.	Em andamento
		Auditoria de gestão.	Concluída
		Aquisição de <i>software</i> para auditoria.	Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.	Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).	Em andamento
		Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).	Concluída
		Acórdão-TCU nº 199/2011, que deu prazo para os tribunais regionais eleitorais de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Roraima encaminharem plano de ação ao TCU que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores requisitados que tiverem contrariado os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei nº 6.999/1982.	Acompanhamento
		Elaboração de questionário de governança do TCU.	Em andamento
Outubro	Seção de Auditoria (Seaud)	Auditoria do contrato Engetec.	sobrestado
		Auditoria em contratos do TSE.	Em andamento
		Aquisição de <i>software</i> para auditoria.	Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.	Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).	Revisão COAUD
		PAA 2014 – Auditoria – Assistência à saúde.	Em andamento
		PAA 2014 – Auditoria – Avaliação de controles internos no processo de contratação.	Iniciado planejamento
		Elaboração do Plano Anual de Auditoria 2015.	Em andamento
		Análise realizada na concessão de quintos à servidora de matrícula nº 30900362, haja vista incorreção no cômputo do período aquisitivo para a incorporação de 1/5 de FC-5.	Concluída em 13.10.2014
		Manifestação da Coaud sobre concessão de quintos/décimos (incorporação e atualização) do servidor Luis Carlos da Silva.	Concluída em 21.10.2014
		Manifestação da Coaud sobre concessão de quintos/décimos (incorporação e atualização) da servidora Ana Rosa Salles.	Concluída em 21.10.2014

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

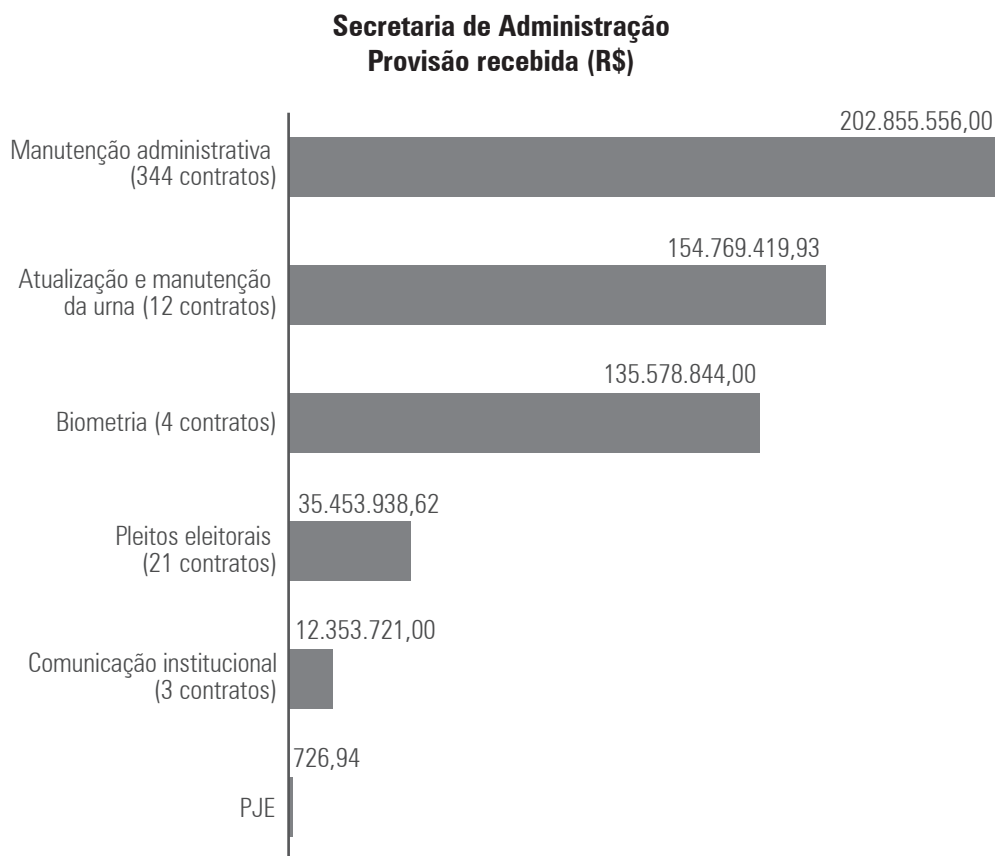
Período	Unidade	Atividade		Situação
Outubro	Seção de Auditoria (Seaud)	Manifestação da Coaud sobre concessão de quintos/décimos (incorporação e atualização) do servidor Apollws Beckman.		Concluída em 21.10.2014
		Manifestação da Coaud sobre concessão de quintos/décimos (incorporação e atualização) do servidor Eron Júnior Vieira Pessoa.		Revisão SCI
		Acórdão-TCU nº 199/2011, que deu prazo para os tribunais regionais eleitorais de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Roraima encaminharem plano de ação ao TCU que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores requisitados que tiverem contrariado os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei nº 6.999/1982.		Acompanhamento
		Elaboração de questionário de governança TCU.		Concluída em 29.10.2014
Novembro	Coordenadoria de Auditoria (Coaud)	Revisão de informações ou relatórios.	Elaboração do Plano Anual 2015.	Em andamento
			Relatório de gestão Fiscal.	Em andamento
			Pedido de providências – nomeação TRE/RJ.	Em andamento
	Seção de Auditoria (Seaud)	Auditoria do contrato Engetec.		Sobrestada
		Auditoria em contratos do TSE.		Concluindo
		Aquisição de <i>software</i> para auditoria.		Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.		Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).		Revisão Coaud
		PAA 2014 – Auditoria – Assistência à saúde.		Fase de execução
		Manifestação da Coaud sobre concessão de quintos/décimos (incorporação e atualização) do servidor Eron Júnior Vieira Pessoa.		Concluída
Aviso-Seses-TCU-Plenário nº 1166– para conhecimento – Acórdão nº 3024/2014 – Plenário – Pregão Eletrônico-TSE nº 30/2014.		Arquivada		

Período	Unidade	Atividade		Situação
Novembro	Seção de Auditoria (Seaud)	Acórdão-TCU nº 199/2011, que deu prazo para os tribunais regionais eleitorais de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Roraima encaminharem plano de ação ao TCU que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores requisitados que tiverem contrariado os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei nº 6.999/1982.		Acompanhamento
	Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)	PAA 2014 – Auditoria – Avaliação de controles internos no processo de contratação.		Concluindo o planejamento
Dezembro	Coordenadoria de Auditoria (Coaud)	Revisão de informações ou relatórios.	Elaboração de Plano Anual 2015.	Em andamento
			Relatório de Gestão Fiscal	Em andamento
			Pedido de providências – nomeação TRE/RJ.	Em andamento
	Seção de Auditoria (Seaud)	Auditoria do contrato Engetec.		Sobrestada
		Aquisição de <i>software</i> para auditoria.		Em estudo
		Auditoria de governança de TI e força de trabalho.		Em andamento
		Auditoria na Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).		Revisão Coaud
		PAA 2014 – Auditoria – Assistência à saúde.		Fase de execução
		Acórdão-TCU 199/2011, que deu prazo para os tribunais regionais eleitorais de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Roraima encaminharem plano de ação ao TCU que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores requisitados que tiverem contrariado os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei nº 6.999/1982.		Acompanhamento
	Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)	PAA 2014 – Auditoria – Avaliação de controles internos no processo de contratação.		Concluindo o planejamento

2.10. Secretaria de Administração

2.10.1. Introdução

Para a consecução dos projetos sob a condução do TSE, os quais compreendem aquisições e serviços relacionados a Eleições 2014, comunicação institucional, implementação do sistema de biometria, manutenção e atualização do parque de urnas, implantação do PJE, bem como manutenção administrativa, foram provisionados à Secretaria de Administração, no exercício de 2014, o montante de R\$541.012.206, distribuídos conforme gráfico abaixo:



Considerando os valores de pessoal e encargos (R\$203.706.957,00), auxílio-funeral e natalidade (R\$221.066,00), assistência médica (R\$9.184.776,00), capacitação de servidores (R\$1.250.000,00), bem como os benefícios referentes a transporte (R\$7.100,00), alimentação (R\$7.126.800,00) e pré-escolar (R\$1.335.256,00), o valor total alcança o montante de R\$763.844.162,00.

2.10.2. Eleições 2014

Os atos preparatórios para as Eleições 2014 envolveram a contratação de 48 objetos, dos quais 22 foram contratados até 13.5.2014, e 26 no período de 14.5.2014 a 26.9.2014.

As contratações concluídas foram provenientes de 31 licitações e originaram 66 contratos e/ou notas de empenho, 2 termos aditivos, 1 termo de compromisso, 32 atas de registro de preços e 6 contratações diretas.

2.10.3. Gabinete da Secretaria de Administração

Compete ao Gabinete da Secretaria o tratamento de todos os documentos remetidos à Secretaria, o que requer a triagem e a elaboração de ofícios, informações, memorandos e despachos devidamente instruídos a partir de jurisprudências, leis e normativos, com vistas à tomada de decisões, deliberações ou providências administrativas.

Nesse contexto, são enviados em média 502 documentos/mês ao gabinete da Secretaria, considerando-se, para tanto, a entrada de protocolos nos meses de setembro a novembro.

Dentre as competências do Gabinete, registre-se, ainda, a análise de aplicação de penalidades, cujo volume atual é de 140 processos relacionados a multas provenientes de inadimplência por parte das empresas contratadas pelo TSE.

Nessa instância, os processos são analisados para a adoção das medidas cabíveis, envolvendo o exame de defesa prévia e os recursos, bem como a instrução, para posterior posicionamento da autoridade competente.

De acordo com os registros, foi apreciado, no período de maio a dezembro, o total de 100 processos de aplicação de penalidade, dos quais 53 foram concluídos e arquivados.

Por fim, constam das atividades do Gabinete a elaboração da proposta orçamentária anual do TSE, o planejamento e o acompanhamento da execução dos procedimentos de contratação, a realização dos créditos adicionais, o preparo de reuniões setoriais da Secretaria de Administração da Justiça Eleitoral, a condução dos procedimentos de avaliação das eleições, bem como a coordenação, consolidação e elaboração do Relatório de Gestão encaminhado anualmente ao TCU.

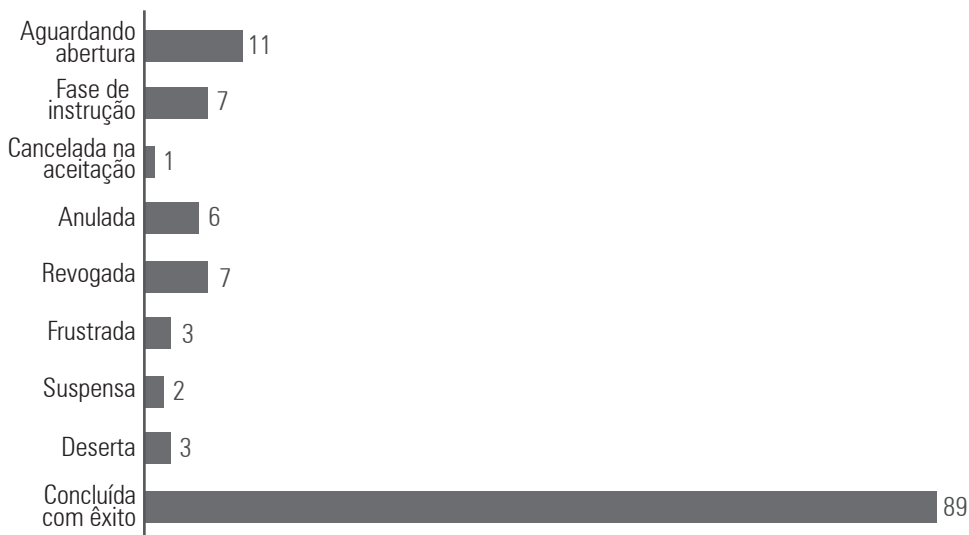
2.10.4. Comissão Permanente de Licitação

Nesse exercício, foram realizadas 111 licitações, dentre as quais 95 efetuadas no período de 13.5.2014 a 17.12.2014.

Encontram-se na fase de instrução ou aguardando abertura 7 e 11 procedimentos, respectivamente.

As atividades da Comissão Permanente de Licitação de janeiro a dezembro podem ser retratadas conforme o gráfico a seguir:

Licitações



Dentre as principais licitações realizadas com êxito, destaquem-se as referentes aos serviços e às aquisições a seguir relacionadas, observadas a relevância e abrangência dos objetos:

- comunicação de dados (*backbone* principal);
- aquisição de 154 equipamentos servidores;
- confecção, embalagens e distribuição do *Código Eleitoral anotado e legislação complementar*;
- aquisição de títulos eleitorais;
- prestação de serviços de manutenção de solução de cópias de segurança (*backups*);
- serviços de comunicação de dados (SMSat);
- baterias de chumbo para as urnas;
- embalagens de urnas;
- envelopes plásticos para as urnas eletrônicas;
- serviço antivírus;

- reposição de peças para urnas;
- manutenção corretiva de urnas;
- sistema IAFS (sistema de batimento biométrico);
- unidades de serviços técnicos (USTs) – Substituição do contrato CTIS;
- cadernos de folha de votação;
- *notebooks*;
- triagem e restauração de LCDs;
- ampliação do sistema de climatização do espaço a ser ocupado pelo Centro de Divulgação;
- auditoria externa;
- aquisição de *kits* biométricos.

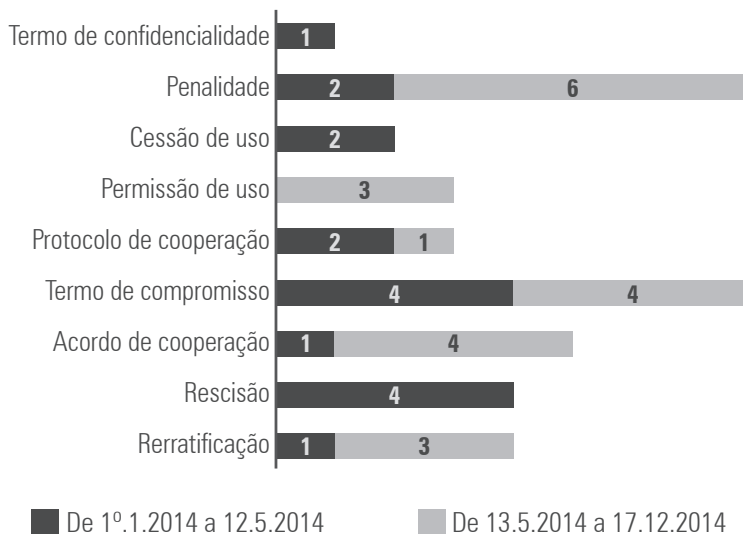
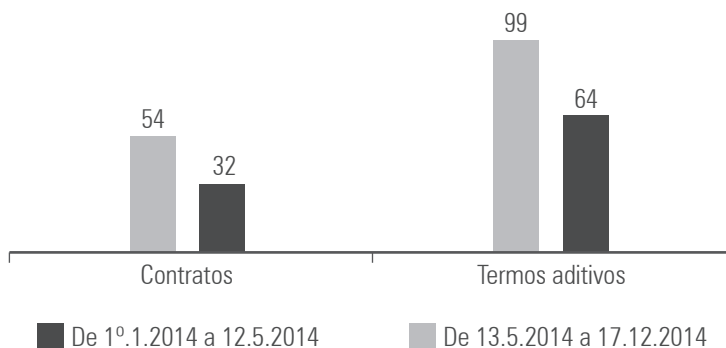
2.10.5. Coordenadoria de Material e Patrimônio

2.10.5.1. Seção de Contratos (Secont)

No exercício de 2014, foram firmados 287 ajustes, sendo 86 contratos, 163 termos aditivos, 4 rerratificações, 4 rescisões, 5 acordos de cooperação, 8 termos de compromisso, 3 protocolos de cooperação, 3 permissões de uso e 2 cessões de uso, 1 termo de confidencialidade e 8 publicações de penalidade.

Com a finalidade de demonstrar o quantitativo de ajustes efetuados na atual gestão, observe-se a representação gráfica a seguir, na qual a cor escura representa a quantidade realizada no período de 1º.1.2014 a 12.5.2014; e a cor clara, a quantidade realizada no período de 13.5.2014 a 17.12.2014, observado o tipo de instrumento.

**Quantidade
 (contratos e aditivos)**

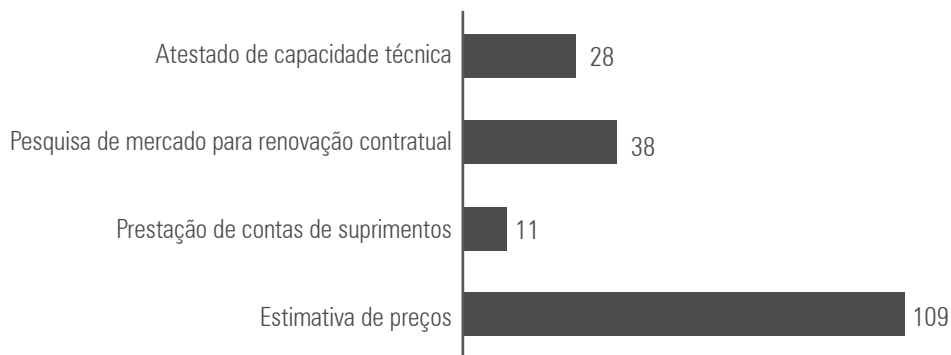


Com ênfase nos serviços produzidos na atual gestão, ou seja, no período referente ao último quadrimestre, ressaltem-se as demais atividades desenvolvidas pelas unidades técnicas subordinadas à Coordenadoria de Material e Patrimônio, conforme os próximos gráficos.

2.10.5.2. Seção de Análise de Compras (Secom)

Período de 13.5.2014 a 18.12.2014

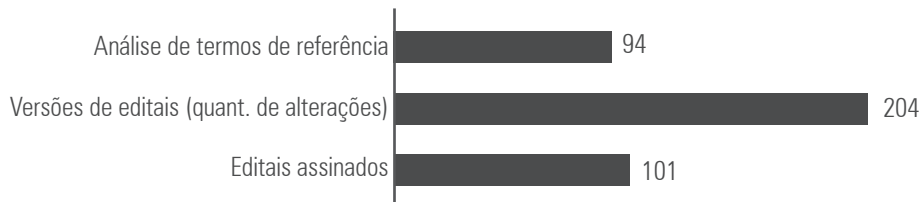
Processos



2.10.5.3. Seção de Elaboração de Editais (Seedi)

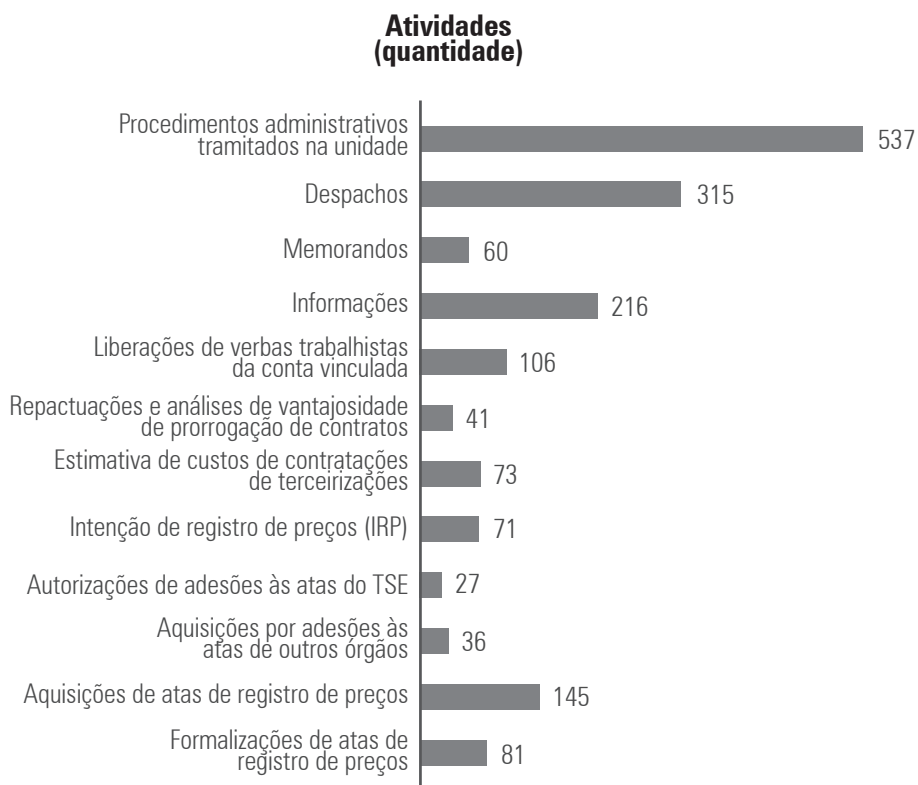
Período de 13.5.2014 a 18.12.2014

Editais e análise de termo



2.10.5.4. Seção de Controle de Custos e Gestão de Atas de Preços (SECGA)

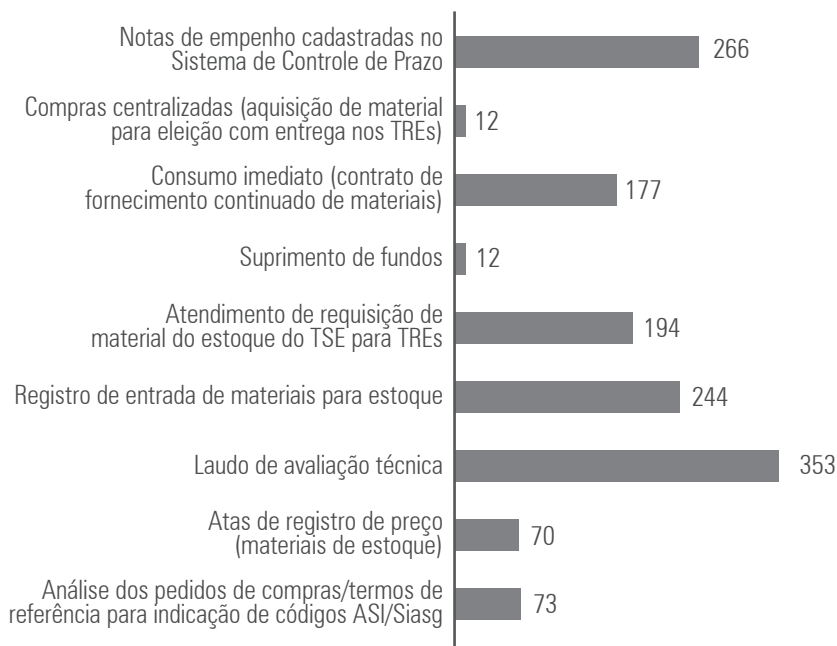
Período de 13.5.2014 a 18.12.2014



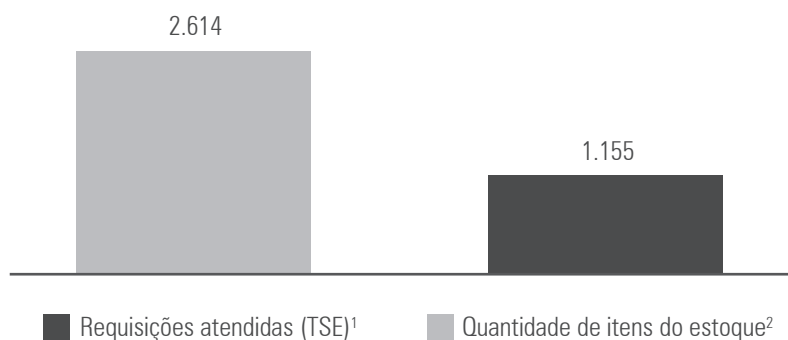
2.10.5.5. Seção de Almoxarifado (Almox)

Período de 1º.1.2014 a 18.12.2014

Atividades (quantidade)



Requisições de material e controle de estoque



Notas:

¹ As requisições atendidas referem-se ao período de 1º.1.2014 a 18.12.2014.

² O quantitativo de itens em estoque refere-se à data de 30.11.2014 e totaliza o valor de R\$8.395.247,18.

2.10.6. Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

No período de 13.5 a 17.12.2014, a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura atendeu a 4.338 ordens de serviços, sendo elas relacionadas a demandas na rede elétrica e na rede hidrossanitária, a serviços de pintura e marcenaria, 186 atinentes ao atendimento do sistema de climatização e 72 relativas à intervenção nos elevadores.

Nesse período, foram elaborados 29 termos de referência a fim de adquirir ou contratar os serviços relacionados a seguir:

- carpete;
- ar-condicionado;
- materiais elétricos;
- material para pias e tanques;
- equipamentos e materiais de marcenaria;
- material de serralheria;
- material hidráulico;
- material de esgoto a vácuo;
- serviços de ancoragem;
- aquecedor de água;
- mobiliários;
- piso elevado (sala de apresentação e multiuso no subsolo);
- cabine de banho;
- moldura para foto oficial da Corte.

Constam sob a gestão e fiscalização da Coordenadoria, atualmente, 61 contratos e 5 atas de registro de preços, relacionados a contratação de serviços de natureza contínua e não contínua, serviços em garantia, aquisição de material e mobiliário.

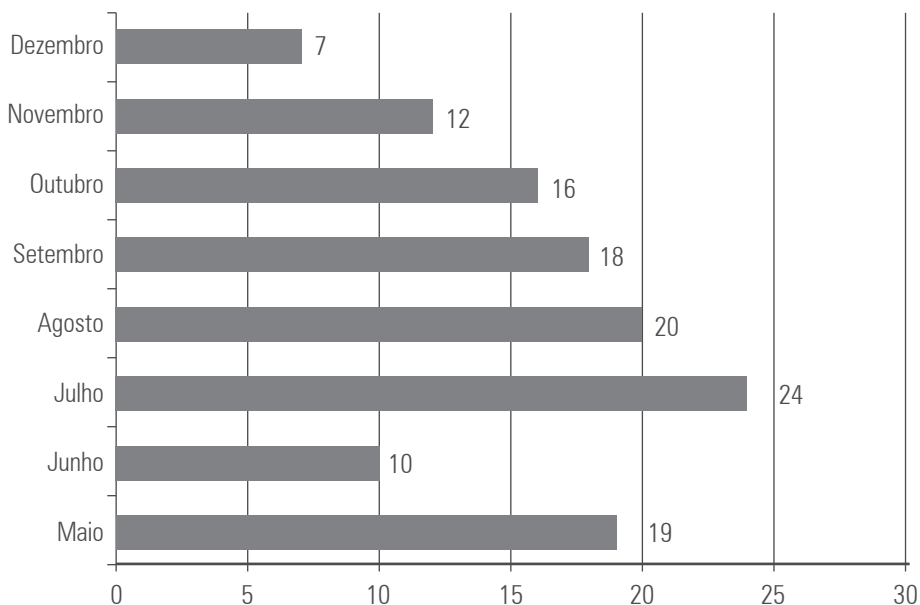
Observadas a abrangência e a relevância, destaquem-se as seguintes atividades realizadas no período:

- adequação das tomadas na Presidência;
- colocação do piso na sala multiuso (subsolo);

- levantamento do laudo técnico do restaurante;
- instalação da sala *pool* de mídias (quarto andar);
- implementação de plano de manutenção preventiva;
- acompanhamento dos procedimentos para instalação do Centro de Divulgação, inclusive relacionados à climatização;
- análise/ajuste de mais de 30 propostas de alterações de leiautes relativos ao sistema de climatização;
- análise, projeto e execução da ampliação das instalações elétricas do depósito de urnas para suportar o aumento de urnas em teste/carregamento simultâneo;
- fiscalização, suporte e acompanhamento nos serviços de ancoragem;
- manutenção em barramentos blindados;
- revisão da iluminação em todas as instalações do TSE;
- análise do projeto de reserva técnica do Museu – arquivo deslizante;
- projeto de ampliação das instalações elétricas da Sala de Testes de Urnas da STI;
- instalação de solução técnica para cronometragem regressiva das sustentações orais dos advogados;
- vistoria das instalações do restaurante com elaboração de relatório e correção de problemas para a entrada da nova contratada;
- remanejamento dos equipamentos de controle de ponto biométrico dos *halls* principal e auxiliar do prédio anexo, para adequação do leiaute existente;
- reavaliação e ajuste da programação automática de horários de iluminação das áreas comuns das edificações do TSE, com vistas à redução do consumo de energia;
- iluminação temática das cúpulas nos meses de setembro, outubro e novembro;
- análise de falha recorrente no circuito 7 de iluminação do nono andar, Ala Azul, com ajuste dos circuitos elétricos envolvidos.

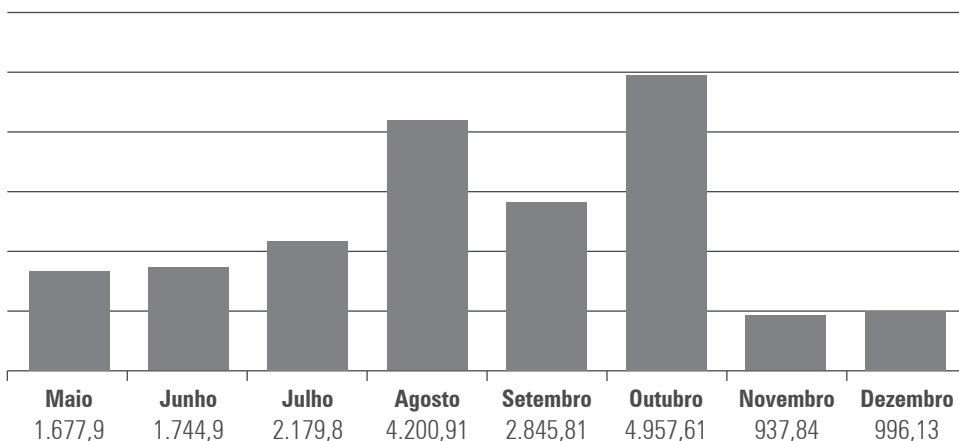
Em atendimento às demandas provenientes das unidades, foram realizados 126 projetos de leiaute, os quais incluem reformas e reposicionamento de mobiliários, conforme discriminação dos serviços constantes do Anexo II e do gráfico do quantitativo/mês a seguir:

Alteração de leiaute



Em relação ao porte das alterações/reformas, registrem-se as seguintes metragens:

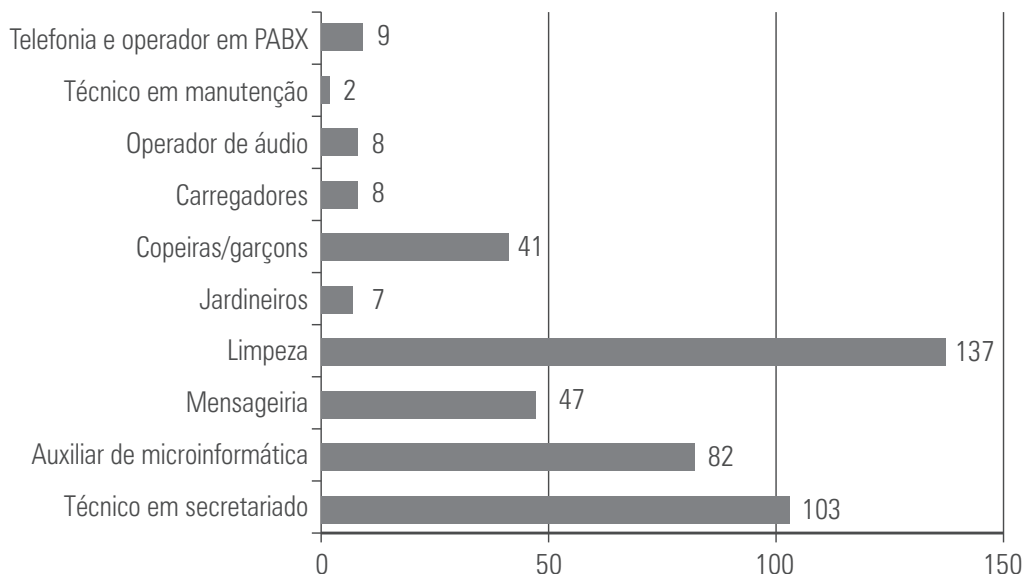
Alterações em metros quadrados (m²)



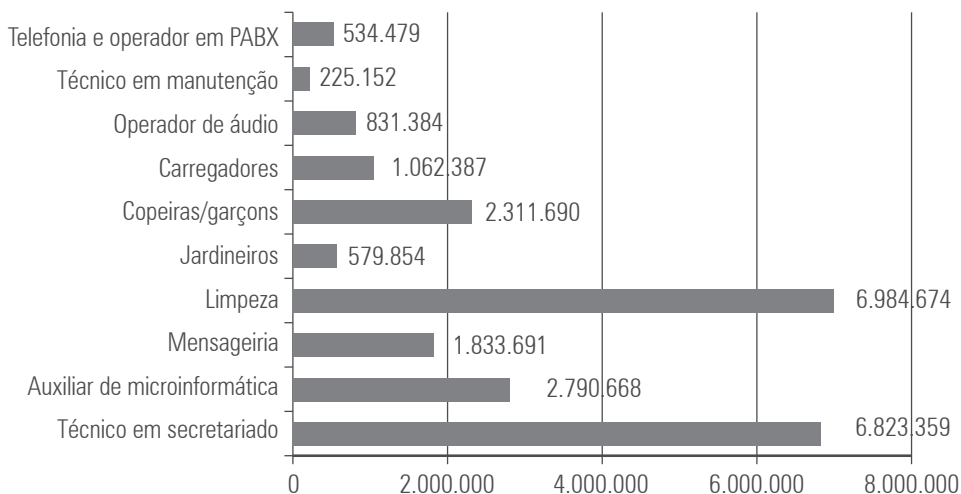
2.10.7. Coordenadoria de Serviços Gerais

A Coordenadoria de Serviços Gerais realiza o gerenciamento dos serviços de áudio, vídeo e telefonia e de conservação de serviços gerais, os quais envolvem a fiscalização de 11 contratos de prestação de serviços, contemplando 444 postos de trabalho relacionados a serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação, jardinagem, copeiragem, carregadores, operadores de áudio, técnico em manutenção e telefonia, que somados representam o montante de R\$23.977.342,59.

Quantidade de postos de trabalho por contrato

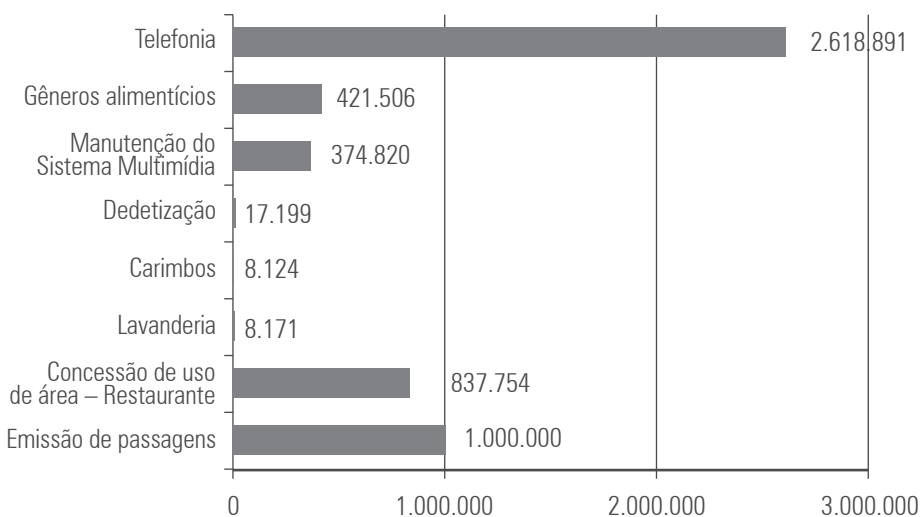


Valor anual (R\$)



Além dos serviços anteriormente mencionados, estão sob a fiscalização dessa Coordenadoria 18 contratos relativos a fornecimento e emissão de passagens aéreas (1), concessão de uso de área física, equipamentos e instalações para exploração de serviços de restaurante e lanchonete (1), lavanderia (1), confecção de carimbos (1), dedetização (1), manutenção do sistema multimídia (1), gêneros alimentícios (7) e telefonia móvel, fixa, central telefônica (5), cuja soma importa no valor total de R\$5.286.468,00.

Valor anual (R\$)

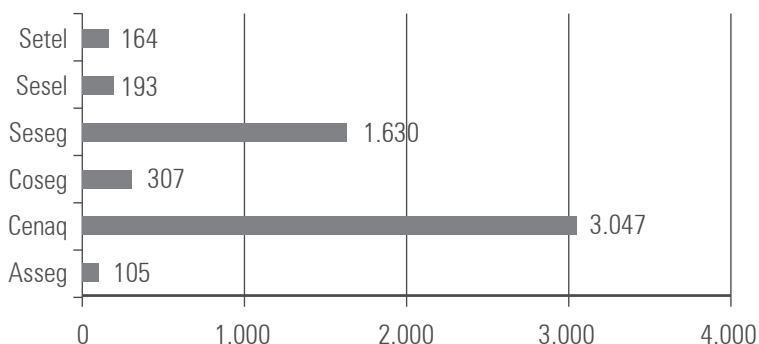


2.10.7.1. Gabinete

No ano de 2014 foram abertas 5.446 ordens de serviço direcionadas às seguintes áreas e nas proporções abaixo:

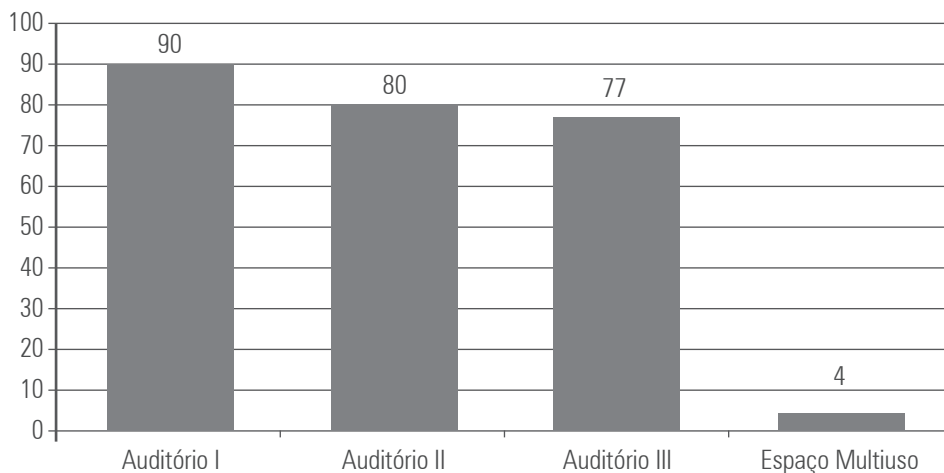
Central de Atendimento Coseg – Aberturas de ordens de serviço

Ordens de serviço por unidade



No tocante aos registros referentes ao uso de auditórios, assinala-se a realização de 251 reservas, no período de 13.5 a 12.12.2014, conforme gráfico a seguir:

Reservas



Passagens aéreas

Conforme consta da tabela a seguir, foram emitidos 184 bilhetes, dos quais um bilhete emitido corresponde ao trecho de ida e volta.

Mês/Ano	Quantidade de bilhetes emitidos	Valores (R\$)
Maio/2014	22	R\$44.046,95
Junho/2014	5	R\$4.652,63
Julho/2014	27	R\$43.330,52
Agosto/2014	21	R\$48.514,17
Setembro/2014	26	R\$86.293,94
Outubro/2014	61	R\$126.373,90
Novembro/2014	30	R\$128.231,15
Dezembro/2014	22	R\$51.626,33
Total	214	R\$533.069,59

Reembolso dos bilhetes

Somente de junho a dezembro, o Tribunal teve uma despesa de R\$3.044,26, referente a multas por bilhetes não voados e/ou cancelados.

Contratos de postos de trabalho – Apoio administrativo (contratos nºs 70, 72, 73/2013 e 92/2014)

A Coseg é responsável, ainda, pela fiscalização de serviços de secretariado, microinformática, messageiria e fiscalização do contrato do restaurante.

2.10.7.2. Seção de Serviços Gerais (Seseg)**Limpeza**

A Seseg é responsável pela conservação e limpeza do Edifício-Sede e do Anexo do TSE, que totalizam uma área de 168.644,18m².

Durante o ano de 2014, os serviços contratados foram executados de forma contínua, com alocação de 137 profissionais, entre supervisores e serventes, além de todo o maquinário e de todos os insumos necessários.

Jardinagem

A área total a ser preservada é de 37.293,97m², além dos vasos de plantas distribuídos nas salas e disponibilizados nos eventos realizados nas dependências do Tribunal para ornamentação de ambientes, que totalizam 99 vasos de plantas.

Foram adquiridas várias plantas em 2014, as quais totalizaram uma despesa de R\$11.195,75.

Dedetização

Foram feitas aplicações de *spray* inseticida em todas as áreas do Tribunal, internas e externas (salas, rodapés, forros, pisos elevados, caixas de esgoto, galerias, etc.), bem como de gel específico em todas as gavetas e armários existentes. Foram três aplicações gerais no ano de 2014.

Para o combate a roedores, foram instalados 28 postos permanentes de iscagem, espalhados em pontos específicos e estratégicos dos pavimentos térreo e subsolo.

Para repelência a pombos, foi aplicado gel repelente nas áreas da garagem, o que manteve tais aves afastadas, haja vista os riscos de doenças diversas que podem ser transmitidas por elas.

Copeiragem

Gêneros alimentícios

O fornecimento de gêneros alimentícios para produção de lanches e bebidas para atendimento aos senhores ministros está dividido em dois contratos:

Contratos nºs 1/2014 e 2/2014

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.
CT nº 1/2014	-	R\$1.822,84	R\$1.163,85	R\$1.866,06	R\$1.823,93	R\$1.290,43
CT nº 2/2014	-	R\$205,43	R\$129,10	R\$120,79	R\$96,18	R\$224,67

	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
CT nº 1/2014	R\$411,65	R\$2.176,84	R\$2.885,95	R\$2.547,32	R\$2.562,54	-
CT nº 2/2014	R\$3.735,08	R\$3.254,71	R\$1.609,35	R\$1.447,54	R\$1.750,87	R\$2.069,01

Café, leite e açúcar

As bebidas são oferecidas ao público interno e externo do TSE. Em 2014 foram consumidos 10.470kg de café, 2.624 latas de leite e 9.050kg de açúcar.

Serviços de copeiragem

As copas do Tribunal funcionam das 7h às 20h, de segunda a sexta, com exceção dos dias de sessão plenária, quando o horário de algumas se estende até o término da sessão.

Para consecução do objetivo supracitado, os serviços de copeiragem contam com os seguintes profissionais, distribuídos pelas 22 copas do Tribunal em turnos diversos:

- 13 garçons;
- 27 copeiras;
- 1 supervisor.

Além de preparar e distribuir o café, os profissionais das copas são responsáveis pela higienização dos diversos eletrodomésticos sob gestão da Seseg e também pela limpeza das 22 copas e 18 salas de lanche.

É importante mencionar que, em razão do início do período eleitoral, em 5.7.2014, houve a necessidade de escalar os profissionais de copa para prestarem os serviços durante os finais de semana, para atendimento a diversas unidades que trabalharam nesse período.

No período de julho a dezembro de 2014, foram realizadas, pelos profissionais, 4.0823,83 horas excedentes, que totalizaram uma despesa de R\$109.975,14, considerando os dois contratos – CT nº 62/2011 e nº 39/2012.

Carimbos

Em 2014, foram confeccionados 469 carimbos, 18 refis e 46 substituições de borrachas, que totalizaram uma despesa de R\$4.318,27.

Lavanderia

Os serviços são demandados por diversas unidades para lavagem de toalhas de mesa utilizadas em eventos, bem como para lavagem de togas e toalhas de rosto dos senhores ministros.

Carregadores

Os serviços de carregadores são realizados por meio da Central de Carregadores, os quais são de suma importância ao desenvolvimento de tarefas de todas as unidades do TSE, pois os profissionais contratados, que atualmente totalizam sete, além de um supervisor, são demandados continuamente para remanejamento de móveis e organização de ambientes.

A Central de Carregadores é responsável ainda pela gestão e distribuição de pranchões e cadeiras fixas utilizados nos eventos realizados pelo TSE, que totalizam 80 cadeiras e 12 pranchões.

Elaboração de termo de referência para aquisições diversas

Objeto	Nº de protocolo
Aquisição de gêneros de copa	18.872/2014
Prestação de serviços de limpeza de fachadas	130/2014
Aquisição de contêineres	15.685/2014
Aquisição de suprimento de purificadores	17.084/2014

No período de 1º.1 a 17.12.2014, foram atendidas, através da Central de Chamados, 2.306 ordens de serviço.

2.10.7.3. Seção de Áudio, Vídeo e Telefonia (Setel)

As atividades da Setel podem ser, de forma resumida, divididas em cinco grandes frentes de trabalho, adiante descritas.

Gestão administrativa (gestão e fiscalização de contratos, elaboração de projetos básicos e planejamento estratégico)

Atualmente a Setel é responsável pela gestão anual de um orçamento de R\$2.381.372,07, somente para os contratos contínuos, ou seja, nesse contexto não está contabilizado o valor de compras de material.

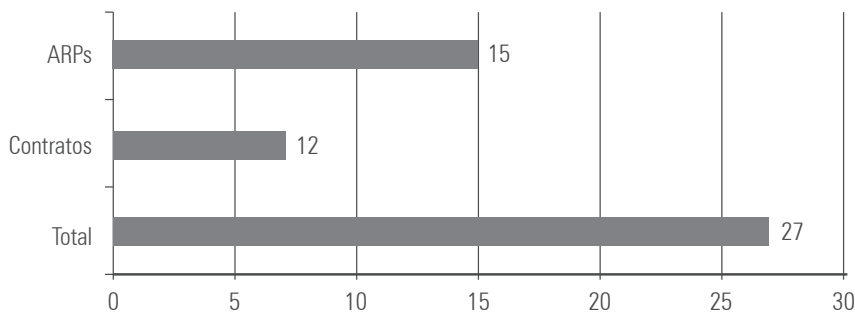
No que tange à fiscalização contratual, a Setel acompanha a execução de 12 contratos, conforme tabela a seguir:

Contratos da Setel

Contrato	Serviço/objeto	Empresa	Valor anual
127/2012	Operador de áudio	Brasfort	R\$831.384,00
128/2012	Técnico de manutenção	Monteverde	R\$225.152,40
129/2012	Técnico em telefonia e telefonistas	Wiseit	R\$534.479,40
83/2013	Manutenção do sistema de multimídia	Seal Telecom	R\$374.820,00
163/2010	Central telefônica	3corp	R\$180.502,80
38/2011	Telefonia móvel pessoal	Claro	R\$53.402,00
28/2013	STFC e LDN	Embratel	R\$152.322,12
125/2012	LDI	Embratel	R\$3.246,55
60/2012	Discagem Direta Gratuita (DDG)	Oi	R\$24.148,80
1/2013	Cessão de uso/site indoor	Oi	R\$0,00
16/2014	Cessão de uso/site indoor	Claro	R\$0,00
89/2014	TV por assinatura	Oi	R\$1.914,00
Total			R\$2.381.372,07

Além dos contratos supramencionados e das aquisições de materiais e equipamentos que a unidade realiza anualmente, a Setel também é responsável por 15 atas de registro de preço para aquisição de material para montagem do CDE e para melhoria e expansão do sistema interno de TV.

Quantidade de contratos e atas da Setel



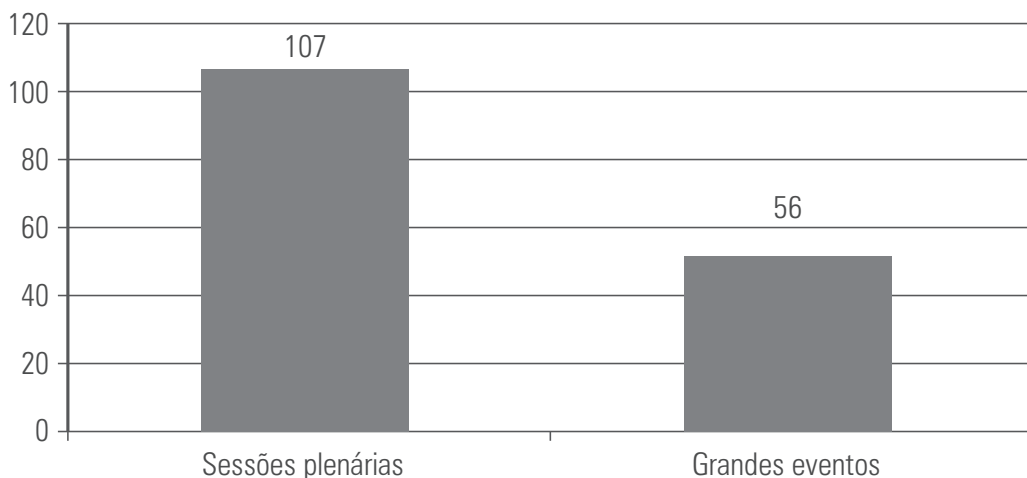
Além do acompanhamento das atividades, contratos e atas citados, a Setel é responsável pelo planejamento e pela elaboração de termos de referências para subsidiar aquisição de materiais destinados à ampliação, adequação e/ou modernização de sistemas e equipamentos relacionados. Elabora, ainda, termos de referência relativos à aquisição de materiais de áudio, vídeo e telefonia para todas as unidades do TSE.

Entre os serviços de gestão, devem-se incluir também aqueles relacionados aos procedimentos administrativos, tais como respostas a questionamentos, informações, memorandos, ofícios, notas técnicas e produção de documentos técnicos destinados a subsidiar tomada de decisões referentes às competências da unidade.

Operação de áudio e vídeo para realização de sessões plenárias, treinamentos, encontros e demais eventos

Durante o ano de 2014, a equipe foi responsável pela realização de 107 sessões plenárias e 56 eventos, tais como posses, treinamentos em auditórios, fóruns, encontros de secretários e diretores-gerais e outros, além de diversos eventos locais, o que totalizou 214 chamados.

Sessões e eventos realizados



Serviços de manutenção técnica de áudio e vídeo

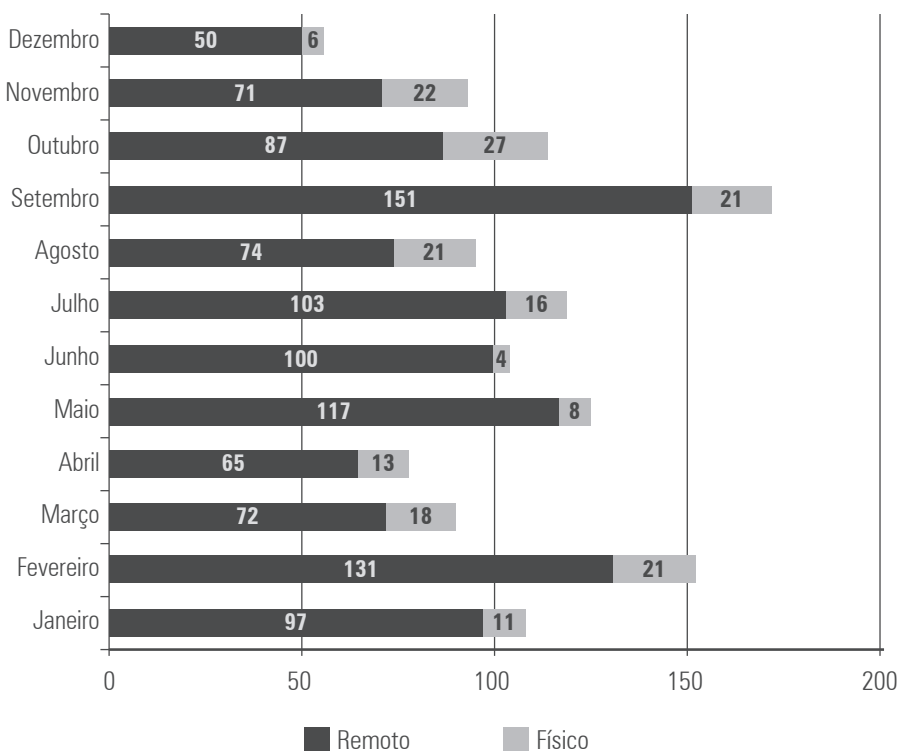
Não há quantitativo de chamados mensurados, pois a maior parte do trabalho é de iniciativa da própria Setel, que realiza uma manutenção preventiva constante, com objetivo de manter o bom funcionamento do sistema de áudio e vídeo do TSE.

Serviços de telefonia

Durante o ano de 2014 a equipe foi responsável pela realização de aproximadamente 1.306 chamados, dos quais 1.118 foram atendidos remotamente via sistema e 188 atendidos localmente/fisicamente, quando a equipe precisa se dirigir até o local.

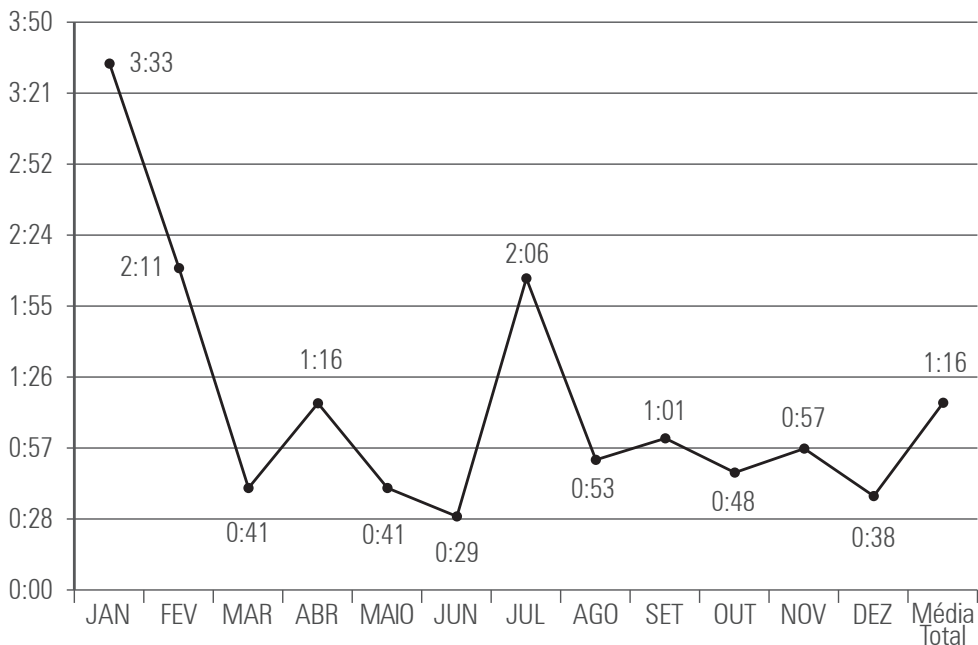
Na maioria das vezes, os chamados de telefonia são relativos a configurações de funções (grupos de captura, função chefe-secretária, etc.), alterações de nomes, senhas e dúvidas sobre relatórios de atesto de ligações particulares. Mensalmente, os chamados foram distribuídos conforme o gráfico a seguir:

Chamados distribuídos



Para melhor atender aos usuários de telefonia do Tribunal, a Setel instituiu a seguinte meta para um atendimento de excelência: o tempo médio entre a abertura e o fechamento de um atendimento precisa ser igual ou inferior a duas horas. O gráfico a seguir demonstra o tempo médio do atendimento durante o ano de 2014:

Tempo médio de atendimento



Podemos inferir que, em 2014, a Setel cumpriu a meta de tempo de atendimento aos usuários da telefonia. O aumento excessivo do tempo médio de atendimento no mês de julho deveu-se principalmente à mudança na equipe (novo residente da empresa 3corp) e a problemas no fax corporativo, cujos atendimentos são mais demorados que o usual e acabam elevando a média. Em janeiro e fevereiro, o tempo ficou acima da média, pois parte da equipe de atendimento remoto estava em férias.

Serviços de atendimento ao público externo

Durante a gestão de 2014, a equipe foi responsável pelo atendimento de 35.840 ligações efetuadas para o telefone 3030-7000, distribuídas mensalmente, conforme gráfico abaixo.

Total de ligações para a Central Telefônica



2.10.8. Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira

Com a finalidade de demonstrar o volume de recursos geridos no âmbito da Secretaria, observada a modalidade de licitação e, ainda, a execução do orçamento relativo ao Fundo Partidário, foram elaborados os relatórios que se seguem.

Orçamento 2014

Apresenta-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos créditos consignados, pela Lei Orçamentária Anual, ao TSE, bem como o seu reflexo na geração de documentos e, por fim, a demonstração do impacto dessa execução no período de gestão do Ministro Dias Toffoli.

Mês de referência: dezembro.

Unidade gestora executora: Secretaria de Administração.

Exercício: 2014.

Base: 16.12.2014.

Moeda: real (em unidade monetária).

Emissão de documentos relativos à execução orçamentária e financeira

Indicadores	De 1º.1.2014 a 16.12.2014	De 1º.5.2014 a 16.12.2014	Percentual (%)
Pré-empenhos emitidos	294	197	67
Notas de empenho emitidas	2.462	1.641	67
Notas técnicas de liquidação de despesa emitidas	2.525	1.774	70
Apropriações emitidas	7.900	5.887	75
Ordens bancárias emitidas	4.138	2.844	69
Documentos de arrecadação de tributos emitidos	3.610	2.532	70
Guias da Previdência Social emitidas	408	293	72
Guias de recolhimento da União emitidas	357	239	67
Conformidades dos registros de gestão geradas	19.169	13.633	71
Procedimentos de penalidades administrativas abertos	135	101	75
Declarações de tributos retidos na fonte	792	402	51
Total	41.790	29.543	

Execução no período de 1º.1.2014 a 16.12.2014 (movimento líquido acumulado)

Modalidade de licitação	Empenhos emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Valores pagos (R\$)	% Por modalidade	% Liquidado
4 Concorrência	5.654.477,99	4.700.352,43	4.700.352,43	1	83
6 Dispensa de licitação	17.600.610,99	15.501.640,75	15.500.917,25	3	88
7 Inexigível	21.513.404,46	19.038.574,54	19.038.574,54	4	88
8 Não se aplica	211.024.587,38	204.910.297,06	204.241.351,83	40	97
9 Suprimento de fundos	39.695,03	38.617,73	38.617,73	0	97
12 Pregão	276.959.450,54	214.138.251,58	209.292.889,90	52	77
Total	532.792.226,39	458.327.734,09	452.812.703,68		

Contratações em andamento

	Empenhados (R\$)	A empenhar (R\$)	Crédito total (R\$)	%
Créditos	532.792.226,39	118.484.738,62	651.276.965,01	18

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Execução no período de 1º.5.2014 a 16.12.2014 (movimento líquido)¹

Modalidade de licitação	Empenhos emitidos (R\$)	Empenhos liquidados (R\$)	Valores pagos (R\$)	% por modalidade	% liquidado	
4	Concorrência	116.477,99	3.764.478,92	3.764.478,92	0	67
6	Dispensa de licitação ²	-348.037,75	13.544.808,57	13.554.855,07	0	77
7	Inexigível	784.735,06	15.871.726,36	15.871.726,36	0	74
8	Não se aplica	30.588.992,99	140.091.231,47	139.977.888,30	19	66
9	Suprimento de fundos	22.321,13	21.243,83	21.243,83	0	54
12	Pregão	127.383.676,37	195.520.955,00	190.783.627,86	80	71
Total	158.548.165,79	368.814.444,15	363.973.820,34	100		

¹ Os dados referem-se ao período de 1º.5.2014 a 16.12.2014. Portanto, não houve segregação do mês de maio, considerando a atual gestão iniciada em 14.5.2014.

² Os valores negativos referem-se a saldos anulados, no caso, empenhos anulados no período de 1º.5.2014 a 16.12.2014.

Restos a pagar no período de 1º.1.2014 a 16.12.2014

Modalidade de licitação	Restos a pagar inscritos e reinscritos (R\$)	Restos a pagar pagos – 1º.1.2014 a 16.12.2014 – (R\$)	Restos a pagar pagos – 1º.5.2014 a 16.12.2014 – (R\$)	% pago período total	% pago gestão atual	
4	Concorrência	2.580.749,61	1.217.170,84	1.217.170,84	47	47
6	Dispensa de licitação	3.683.208,44	1.542.102,03	149.714,79	42	4
7	Inexigível	2.439.207,33	2.348.633,05	535.253,69	96	22
8	Não se aplica ¹	49.735.994,89	46.516.510,18	43.341.713,43	94	87
9	Suprimento de fundos	0,00	-	0,00	0	0
12	Pregão	53.683.947,87	39.830.324,46	19.850.129,81	74	37
Total	112.123.108,14	91.454.740,56	65.093.982,56			

¹ A execução de restos a pagar relativa à modalidade *Não se aplica* refere-se à despesa de pessoal, na sua maioria, de quintos autorizados na gestão do Ministro Marco Aurélio (primeira quinzena de maio/2014).

Percentual de execução no período de 1º.5.2014 a 16.12.2014

Modalidade de licitação		% empenhos emitidos	% empenhos liquidados	% valores pagos	% restos a pagar pagos
4	Concorrência	2,060	80,089	80,089	100,000
6	Dispensa de licitação ¹	-1,977	87,377	87,446	9,708
7	Inexigível	3,648	83,366	83,366	22,790
8	Não se aplica	14,495	68,367	68,536	93,175
9	Suprimento de fundos	56,232	55,011	55,011	0,000
12	Pregão	45,994	91,306	91,156	49,837

Fonte: Siafi Gerencial.

¹ Os valores negativos referem-se a saldos anulados, no caso, empenhos anulados no período de 1º.5.2014 a 16.12.2014.

Análise crítica

A emissão de documentos no Siafi decorre da execução do orçamento, nos três estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Do total dos créditos empenhados, 52% foram alocados na modalidade de licitação pregão, o que equivale a 86% das contratações, se considerado que 40% dos créditos dizem respeito à despesa de pessoal. Convém ressaltar que, na gestão do Ministro Dias Toffoli, 100% dos empenhos decorreu de licitações na modalidade pregão.

Concernente à execução orçamentária e financeira, há uma participação significativa desta gestão nos segundo e terceiro estágios da despesa, pois, do total dos créditos liquidados e pagos, uma média de 68% ocorreu a partir de maio. Importante ainda salientar que, dos créditos empenhados, estima-se que cerca de 30% serão inscritos em restos a pagar não processados, isto se considerada uma monta de R\$118.484.738,62 destinada a contratações em andamento, finalizada até 31.12.2014.

A partir de 2012, a Secretaria do Tesouro Nacional estabeleceu regras e responsabilização para inscrições em restos a pagar. Tais inscrições se efetivam em duas contas orçamentárias específicas: a liquidar e a liquidar em liquidação; esta última requer um trabalho criterioso que envolve dados objetivos, coletados de várias unidades administrativas do TSE.

Fundo Partidário

Apresenta-se, a seguir, a distribuição das dotações consignadas ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos até a data-base (16.12.2014), em cumprimento ao que determina o art. 41-A da Lei nº 9.096, de 19 setembro de 1995, alterada pela Lei nº 11.459/2007 e pela Lei nº 12.875/2013, bem como a demonstração do impacto dessa distribuição durante a gestão do Ministro Dias Toffoli.

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Período de referência¹: 1º.5.2014 a 16.12.2014.

Unidade gestora executora: Secretaria de Administração.

Exercício: 2014.

Base: 16.12.2014.

Moeda: real (em unidade monetária).

Distribuição – 1º.1.2014 a 16.12.2014

Partido	Duodécimos	Multas eleitorais
PT	46.135.002,28	8.472.069,30
PMDB	32.950.524,78	6.050.943,79
PSDB	31.172.489,54	5.724.435,08
DEM	13.647.331,01	2.506.210,62
PP	18.615.103,95	3.418.465,33
PSB	17.140.997,71	3.147.768,51
PDT	11.215.137,06	2.061.875,06
PTB	10.968.173,68	2.014.224,77
PR	18.767.770,04	3.446.500,09
PPS	6.307.592,55	1.158.381,09
PV	8.864.626,29	1.594.101,15
PCdoB	7.913.883,69	1.453.351,64
PSC	7.774.076,46	1.427.678,19
PSOL	3.638.432,18	668.231,04
PMN	2.328.216,68	427.630,23
PTC	2.067.170,80	379.693,19
PHS	2.394.765,76	439.850,93
PSDC	969.213,41	178.070,28
PT do B	2.217.584,68	407.314,37
PRB	5.200.412,09	955.064,52
PRP	1.272.794,52	233.818,25
PSL	1.737.421,09	319.139,76
PRTB	1.211.292,64	222.524,39
PTN	961.705,28	176.691,53
PSTU	737.345,56	135.491,32

Distribuição – 1º.1.2014 a 16.12.2014 (continuação)

Partido	Duodécimos	Multas eleitorais
PCB	498.056,49	87.509,35
PCO	471.594,85	86.690,31
PSD	17.034.828,29	3.128.272,12
PPL	514.599,30	92.288,18
PEN	831.658,29	152.810,40
PROS	453.054,05	83.285,60
SDD	6.503.406,15	1.194.339,21
Total	282.516.261,15	51.844.719,60

Fonte: Siafi Operacional.

Notas:

¹ Os dados referem-se à distribuição ocorrida estritamente até o mês de novembro/2014, haja vista que nova distribuição se dá somente após o dia 20.12.2014, quando o Tesouro Nacional promove a liberação dos recursos.

² Refere-se à distribuição de multas eleitorais efetivadas no período de maio a novembro/2014, porém, arrecadadas até o mês de outubro/2014.

2.10.9. Projetos/iniciativas da Secretaria (em andamento)

Projeto/iniciativa	Fase	Responsável	Procedimento Administrativo nº
Proposta de aperfeiçoamento da Instrução Normativa nº 2, de 13.4.2014, que estabelece requisitos para alteração de leiaute nas instalações do TSE, com vistas à inclusão de consulta às áreas de STI (sistema lógico), Coordenadoria de Material e Patrimônio e Coordenadoria de Serviços Gerais.	Minuta em apreciação pela Sepat.	Cenaq	7.342/2014
Proposta para elaboração de normativo com a finalidade de regulamentar a utilização dos espaços internos e externos do TSE (foco na sobrecarga dos circuitos elétricos).	Minuta em apreciação pela Seau.	Cenaq	16.171/2014
Implantação do Sistema de Gestão da Manutenção Predial.	Aguardando contratação de prestação de serviços – recursos humanos pela STI.	Cenaq	-

Relatório de Atividades

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2014

Projeto/Iniciativa	Fase	Responsável	Procedimento Administrativo nº
Implantação do Processo Administrativo Eletrônico para emissão de atestado de capacidade técnica.	Pendente de testes prévios para homologação e autorização.	Comap	-
Implantação do Sistema de Acompanhamento de Suprimento de Fundos.	Homologado com ajustes pendentes.	Ceofi	-
Implantação de Solução de Governança Organizacional.	Assessoria de Gestão Estratégica. Questionamentos. Controle Interno.	Asgad (Planejamento) Ceofi AGE/DG	26.713/2013



Esta obra foi composta na fonte Zurich LtCn BT,
corpo 11, entrelinhas de 13,2 pontos, em papel AP 75g/m² (miolo) e
papel Cartão Supremo 250g/m² (capa).